A photograph of a person sitting on a sidewalk next to a metal fence, with a tall apartment building in the background. The person is wearing a dark jacket and pants, and is looking down. The sidewalk is made of cobblestones. The background shows a tall apartment building with many windows and a few cars parked on the street.

UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

**ABRIGO E CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
PARA ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Debora Wermann

Lajeado, dezembro de 2018

Débora Wermann

## **ABRIGO E CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA**



Pesquisa apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso - Etapa I, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Fernanda Antônio

Lajeado, dezembro de 2018

## RESUMO

O direito a moradia digna assegurado na Constituição Federal não chega aos adultos em situação de rua em sua maioria. Na cidade de Lajeado, os moradores de rua fazem parte da rotina da mesma, distribuem-se nela de acordo com as possibilidades de sobrevivência. Por motivos diversos esses indivíduos escolheram a rua como sua morada. Apesar de a cidade possuir estrutura para o acolhimento das pessoas em situação de rua, a mesma não encontra-se adequada, instalada em uma residência alugada, adaptada a esse uso, e sem espaço o suficiente para suprir a demanda existente. Assim, este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo o estudo para a elaboração de um projeto considerado como referência de abrigo para adultos em situação de rua da cidade de Lajeado, que abrangesse em apenas um local, toda a infraestrutura necessária de acolhimento, ofertando possibilidades de integração social e reinserção na sociedade através da educação profissionalizante e tratamentos psicológicos com profissionais da área, além de possuir uma adequada arquitetura. Fez-se necessário a leitura de materiais publicados sobre o assunto em questão, assim como visitas no abrigo existente na cidade de Lajeado e entrevistas com profissionais, para a então elaboração de um projeto arquitetônico considerado como ideal.

**Palavras-chave:** Adultos em situação de rua. Abrigo. Centro de Educação Profissional.

“Já faz muito tempo,  
Que a rua é a minha casa.  
Tem dias que como muito.  
Tem dias que como nada.

Minha vida não é triste,  
Triste é a minha situação.  
Há dias que sou agredido,  
E demonstro indignação.

Nunca quis morar na rua,  
Mais a vida obrigou.  
Tinha sonho como qualquer pessoa,  
Mais um dia fracassou.

Tentei um dia me mudar,  
Para buscar melhor condição.  
Mais que engano da minha cabeça,  
Fiquem sem abrigo, sem teto e  
sem chão.

Se vê alguém na rua,  
Não despreze, por favor!  
Somos pessoas humildes.  
Que a oportunidade acabou.

Você quer um futuro justo,  
E estudar para ser doutor.  
Mais lembre dos que moram na rua,  
E se puder, nos ajude. Por favor!”

Autor: Lupercinio Lima

“É apenas mais um ser  
que já teve de tudo, um dia  
mas que por ironia desta vida  
viu seu sonho se perder

Ele segue em busca  
do seu próprio destino  
Anda por longas estradas  
e logo chega o cansaço...

Pára..

O olhar vazio  
vagueia no infinito...

É apenas um homem  
que deseja encontrar uma luz...  
uma saída...

Mas, por mais que tente  
só encontra sombras do passado  
ao longo do caminho...

Faz da rua, o seu mundo  
o seu teto... seu sustento...  
tomara um dia  
ele possa acreditar em sonhos  
novamente...”

Autor: Regina Azenha

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – É preciso falar sobre a saúde dos moradores de rua.....	13		
Figura 2 - Linha do tempo da Política Pública Nacional.....	17		
Figura 3 - Fluxograma .....	38		
Figura 4 – Albergues para pobres.....	40		
Figura 5 - Alcance	Figura 6 – Espaço livre.....	41	
Figura 7 – Espaços livres em áreas de estar .....	42		
Figura 8 – Zona individual mínima	Figura 9 – Disposição ótima para três .....	43	
Figura 10 – Cama de solteiro .....	43		
Figura 11 – Banheiro masculino	Figura 12 – Banheiro feminino .....	44	
Figura 13 - Cozinha – Área da pia.....	44		
Figura 14 - Cozinha – Área de forno e fogão .....	45		
Figura 15 - Terreno no bairro	Figura 16 - Terreno.....	46	
Figura 17 - Planta de situação e localização com curvas (sem escala).....	47		
Figura 18 - Planta de situação e localização ampliada (sem escala).....	48		
Figura 20 – Vegetação no lote .....	49		
Figura 19 – Árvores de grande porte.....	49		
Figura 21 – Vegetação	Figura 22 – Árvores médio porte internas ao lote.....	49	
Figura 23 – Árvores grande porte	Figura 24 – Árvores grande porte	50	
Figura 25 – Vegetação pequeno porte	Figura 26 – Árvores grande porte	50	
.....	50		
Figura 27 - Trecho ampliado. Zoneamento – UTP 7 – Quadra 69.....	51		
Figura 28 – Distâncias a serem percorridas .....	55		
Figura 29	Figura 30.....	56	
Figura 31 - Terreno.....	57		
Figura 32 - Entorno	Figura 33 - Entorno.....	57	
Figura 34 - Vista para a praça	Figura 35 – Vista para a praça .....	58	
Figura 36 – Vista para a praça	Figura 37 – Vista para a praça.....	58	
Figura 38 – Vista para a praça	Figura 39 – Vista para a praça.....	58	
Figura 40 - Terrenos municipais nos bairros Centro, Moinhos, Florestal e Hidráulica	60		
Figura 41	Figura 42	Figura 43.....	60
Figura 44	Figura 45	Figura 46.....	60
Figura 47 - Usos do entorno.....	61		
Figura 48 - Análise alturas .....	62		
Figura 49 – Hierarquia das vias .....	63		
Figura 50 – Cheios e vazios .....	64		
Figura 51	Figura 52	Figura 53.....	69
Figura 54 - Deslocamento de 90°	Figura 55 – Deslocamento de 90° .....	69	
Figura 56 - Deslocamento recomendável	Figura 57 – Deslocamento com.....	70	
Figura 58 - Planta rampa em curva .....	71		

Figura 59 - Patamares das rampas – vista superior.....	72	
Figura 60 - Medidas mínimas de um sanitário acessível.....	72	
Figura 61 – Localização	Figura 62 – Fachada edifício.....	79
Figura 63 – Refeitório	Figura 64 – Sala de estudos.....	80
Figura 65 - Dormitórios	Figura 66 - Dormitório.....	81
Figura 67 - Refeitório.....		81
Figura 68 - Pátio ao ar livre	Figura 69 – Pátio ao ar livre.....	82
Figura 70 - Áreas comunitárias.....		82
Figura 71 – Portão	Figura 72 – Entrada abrigo.....	83
Figura 73 - Planta de situação (sem escala).....		83
Figura 74 - Planta pavimento térreo (sem escala).....		84
Figura 75 - Planta pavimento superior (sem escala).....		84
Figura 76 – Fachada edifício	Figura 77 – Fundos edifício.....	85
Figura 78 - Janelas	Figura 79 - Fachada.....	86
Figura 80 - Dormitórios.....		87
Figura 81 - Refeitório.....		87
Figura 82 – Área de convivência	Figura 83 – Área de convivência.....	88
Figura 84 - Portão.....		89
Figura 85	Figura 86.....	90
Figura 87 – Área de convivência.....		91
Figura 88 – Pátio interno.....		91
Figura 89 - Planta Baixa Abrigo	Figura 90 - Planta Baixa Centro do Dia.....	92
Figura 91 - Planta Baixa Centro do Dia	Figura 92 – Planta Baixa Habitação.....	93
Figura 93 – Planta Baixa Habitação.....		94
Figura 94 - Fachada.....		95
Figura 95 - Hall de entrada e recepção – usos de madeira, cores claras e vidro. ....		95
Figura 96 - Fachada.....		96
Figura 97 - Fachada.....		97
Figura 98 - Estar e cozinha, Unidade Habitacional.....		97
Figura 99 - Estar e cozinha, Unidade Habitacional.....		98
Figura 100 - Fachadas.....		98
Figura 101 - Planta Baixa Térreo (sem escala) – La Casa.....		99
Figura 102 - Planta Baixa Segundo Pavimento (sem escala) – La Casa.....		100
Figura 103 - Planta Baixa Pavimento Tipo (sem escala) – La Casa.....		101
Figura 104 - Hudson Street Park and Playground.....		102
Figura 105 - Hudson Street Park and Playground.....		103
Figura 106 - Hudson Street Park and Playground.....		103
Figura 107 – Vista aproximada	Figura 108 – Vista aproximada.....	104
Figura 109 - Solvallsparken.....		105
Figura 110 - Atividades.....		105
Figura 111 – Pista de caminhada	Figura 112 - Atividade.....	106
Figura 113 - Solvallsparken.....		106





## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela de áreas .....	32
Tabela 2 – Índices aplicados ao terreno .....	52
Tabela 3 - Tabela de dimensionamento de rampas.....	69
Tabela 4 – Albergues - Decreto 51803/2014 .....	71
Tabela 5 - Centro de treinamento profissional - Decreto 51803/2014 .....	74
Tabela 6 – Entrevista CREAS.....	114



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 .....	131
Gráfico 2 .....	131

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	12
2 INSPIRAÇÃO .....	14
3 OBJETIVO DA PESQUISA .....	16
4 CONTEXTO HISTÓRICO .....	17
5 SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA POPULAÇÃO ADULTA E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA .....	18
5.1 Serviço de Acolhimento Institucional .....	18
5.2 Abrigo Institucional .....	18
5.3 Casa de passagem .....	19
6 TEMA .....	20
6.1. Objetivo do abrigo .....	20
6.2 Viabilidade .....	21
6.3. Justificativa do tema .....	21
7 IDENTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA .....	22
8. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	24
8.1. Fatores que levam as pessoas a estarem em situação de rua .....	24
8.2. Educação para adultos .....	24
8.3 Reinserção dos adultos em situação de rua na sociedade .....	25
8.4 Moradores de rua e sua relação com o espaço urbano .....	28
9. PROGRAMA .....	31
9. 1 Centro de Educação Profissional.....	36
9.2 Fluxograma.....	38
9.3 Arquitetura dos abrigos.....	38
10 DIMENSIONAMENTO DOS ESPAÇOS.....	40
10.1 Neufert – Albergues para pobres .....	40
10.2 Panero, Julius – Dimensionamento Humano para Espaços Interiores .....	41
11 TERRENO .....	46
11.1. Apresentação do terreno e legislação.....	46
11.2 Vegetação.....	48
11.3 Condicionantes legais do terreno .....	51
11.4. Justificativa do terreno .....	53
11.5 Levantamento fotográfico.....	57
11.6 Prefeitura de Lajeado .....	59
11.7 Análise das alturas e dos usos do entorno .....	61
11.8 Hierarquia das vias .....	62
11.9 Cheios e vazios .....	63
12. LEGISLAÇÃO.....	65
12.1 Guia de Atuação Ministerial.....	65
12.2 Código de Edificações .....	66
12.3 ABNT NBR 9050 – Norma Brasileira .....	69
12.3.1 Cadeira de rodas .....	69

12.3.2 Rampas .....	70
12.3.3 Escadas.....	72
12.3.4 Sanitários.....	72
12.4 Decreto N° 51803/2014 .....	73
13. REFERENCIAIS DE ARQUITETURA .....	79
13.1 The Bridge Homeless Assistance Center .....	79
13.2 Bud Clark Commons.....	85
13.3 La Casa.....	94
13.4 Hudson Street Park and Playground.....	102
13.5 Solvallsparken .....	104
13.6 Industry City.....	107
14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	111
15. ANEXOS .....	115
Anexo 15.1 – Dados do CREAS de Lajeado/RS.....	115
Anexo 15.2 – Dados do CREAS.....	117
Anexo 15.3 - Visita ao Abrigo São Chico no dia 28/08/2018.....	118
Anexo 15.4 - Entrevista com o morador de rua Fernando Shuster no dia 27/08/2018, realizada na cidade de Lajeado, em frente ao mercado Imec. ....	134
Anexo 15.5 – Entrevista com o Fórum.....	135
Anexo 15.6 - Pesquisa no Vale do Taquari.....	135
Anexo 15.6.1 CREAS Município de Estrela - Ligação em 20/08/2018.....	135
Anexo 15.6.2 – CREAS Teutônia – Ligação em 04/09/2018.....	135
Anexo 15.6.3 – CRAS Progresso – Ligação em 04/09/2018.....	136
Anexo 15.6.4 – CRAS Putinga – Ligação em 04/09/2018 .....	136
Anexo 15.7 - Estudo sobre a localização em trabalhos acadêmicos.....	136

# 1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social ocasiona diversos problemas, um deles é a exclusão social, pois faz parte do cotidiano das pessoas, e permanece com a dificuldade da sociedade em aceitar a diferença alheia, diferença essa que não é vista de forma natural, sendo assim, gera-se descaso, discriminação, desencadeando a exclusão social. A inclusão social ajuda as pessoas em vulnerabilidade social a repararem seus problemas ou diminuí-los, é o inverso da exclusão social (PEREIRA, 2014).

A Constituição Federal de 1988, garante a todos, sem distinção, o direito a igualdade, sendo que a República Federativa do Brasil, constituída em Estado Democrático de Direito têm como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, perante a lei, todos são iguais, porém, é nas ruas que podemos verificar nitidamente o desprezo em que vivem os adultos em situação de rua (PEREIRA, 2014).

Um dos exemplos da desigualdade social seguida da exclusão social é a situação dos moradores de rua, que são vistos como um empecilho ao crescimento da cidade, e na rua estão susceptíveis a todas as formas de violência física e psicológica, ao uso de drogas, prostituição, e ao ganho de doenças (PEREIRA, 2014).

As necessidades básicas dos adultos em situação de rua: higiene, alimentação, vestuário e abrigo, são atendidas, na maioria das vezes, pelas redes de serviços de assistência social, e como uma alternativa de reverter a realidade dessa população, abrigar e recuperar esses adultos em situação de rua criou-se os abrigos, os quais oferecem a essas pessoas educação, cursos, tratamento psicológico, reinserindo-os na comunidade, portanto, a indisponibilidade de vagas nos abrigos, a falta e a baixa qualidade de atendimentos, e regras impostas para o seu acesso, são fatores que levam as pessoas em situação de rua a não utilizarem os serviços, e acabam dormindo em baixo de pontes, rodoviárias, praças, parques, utilizam-se dos locais públicos com água para banho e lavagem de roupas, dos banheiros públicos, entre outros lugares, de acordo com o que está disponível a cada momento e em cada realidade urbana, pois esses serviços se mostram insuficientes frente à demanda existente (PEREIRA, 2014).

A política pública deve identificar os adultos em situação de rua como parte do seu público e garantir a moradia de forma adequada, a qual é um direito dessa população. Viver nas ruas significa estar em risco constante, de ser alvo de agressões vindas de pessoas preconceituosas da sociedade para com essa população. A miséria contribui para perda de laços afetivos e comunitários, comprometendo a vida desses indivíduos, em relação a sua saúde mental e ao abandono (PEREIRA, 2014).

É da mudança de atitudes por parte da sociedade em geral que dependem a população em situação de rua, para que sintam-se pertencentes à sociedade e sejam reinseridos na comunidade. Para a grande maioria da população em situação de rua, faltam oportunidades, cursos profissionalizantes e trabalho, assim, surgiram os pontos de acolhimento, e que acabam por salvar muitas dessas pessoas, ofertando nova vida. Uma instituição, além de uma adequada arquitetura, deve proporcionar a inserção social dessa população.

Figura 1 – É preciso falar sobre a saúde dos moradores de



“Somos acostumados a olhar para alguém que está no chão da praça ou perambulando pela rua, mal vestido, e seguir em frente. Parece que estas pessoas já fazem parte do cenário urbano”.

(SANTOS; GOMES, 2012, p. 2).

Fonte: Saúde Global (2017).

## 2 INSPIRAÇÃO

*A escolha do tema para o trabalho de conclusão de curso, surge com a vontade de se fazer algo construtivo para os moradores de rua, após uma conversa com dois deles. Em dezembro de 2017, estava eu, no centro de Lajeado, e um senhor de idade veio em minha direção, com dificuldade para caminhar, ele parou para conversar, perguntei-lhe onde morava e ele respondeu que era ali mesmo, na rua, onde tinha espaço e era coberto, fiquei surpresa, pois ele mostrou-se educado e aparentemente estava bem vestido para ser um morador de rua. Seu nome era Otávio, mais conhecido como Bilú. Ele contou que sofreu uma grave fratura na perna, por isso a dificuldade em caminhar, pois em um dia desses que estava na rua, um menino lhe pediu dinheiro, e como ele sabia que seria para comprar drogas não deu, então o menino o agrediu com uma barra de ferro, causando uma lesão na perna de Otávio, o qual foi para o hospital e passou por uma cirurgia, o médico queria amputar sua perna, mas ele não deixou, e relatou que não o trataram bem no hospital.*

*Otávio estava voltando de outra cidade, da casa do seu irmão, na qual permaneceu por um dia com o intuito de se recuperar, porém relatou que não se entendiam, não foi bem tratado, e então, veio caminhando de uma cidade distante, até Lajeado para dormir na rua, com a fratura na perna. Queria me dar um presente, então tirou um mamão de sua sacola e me entregou, pela segunda vez fiquei surpresa, pois uma pessoa que teoricamente não possuía nada quis me presentear.*

*Perguntei-lhe se não havia um abrigo em Lajeado para ele se abrigar, então Otávio falou que sim, porém o abrigo era muito cheio, e ele não se sentia bem lá. Preferia ficar na rua com seu amigo que estava chegando no momento da conversa, o qual não possuía uma das pernas, era muito revoltado e relatou que só queria um teto para dormir. No fim da conversa, Otávio começou a esticar sua perna, estava com muita dor. Ao nos despedirmos ele me deu um abraço e desesperadamente chorou, com um olhar de quem necessitava não só de ajuda, mas também de atenção, porque em algum momento da sua vida, por algum motivo, se desviou do caminho certo. Então a partir daquele dia, surgiu a curiosidade de saber como é o funcionamento de um abrigo, e de como se faz para uma cidade obter a construção*

*de um, pois a vontade no momento da conversa, era de dar um teto para aqueles moradores de rua, e não os deixar ali ao relento e expostos a todos os tipos de perigo. A minha percepção em relação aos moradores de rua também mudou, pois tinha a ideia de que eram sujos, mau encarados, e até mesmo malvados, mas na maioria das vezes não é assim, são pessoas que precisam de o mínimo de ajuda para se recuperar e se reinserir na sociedade.*

*No dia da entrevista com a psicóloga Paula R. Vettorello da Silveira do abrigo São Chico (ANEXO 15.3), perguntei a ela se conhecia o Otávio, ela disse que sim, que ele faleceu em junho de 2018, durante sua vida teve problemas com álcool, e a muito tempo atrás frequentou o abrigo, mas parou de frequentar e não quis voltar no mesmo, depois de ter sofrido a fratura na perna até o próprio abrigo fez abordagens sociais para que ele voltasse a se abrigar lá, sendo que o abrigo São Chico não é o responsável por realizar abordagens sociais, mas estavam preocupados com ele, mesmo assim, não tiveram êxito. Otávio ficou um mês no hospital, teve trombose, e o hospital o manteve internado, não queriam permitir que voltasse novamente para a rua, mas após um certo tempo tiveram que lhe dar alta, pois não tinham outra opção, Otávio voltou para a rua, sua saúde piorou e então faleceu.*

*Conforme a psicóloga Paula, é aí que entra o papel da sociedade para com o morador de rua, pois o correto não é fornecer alimentos e roupas para aos mesmos como eu fiz naquele dia, assim ganham mais força para permanecerem na rua, o ideal é encaminhá-los para os serviços que os ajudam, como CREAS, CRAS, abrigos, para que assim, possam tratar suas fragilidades, transtornos, necessidades básicas e se reinserir na sociedade, pois se Otávio ficava nas ruas é porque recebia alimentos das pessoas para a sua sobrevivência, em contrapartida, se têm na cidade de Lajeado a problemática da falta de vagas no abrigo e a falta de estrutura do mesmo. A conclusão que tive é de que o Otávio realmente não se sentia bem no abrigo por ser um local muito cheio e desconfortável, ele preferiu mesmo com a fratura na perna e sua idade avançada, permanecer na rua do que ir para o abrigo São Chico.*



### 3 OBJETIVO DA PESQUISA

O presente trabalho têm como objetivo a obtenção de conhecimento para a proposta de alternativas que incentivem os adultos em situação de rua a saírem das mesmas, em busca de sua reinserção na sociedade, considerando a influência que a arquitetura pode exercer sobre essa população. Com esse estudo é possível entender como os adultos em situação de rua e a sociedade em geral se sentem em relação a essa problemática que infelizmente existe no nosso cotidiano, e como a arquitetura na tentativa de sua inclusão social pode ser benéfica, que consiga os acolher, não somente como abrigo físico, mas também psicológico e educativo.

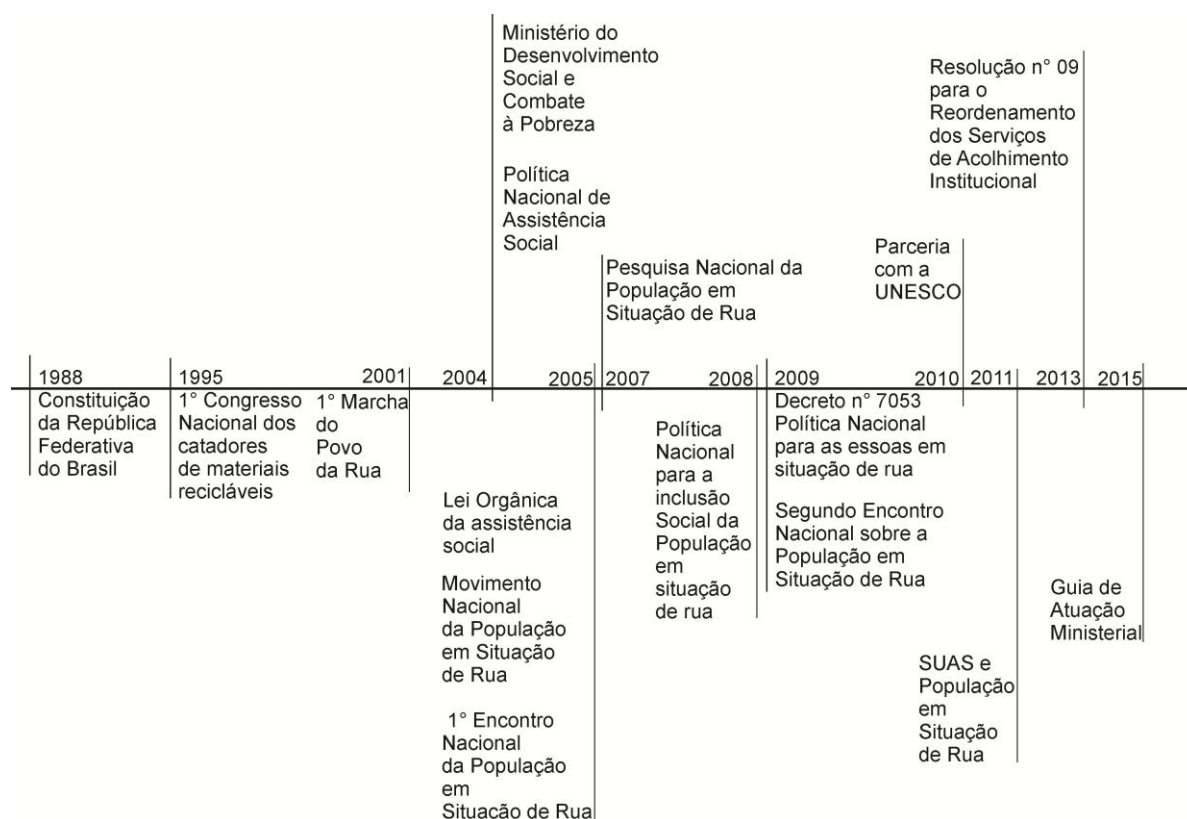
Seguem abaixo alguns pontos a serem destacados durante o desenvolvimento do trabalho:

- Fatores que propiciam a inclusão e a exclusão social.
- Perfil dos moradores de rua.
- Identificação de quais são os principais motivos que levam uma pessoa a morar na rua.
- Análise das características arquitetônicas do abrigo existente da cidade de Lajeado.
- Características necessárias para construir uma arquitetura ideal para abrigar moradores de rua.
- Contexto histórico das legislações.
- Tipos de acolhimentos existentes para a população em situação de rua.
- Como reinserir as pessoas na sociedade, e quais são os principais desafios para tal objetivo.
- Programa a partir das exigências do tema, para que o projeto seja considerado como um modelo de abrigo, apresentando uma arquitetura com condições de acolher os adultos em situação de rua e reinseri-los na sociedade.
- Apresentação, justificativa e análise do terreno.
- Referenciais arquitetônicos para a obtenção de soluções corretas de projeto.

## 4 CONTEXTO HISTÓRICO

A partir do desenvolvimento capitalista, o camponês perde sua propriedade, passa a migrar para a cidade em busca de oportunidades, e vender a sua força de trabalho nas indústrias, mas nem todos conseguiram se adaptar a essa mudança repentina, sendo muitos descartados da produção capitalista, substituídos na maioria das vezes por máquinas, e passando então a sobreviver nas ruas, pois sem emprego, há pouco espaço para planejamento de longo prazo e obtenção de moradia de forma digna. A construção do direito da Assistência Social e algumas legislações que garantem os direitos dos moradores de rua são recentes na história do país. Durante muito tempo, a questão social não esteve presente nas formulações de políticas no Brasil (KLAUMANN, 2013).

Figura 2 - Linha do tempo da Política Pública Nacional



Fontes: Autora (2018), adaptado de Klaumann (2013), conforme dados disponibilizados pela Secretaria Social e de Direitos Humanos (2013); Brasil (2015).

## **5 SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA POPULAÇÃO ADULTA E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

### **5.1 Serviço de Acolhimento Institucional**

De acordo com o Guia de Atuação Ministerial, em Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua, Brasil (2015), Serviço de Acolhimento Institucional para adultos e famílias em situação de rua caracteriza-se como acolhimento provisório para acolher indivíduos do mesmo sexo ou grupo familiar, ofertado em unidades (abrigo institucional e casa de passagem), distribuídas na comunidade, respeitando o direito da utilização da cidade com segurança, igualdade de condições e acesso aos serviços públicos.

### **5.2 Abrigo Institucional**

O Abrigo Institucional têm a função de oferecer acolhimento provisório, deve ser inserido na comunidade e possuir características residenciais, que proporcione ambiente acolhedor, com iluminação e ventilação adequadas, com espaços acessíveis, e que respeite as condições de dignidade dos usuários, ofertando atendimento especializado. O público alvo para este serviço são pessoas adultas ou grupo familiar com ou sem crianças, que se encontram em situação de rua, migração e ausência de residência, ou ainda pessoas em trânsito e sem condições de se auto sustentar. Crianças e adolescentes só poderão ser atendidos neste serviço acompanhados dos pais. O número máximo de usuários por unidade é de 50 por abrigo institucional (BRASIL, 2015).

O período de funcionamento do abrigo é de 24 horas ininterruptas. Recomenda-se que os abrigos mantenham horários flexíveis para entrada e saída dos acolhidos, de acordo com a necessidade de cada um. O período de permanência máximo é de seis meses, porém, é recomendado que este período não seja fixo, pois cada pessoa possui suas necessidades específicas, que interferem no processo de desligamento do abrigo. O ideal é que os locais não tenham placas de identificação e não sejam locais alugados e adaptados. A Lei Orgânica da

Assistência Social - LOAS define que a formação das equipes as quais atenderão a esse público, deverá considerar o número de acolhidos atendidos, os tipos de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários (BRASIL, 2015).

### **5.3 Casa de passagem**

O Guia de Atuação Ministerial, em Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua, Brasil (2015), define Casa de Passagem como a unidade de acolhimento imediato e emergencial para famílias ou indivíduos do mesmo sexo, a qual atende à demanda específica, realiza o estudo do caso para o necessário encaminhamento, e deve estar inserida na comunidade. A equipe precisa ser especializada para atender e receber usuários a qualquer horário do dia ou da noite.

O público alvo deste serviço são pessoas adultas do mesmo sexo ou famílias em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência, ou ainda pessoas em trânsito, sem intenção de permanência por longos períodos. O número máximo de usuários por unidade é de 50 usuários por Casa de Passagem. O período de funcionamento é por 24 horas. Recomenda-se que as Casas de Passagem mantenham horários flexíveis para entrada e saída dos usuários de acordo com a necessidade de cada um, e que as estruturas sejam acolhedoras. O período de permanência máximo é de três meses. Sugere-se que este período não seja fixo (BRASIL, 2015).

## 6 TEMA

O tema escolhido para o trabalho de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo em desenvolvimento é o projeto arquitetônico de um abrigo para adultos em situação de rua da cidade de Lajeado. Será projetado também um Centro de Educação Profissional para ofertar cursos profissionalizantes que qualifiquem essa população, atendendo tanto os moradores deste abrigo, como demais adultos da cidade com diferentes níveis de escolaridade e em situação de vulnerabilidade social.

### 6.1. Objetivo do abrigo

O objetivo do abrigo é de acolher até 50 pessoas, de acordo com o máximo permitido pelo Guia de Atuação Ministerial, tanto homens quanto mulheres, de forma integral, em todos os dias da semana.

Das 50 vagas que o abrigo irá ofertar, 28 vagas serão preenchidas conforme a demanda que o abrigo São Chico não consegue dar conta de atender, as demais 20 vagas, serão uma reserva para atender a crescente demanda da cidade que ainda está por vir, considerando que a cada ano a quantidade de moradores de rua da cidade cresce e o município precisa estar preparado para tal situação.

Se com o passar dos anos houver vagas disponíveis, o abrigo poderá também atender a moradores de rua de outros municípios do Vale do Taquari, através de repasse mensal, assim, a prefeitura de Lajeado poderá ter um convênio com outros municípios vizinhos para a manutenção do abrigo, e para receber adultos em situação de rua dos municípios que serão conveniados. A possibilidade de celebração de consórcios intermunicipais é prevista na Lei nº 11.107/2005 e o convênio deve ser oficializado.

## **6.2 Viabilidade**

O projeto seria uma parceria entre o Governo Federal e Municipal, conforme previsto no Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em situação de Rua, a qual prevê que o Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

## **6.3. Justificativa do tema**

Sendo o CREAS serviço referência no atendimento às pessoas em situação de rua e, tendo em vista a importância da realização de diagnóstico para a formulação de propostas de cuidado, possui setenta e dois cadastros das pessoas que estão em situação de rua e acessaram o serviço na cidade de Lajeado, desde janeiro de 2018, até o dia 02 de agosto de 2018 (ANEXO 15.1).

De acordo com informações obtidas através de uma entrevista com a psicóloga do abrigo São Chico (ANEXO 15.3), localizado na cidade de Lajeado, o abrigo possui capacidade para atender até quarenta e quatro pessoas para passarem a noite, porém na maioria das vezes, a capacidade é ultrapassada e alguns acolhidos acabam ficando permanentemente no abrigo. A demanda existente é alta, principalmente por pessoas idosas, e o abrigo não possui espaço suficiente para suprir essa demanda e tampouco atende às exigências para este tipo de instituição. O número de moradores de rua de Lajeado está aumentando muito a cada ano e o abrigo, preocupado com a situação, já solicitou que o governo municipal tome alguma providência.

Visto que Lajeado é a única cidade do Vale do Taquari que possui abrigo e que o CREAS possui setenta e duas pastas em aberto de pessoas em situação de rua só esse ano, mostra-se, portanto, pertinente a implantação de um abrigo público que seja modelo no atendimento a moradores de rua da cidade de Lajeado.

## 7 IDENTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Conforme a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizada em 2008, sendo o Instituto Meta o responsável pela execução da pesquisa, lançada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, juntamente com a UNESCO, onde pesquisou-se setenta e um municípios do Brasil, com mais de 300.000 habitantes, constatou-se o perfil da população em situação de rua, dos quais 82% são do sexo masculino, 53% com idade entre 25 e 44 anos, 67% são negros, 69,6% costuma dormir na rua, 22,10% costuma dormir em abrigo, 8,3% alternam, 51,9% dos entrevistados possuem algum parente residente na cidade onde se encontram, porém, 38,9% deles não mantêm contato com esses parentes, 48,4% está a mais de 2 anos dormindo na rua ou abrigo, 30% dorme na rua a mais de 5 anos, 24,8% não possui documentos de identificação, e 61,6% não exerce o direito de voto (MDS, 2008).

Em um contexto geral, a quantidade de homens em situação de rua é bem maior comparado a quantidade de mulheres, pois as mulheres foram ensinadas e educadas a viverem em um local doméstico e de proteção, o que difere-se da vivência nas ruas, em contrapartida, aos homens ensinou-se a buscarem sobrevivência e a conviverem no espaço público, assemelhando-se com a realidade de se viver nas ruas (COSTA, 2005).

Existem três situações relacionadas à permanência na rua, as quais são: as pessoas que ficam na rua, e que estão na rua pelo desemprego ou por estarem chegando nas grandes cidades em busca de emprego ou um local de moradia, de tratamento de saúde ou de parentes, costumam passar a noite em rodoviárias, abrigos, ou locais públicos para se protegerem, pois consideram a rua como ameaçadora; as pessoas que estão na rua e passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na ou da rua, realizam tarefas com algum rendimento financeiro, como os guardadores de carro, catadores de papéis ou latinhas, porém o seu ganho não é o suficiente para seu sustento; e as pessoas que são da rua, os quais já estão faz um bom tempo na mesma, e foram sofrendo um processo de debilitação física e mental (COSTA, 2005).



A condição de debilidade física e mental dos moradores de rua, principalmente dos que estão há mais tempo nessa situação, é grave. A área da saúde têm como o maior problema que atinge os adultos em situação de rua doenças mentais, pois a maioria dessa população possui algum tipo de problema psíquico. Os serviços disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, em sua maioria, não são devidamente adequados às necessidades dos adultos em situação de rua. Muitas vezes, existe a obrigatoriedade de comprovação ou de referência de residência, porém, morador de rua não possui moradia, sendo assim, permanece invisível para os serviços de saúde (COSTA, 2005).

Geralmente os moradores de rua encontram-se em grupos, em função dos locais que escolhem para dormir e das atividades que exercem, estão sujeitos a todos os tipos de preconceito, violência, doenças físicas, mentais, e diariamente são julgados e excluídos pela sociedade (COSTA, 2005).

## **8. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **8.1. Fatores que levam as pessoas a estarem em situação de rua**

Existem muitos aspectos que levam as pessoas a estarem em situação de rua, ou que são produzidos pela ação de viver na rua, como a perda de emprego, de vínculos familiares, alcoolismo, drogadição, pobreza, entre outros, assim, aos poucos vai se perdendo a perspectiva de projeto de vida, e passam a utilizar as ruas como moradia, acabam se acostumando com tal situação, fazendo uso dos equipamentos públicos de forma não adequada, gerando-se assim, um problema urbano. Essa realidade não foi escolhida inicialmente pela maioria dos indivíduos, porém, em decorrência de circunstâncias que fugiram de seus controles, encaminharam-se para tal situação (PEREIRA, 2014).

Os adultos em situação de rua, na maioria das vezes, abandonaram suas casas visando a liberdade, e quando resolvem se reinserirem novamente na sociedade, se deparam com abrigos que lembram uma prisão, pela forma das esquadrilhas e cores do ambiente, na maioria das vezes são espaços adaptados, que não foram projetados, assim, essas pessoas não se sentem à vontade no abrigo, possuem a impressão de que ali não é o seu lugar e não é o que gostariam de ter fora das ruas, possuem dificuldade em se adaptar em locais que não os agradam, e por motivos assim elas se sentem mais livres e melhor acolhidas na rua, conformando-se que a rua é a melhor saída de vida que possuem, desistindo da possibilidade de sair delas e de se integrar no programa ali ofertado pela instituição, tendo que assim, reinventar diariamente maneiras de sobrevivência (PEREIRA, 2014).

### **8.2. Educação para adultos**

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizada em 2008 no Brasil, 70% dos entrevistados exerce algum tipo de atividade remunerada, os níveis de renda são baixos; 52,6% recebe entre R\$ 20 e R\$ 80

semanais; 74 % dos entrevistados sabem ler e escrever; 17,1% não sabem escrever; 8,3% apenas assinam o próprio nome; e 95,5% não participa de qualquer movimento social (MDS, 2008).

A Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) divulgou, em Brasília, o "Mapa da Violência 2006 – Os jovens do Brasil", o qual trouxe um dado preocupante, onde mais de vinte por cento da população jovem não estuda e nem trabalha, ou seja, estão mais suscetíveis a estarem nas ruas. Os jovens não devem ser encarados como um problema, mas, como possibilidades de mudanças, para isso, as políticas públicas adotadas necessitam mudar a visão que possui sobre os jovens, os quais precisam ter oportunidades de participar ativamente da sociedade, com fácil acesso à educação (CORREIA; FUCKS; VASCONCELOS; MORAIS, 2010).

A escolaridade das pessoas em situação de rua que acessam o Abrigo São Chico (ANEXO 15.3), na maioria dos casos é Ensino Fundamental Incompleto. Atualmente, duas pessoas não sabem ler ou escrever. Muitos deles têm o hábito da leitura, por isso, o Abrigo disponibiliza de um pequeno acervo bibliográfico através de doações de livros da comunidade em geral.

A pobreza, o desemprego, e a falta de perspectivas de futuro, são desafios enfrentados no cotidiano dos adultos e jovens em situação de vulnerabilidade social, e a educação é um fator que contribui para as capacitações profissionais dos mesmos, garantia de emprego e conseqüentemente na sua reinserção social, proporcionando-lhes autonomia.

### **8.3 Reinserção dos adultos em situação de rua na sociedade**

Cada acolhido deve ser tratada dentro de um abrigo tendo em vista a sua realidade individual, com um plano de atendimento construído em função do seu projeto de vida. O trabalho realizado com qualidade por parte dos funcionários dos abrigos é essencial para a construção de projetos individuais e coletivos dessa população e sua reinserção na comunidade (COSTA, 2005).

Existe uma grande dificuldade em manter os moradores de rua nos abrigos, para que frequentem e participem dos tratamentos psicossociais, educacionais que a instituição oferece, o tempo suficiente para sua recuperação e reinserção na comunidade, e não somente para que façam visitas de vez em quando suprindo as suas necessidades de higiene pessoal e alimentação. O desinteresse de se estabilizar na instituição acontece por motivos como a falta de preparo dos profissionais, falta de programas adequados para sua inclusão, ou pela decadência do edifício em que o abrigo está instalado (PEREIRA, 2014).

É necessário meses para a inclusão social e sua inserção no mercado de trabalho de um adulto em situação de rua, é preciso ofertar-lhes cursos, estudo, acompanhamento psicológico e tratamento para o afastamento das drogas. É preciso que haja uma articulação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda com as demais políticas sociais, para promover a reinserção social dos moradores de rua (PEREIRA, 2014).

A catação de papel, latas e outros resíduos, a guarda de carros, o serviço doméstico e a construção civil, são os serviços mais frequentes que os adultos em situação de rua realizam, porém, essas atividades não garantem o sustento e a sobrevivência dos moradores de rua, que muitas vezes, é garantida através de redes de assistência social (COSTA, 2005).

Os adultos em situação de rua relatam em abordagens sociais, ou em pesquisas, que sua principal e primordial necessidade é a de emprego, que seria o caminho para a saída da rua, porém, em muitos casos, esse desejo não tem como tornar-se realidade, pois cumprir horários, não usar álcool e drogas, não são tarefas fáceis para quem já está na rua há muito tempo. A viabilização de meios de geração de renda para adultos em situação de rua é um grande desafio a ser enfrentado pelo poder público e pela sociedade, visto que essas alternativas precisam adequar-se à realidade dos moradores de rua, levando em consideração o estágio em que se encontra, visando também a possibilidade de que os mesmos adquiram autonomia (COSTA, 2005).

No abrigo São Chico (ANEXO 15.3), a maioria dos acolhidos são desempregados, sem condições de autossustento.

Projetos que alcançam êxito na reinserção dos adultos em situação de rua, precisam ser colocados em prática, combinando acompanhamento social e espaços educativos. As ações voluntárias devem ter participação junto a instituições e entidades sociais que atuam com os moradores de rua, pois ofertam programas regulares de atendimento, fiscalizados pelos Conselhos de Assistência Social. Em contrapartida, percebe-se que o financiamento da rede regular de serviços de Assistência Social é insuficiente. É dever da Política Pública da Assistência Social fornecer segurança aos moradores de rua, porém, existe um grande trajeto a ser percorrido para a garantia do direito à cidadania dessa população (COSTA, 2005).

Ao ser desligado do Serviço de Acolhimento, é necessário que o indivíduo seja acompanhado pela rede socioassistencial do município, por no mínimo seis meses.

A inserção a programas de transferência de renda, participação em projetos, programas e benefícios da Assistência Social; aquisição de moradia de interesse social; fortalecimento dos vínculos familiares, sociais e comunitários; participação em movimentos sociais e organizativos; trabalho digno e formal de acordo com as aptidões dos usuários; acesso aos serviços de saúde e de educação; autonomia financeira; são fatores que auxiliam no processo de saída das ruas (BRASIL, 2015).

Inicia-se a construção do processo de saída das ruas no primeiro contato com o morador de rua, seja por meio do Serviço de Abordagem Social ou Serviço de Acolhimento, entre outros. Neste processo de desligamento é necessário ações com diversos serviços da rede de atendimento das diversas políticas públicas para que se possa aprofundar questões relevantes ao processo de construção de novos projetos de vida para a reinserção dos moradores de rua na sociedade.

Para que os acolhidos permaneçam no abrigo o tempo suficiente para a sua recuperação, o abrigo proposto será projetado de forma que não só atenda as exigências da legislação, mas que também seja um ambiente acolhedor e convidativo, que proporcione bem-estar aos adultos em situação de rua, com ligação direta à natureza, e ainda que ofereça ensino através do Centro de Educação Profissional, com objetivo de lhes trazer informação, educação e qualificação profissional, visando assim a reinserção dessa população na comunidade.

#### **8.4 Moradores de rua e sua relação com o espaço urbano**

As grandes cidades brasileiras estão redefinindo os seus espaços urbanos e preocupando-se com a valorização das áreas centrais, sua auto imagem e geração de renda que as mesmas propiciam para o local, consideram que a presença da pobreza desvaloriza a paisagem urbana dessas áreas centrais. Porto Alegre é um exemplo desse processo, os pobres há muito tempo já não habitam as áreas centrais da cidade, porém é nelas que muitas vezes os moradores de rua garantem o seu sustento durante o dia, pois são áreas movimentadas da cidade e onde encontram alimentos através de bares, restaurantes, cafés, etc., sendo assim, Porto Alegre através de políticas públicas está alterando esse cenário, visando a valorização do espaço central, e impedindo o uso do espaço por essa população com o uso de algumas medidas para que os moradores de rua não façam uso desse espaço, como a criação da Lei N° 11.213, de 6 de fevereiro de 2012, que limita o livre acesso do espaço por todas as pessoas; atitudes por parte dos órgãos municipais como a criação de estacionamento rotativo pago nas ruas, através de Empresa Pública de Transporte e Circulação; expulsão dos adultos em situação de rua dos lugares e apreensão dos seus pertences através da SMAM; coleta automatizada não seletiva de lixo, através do Departamento Municipal de Lixo Urbano; apreensão de mercadorias que roubam sustento de comerciantes informais através da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio; e repressão sistemática feita pela Guarda Municipal e Brigada Militar (LAHMPALOMBINI, 2015).

Na Cidade Baixa de Porto Alegre, reprime-se os estabelecimentos populares através de burocracia e valorização do entorno, e exalta-se os estabelecimentos com preços altos, dos quais moradores de rua que também possuem vida social não conseguem arcar com os custos, assim muitos que frequentavam o bairro deixaram de o frequentar, ocorrendo a proposital higienização social urbana. Artistas de rua também não são bem vindos nos centros das grandes cidades, pois reprime-se a cultura popular, para que se mantenha um ambiente de negócios, e somente a cultura que passa na televisão é mantida (LAHMPALOMBINI, 2015).

Perto dos centros da cidade, se encontram as periferias, as quais possuem pessoas em situação de vulnerabilidade social, visto que Porto Alegre foi crescendo

e não teve estrutura adequada para atender de forma digna a todos os seus moradores, assim essa população instalou-se em áreas periféricas, como morros e locais impróprios para moradia. O Poder Público, na maioria das vezes, acaba por retirar essa população desses lugares visando a valorização do local, porém elas por muitas vezes não ganham outro lugar para moradia, acabam ficando sem lar e tornam-se moradores de rua. Problemas sociais surgem a partir desses ambientes impróprios para habitação, como a desunião de famílias, assim, muitos preferem ir morar na rua do que viver nos seus lares (LAHMPALOMBINI, 2015).

Outro processo que visa impedir a permanência de pessoas de baixa renda no centro da cidade, é a proibição do consumo da venda de bebidas fora dos estabelecimentos comerciais, visto que no interior dos mesmos os moradores de rua não conseguem consumir as bebidas em função dos altos custos. Nos bares populares havia um público diverso, com diferentes culturas e inclusive moradores de rua os acessavam, porém hoje, esses procedimentos visam impedir a aglomeração de diversidades de pessoas (LAHMPALOMBINI, 2015).

Além do centro e arredores do centro, os moradores de rua transitam no bairro Menino Deus de Porto Alegre, devido a tranquilidade do local para dormirem e as doações que recebem pelos moradores com alto poder aquisitivo do bairro, e ainda em locais que possuem a obtenção de drogas, nas entranhas dos bairros. Os moradores de rua não possuem um lugar fixo para dormir, escolhem o local de acordo com o que está disponível na cidade, e geralmente são obrigados a abandonar seus locais de permanência por causa de reclamações ou políticas de higienização das ruas. Ruas, praças, parques, esquinas e largos de Porto Alegre são locais que possuem um grande número de moradores de rua (LAHMPALOMBINI, 2015).

Devido as suas necessidades básicas, os moradores de rua precisam estar em constante movimentação pela cidade em busca de locais que os atendam, locais que de certa forma requerem um distanciamento das pessoas, espaços amplos inutilizados e sem trânsito de pessoas, lagos e rios para banho, e ainda locais de proteção contra a chuva, os quais são utilizados marquises e viadutos, onde não possam ser observados, escondidos da sociedade, e para garantirem as suas



necessidades de alimentação usa-se áreas mais movimentadas da cidade (LAHMPALOMBINI, 2015).

Contudo, os moradores de rua não podem permanecer por muito tempo em um determinado local devido à fiscalização, ocupam vários lugares da cidade, e não apenas um só, mantendo um trânsito contínuo, de acordo com suas necessidades básicas e de acordo com o controle do espaço urbano imposto pelo poder público, sendo assim, o morador de rua possui relação complexa com o espaço. São jogados para espaços não ocupados e afastados da sociedade muitas vezes, para que não atrapalhem o entorno, o que define o território dos moradores de rua é a prática humana (LAHMPALOMBINI, 2015).

## 9. PROGRAMA

As atividades definidas para o programa de necessidades foram baseadas em propostas existentes, buscando-se fazer um abrigo ideal, que acolha aos moradores de rua e que proporcione apoio suficiente para que os mesmos possam ser reinseridos na sociedade.

Com as pesquisas, visita ao abrigo São Chico (ANEXO 15.3), entrevistas com profissionais do serviço social (ANEXO 15.1), e até mesmo com moradores de rua (ANEXO 15.4), foi possível adquirir algumas informações para idealizar um abrigo para moradores de rua, onde o mesmo possua estrutura o suficiente e adequada para atrair os moradores de rua e mantê-los no abrigo até que adquirirem sua autonomia.

O abrigo contará com espaços que proporcionam privacidade aos moradores, ambientes com iluminação natural e com ventilação cruzada, assim como permeabilidade visual para espaços abertos e vegetação tanto na relação interior x exterior quanto na relação exterior x interior. O abrigo têm como objetivo atender as necessidades básicas de higiene, alimentação, convivência e vestuário dos moradores; prestar atendimento psicossocial, fortalecendo os vínculos sociais e incentivando a autonomia; promover acesso à qualificação profissional reinserindo os moradores de rua na comunidade; proporcionar atividades que promovam a integração entre os moradores, os profissionais e funcionários do abrigo e também atuar como espaço de diálogo. Muitos dos moradores de rua trabalham com a coleta de material reciclável, sendo assim, o abrigo terá um espaço para a guarda de carrinhos que fazem a coleta desses materiais.

O Centro de Educação Profissional será posicionado ao lado da praça Eduardo Abichiquer, que se encontra no mesmo lote da parcela do terreno utilizada para o abrigo, para que assim, sua posição privilegie e explore visuais agradáveis que a praça possibilita, a partir das salas de aula e do refeitório.

Quando o morador de rua chegar ao abrigo, será feito o seu cadastro, em ambiente de triagem e, estando de acordo com as normas do abrigo, o morador de rua receberá todos os cuidados que a instituição oferece.

A praça, além de ser utilizada para se ter visuais a partir do Centro de Educação Profissional, terá uso para aulas práticas do curso de jardineiro, horta comunitária, atividades em grupo de lazer e de atividades físicas que serão acompanhados pelos profissionais do abrigo. A praça será setorizada para abrigar as atividades propostas, e o Abrigo e o Centro de Educação Profissional como projeto arquitetônico.

Tabela 1 – Tabela de áreas

<b>TABELA DE ÁREAS</b>				
<b>ACESSO</b>				
<b>ESPAÇO</b>	<b>MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>ÁREA UNITÁRIA (m<sup>2</sup>)</b>	<b>ÁREA TOTAL (m<sup>2</sup>)</b>
RECEPÇÃO	Poltronas, balcão, cadeira.	1	-	45,00
TRIAGEM	Mesa, cadeiras, prateleiras.	1	-	10,00
ZELADORIA	Mesa, cadeira, armários.	1	-	9,00
MONITORIA	Armários, cadeiras, mesa.	1	-	20,00
Área total:				84,00
<b>ATIVIDADES COLETIVAS</b>				
ESPAÇO DE JOGOS E EVENTOS	Cadeiras, mesas de jogos.	1	-	150,00
SALA DE TV	Sofás, poltronas e televisão.	1	-	55,00
SALA DE LEITURA	Livros, mesas, cadeiras, estantes, poltronas.	1	-	80,00
SANITÁRIO FEMININO	Cuba e vaso sanitário.	1	-	8,00
SANITÁRIO MASCULINO	Cuba e vaso sanitário.	1	-	8,00
SANITÁRIO PNE	Cuba, vaso sanitário, barra vertical, barra horizontal.	1	-	3,00
PÁTIO SOCIAL	Cadeiras, mesas, bancos, horta.	1	-	À definir.
Área total:				304,00

<b>ATENDIMENTO</b>				
ESPERA	Poltronas, sofá, mesas.	1	-	20,00
SALA ENFERMARIA/MEDICAMENTOS	Mesa, balcão com pia inox, maca, armário.	1	-	20,00
SALA ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL	Cadeiras, mesa, sofá, armário.	2	20,00	40,00
SALA TERAPIA OCUPACIONAL	Armário, cadeiras, mesa, sofá.	1	-	28,00
SANITÁRIO FEMININO	Cuba e vaso sanitário.	1	-	8,00
SANITÁRIO MASCULINO	Cuba e vaso sanitário.	1	-	8,00
SANITÁRIO PNE	Cuba, vaso sanitário.	1	-	4,00
Área total:				128,00
<b>ÁREA ÍNTIMA</b>				
ESTAR DOS DORMITÓRIOS MASCULINOS	Mesa, sofás e poltronas.	2	35,00	70,00
ESTAR DOS DORMITÓRIOS FEMININOS	Mesa, sofás e poltronas.	1	-	35,00
DORMITÓRIO MASCULINO	Camas, roupeiro, mesa de apoio.	6 (3 pessoas por dormitório).	20,00	120,00
DORMITÓRIO MASCULINO	Camas, roupeiro, mesa de apoio.	2 (4 pessoas por dormitório).	20,00	40,00
DORMITÓRIO MASCULINO	Camas, roupeiro, mesa de apoio.	2 (4 pessoas por dormitório).	20,00	40,00
DORMITÓRIO FEMININO	Camas, roupeiro, mesa de apoio.	4 (3 pessoas por dormitório).	20,00	80,00
DORMITÓRIO FEMININO	Camas, roupeiro, mesa de apoio.	1 (4 pessoas por dormitório).	-	20,00
SANITÁRIO/VESTIÁRIO FEMININO	Vasos sanitários, lavatório, chuveiros, bancos.	1	-	35,00
SANITÁRIO/VESTIÁRIO MASCULINO	Vasos sanitários, lavatório, chuveiros, bancos.	2	35,00	70,00
SANITÁRIO PNE	Cuba, vaso sanitário, chuveiro.	3	5,30	15,90
Área total:				525,90

<b>FUNCIONÁRIOS</b>				
ESPERA	Poltronas, sofá, mesas.	1	-	20,00
SALA ADMINISTRAÇÃO	Mesas, cadeiras, armário.	1	-	27,00
SALA DA COORDENAÇÃO	Mesas, cadeiras, armário, arquivos.	1	-	20,00
SALA DE REUNIÕES	Mesa de reuniões, cadeiras.	1	-	20,00
SALA E COPA FUNCIONÁRIOS	Mesa, cadeiras, geladeira, pia, microondas, sofá, televisão.	1	-	28,00
VESTIÁRIO FUNC./MASCULINO	Lavatório, vaso sanitário, chuveiro, banco.	1	-	10,00
VESTIÁRIO FUNC./FEMININO	Lavatório, vaso sanitário, chuveiro, banco.	1	-	10,00
ESTACIONAMENTO	15 Vagas para funcionários e visitantes.	1	-	À definir.
Área total:				125,00
<b>ÁREA DE SERVIÇO</b>				
REFEITÓRIO	Mesas e cadeiras, apoio ao buffet.	1	-	80,00
COZINHA	Fogão industrial 6 bocas, bancada com pia de duas cubas, exaustor, coifa, geladeira.	1	-	30,00
RECEPÇÃO ALIMENTOS	Bancada com pia.	1	-	10,00
DESPENSA	Prateleiras hortifruti, prateleira alimentos.	1	-	7,00
CAMÂMARA FRIA	Freezer industrial, freezer horizontal.	1	-	7,00
LIXO	-	1	-	2,00
LAVANDERIA	Tanques, máquina de lavar roupa.	1	-	20,00
ROUPARIA	Estantes.	1	-	10,00
ALMOXARIFADO	Estantes, armários, mesa, cadeira.	1	-	25,00
SALA DOAÇÕES	Estantes.	1	-	25,00

SANITÁRIO FEMININO	Cuba e vaso sanitário.	1	-	8,00
SANITÁRIO MASCULINO	Cuba e vaso sanitário.	1	-	8,00
SANITÁRIO PNE	Cuba, vaso sanitário.	2	3	6,00
Área total:				238,00
<b>INFRAESTRUTURA DE APOIO</b>				
GUARDA DE CARRINHOS DE COLETA DE MATERIAL RECICLÁVEL	-	-	-	26,00
BICICLETÁRIO	6 vagas.	-	-	6,00
CANIL	4 casas.	-	-	20,00
Área total:				52,00
<b>ÁREA TÉCNICA</b>				
ELEVADOR	-	2	-	À definir.
ESCADA	-	1	-	À definir.
AR CONDICIONADO	-	-	-	À definir.
RESERVATÓRIO INFERIOR	Reservatório, bombas.	1	-	À definir.
CENTRAL GÁS	-	1	-	À definir.
GERADOR	-	1	-	À definir.
TRANSFORMADOR	-	1	-	À definir.
POÇO ELEVADOR	-	2	-	À definir.
CORREIO	-	-	-	2,00
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>				
RECEPÇÃO	Computador, mesa, cadeira, sofá, armário.	1	-	43,00
ADMINISTRAÇÃO PROFESSORES	Mesa, cadeiras, computador, armário.	1	-	43,00
SANITÁRIO FEMININO	Cuba, vaso sanitário.	6	8,00	48,00
SANITÁRIO MASCULINO	Cuba, vaso sanitário.	6	8,00	48,00
SANITÁRIO PNE	Cuba, vaso sanitário.	6	4,00	24,00
SALA DE INFORMÁTICA E BIBLIOTECA	Computadores, mesas, cadeiras, estantes, poltronas.	1	-	65,00

ALA DE OFICINAS DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL, E À COOL E OUTRAS DROGAS	Mesa, cadeiras, armário, material de apoio, guarda-volumes.	1 – Atende à 9 cursos.	-	65,00
SALA DE CONVIVÊNCIA DA 3ª IDADE – AULAS DE TRICÔ, CROCHÊ, PINTURA EM TECIDO, COSTURA, IOGA				
SALA DE PALESTRAS MOTIVACIONAIS, ORIENTAÇÃO JURÍDICA E ATENDIMENTO PSICOLÓGICO EM GRUPO E SALA PARA CURSO DE EMPREENDEDORISMO E O MUNDO DO TRABALHO				
SALA PARA CURSO DE ATENDENTE DE COMÉRCIO E ESCRITÓRIO				
SALA PARA CURSO DE PINTORES DE PAREDE E CURSO DE JARDINEIROS, DE MARCENARIA, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS.	Mesas, cadeiras, armário, materiais de apoio, guarda-volume.	1	-	65,00
REFEITÓRIO para 50 pessoas	Mesas, cadeiras.	1	-	65,00
Área total:				195,00

Área total: 1653,90m<sup>2</sup>

## 9. 1 Centro de Educação Profissional

O Centro de Educação Profissional atenderá a jovens e adultos com baixa escolaridade, desempregados e que estão em situação de vulnerabilidade social, encaminhados pelos programas de Assistência Social ou por procura própria. Os

alunos caracterizam-se pela fragilidade social em que se encontram, vitimadas pelo alcoolismo, pelo desemprego, pela violência doméstica, entre outros. O objetivo principal do Centro de Educação Profissional é desenvolver uma metodologia adequada para essa população, e de que os adultos em situação de rua compreendam de que é necessário a obtenção de capacitação profissional para conquistar a sua autonomia financeira.

Os abrigos, além de fornecerem acolhimento, devem ser a porta de retorno à sociedade, com isso é proposto o Centro de Educação Profissional. É necessário que as pessoas acolhidas nos abrigos tenham perspectivas para o futuro, sendo assim, a metodologia de ensino ancorou-se em três linhas de ação da organização: informar, prevenir e educar.

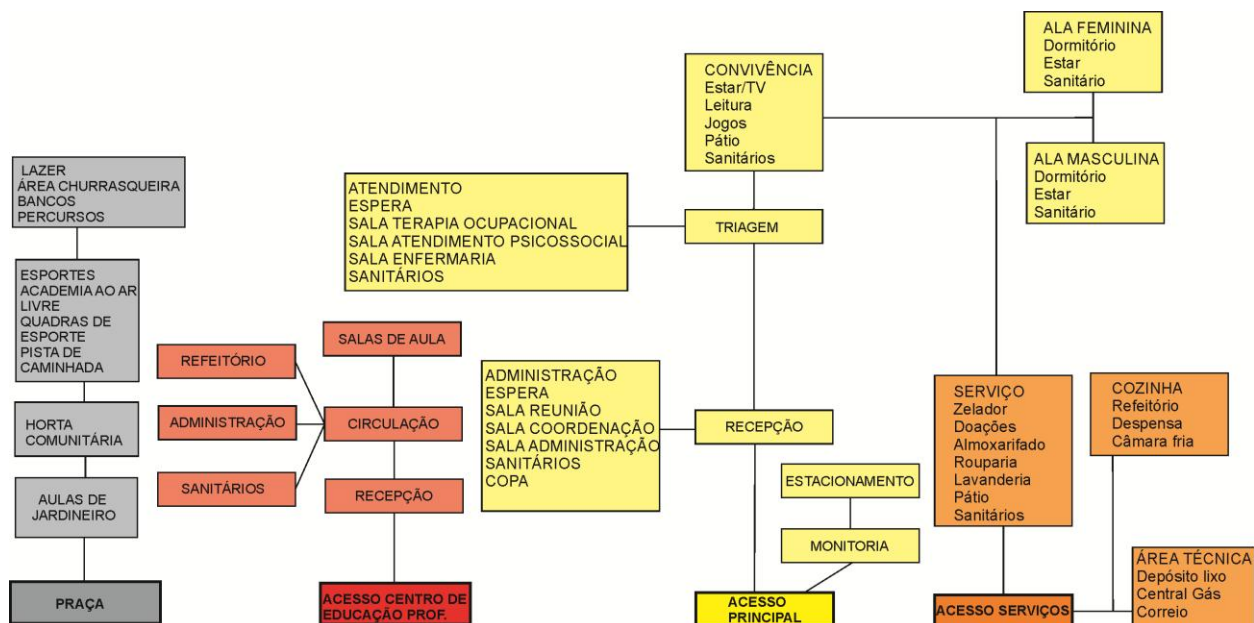
Os cursos serão divulgados para a população em situação de vulnerabilidade social através de panfletos, noticiários e até mesmo pelos trabalhadores da rede de assistência social, e terão um número máximo de vagas. Os interessados fazem a pré-matrícula no próprio Centro de Educação Profissional, mas a vaga será garantida só após o candidato comparecer ao Centro, no dia estabelecido. Durante o curso, há um acompanhamento dos alunos que é realizado pelos educadores. Por se tratar de pessoas que apresentam dificuldades de assumirem compromissos, essas fragilidades serão tratadas pelos psicólogos. Haverá um lanche que será ofertado no refeitório. A formação do Centro de Educação Profissional têm o objetivo de fornecer aos alunos qualificação para a geração de renda própria, e também para o desenvolvimento de autonomia e o resgate da cidadania. Noções de direitos do trabalho e cidadania, relações humanas, autoestima, noções básicas de comportamento e higiene pessoal, serão conteúdos abordados no Centro.

As aulas propiciarão noções teóricas e práticas e atividades coletivas, que serão ministradas pelos professores conforme o curso, algumas aulas práticas utilizarão a praça Eduardo Abichiquer como apoio. Quando acontece a conclusão do curso será organizada uma cerimônia de formatura. O Centro de Educação Profissional terá convênios e contará com a parceria de várias entidades de educação profissional, vinculadas ao Fórum de Educação Profissional, para viabilizar e garantir o atendimento a um grande número de alunos.



## 9.2 Fluxograma

Figura 3 - Fluxograma



Fonte: Autora (2018).

## 9.3 Arquitetura dos abrigos

Ao projetar-se um abrigo para adultos em situação de rua é necessário levar em consideração que o mesmo precisa ter o conforto de uma residência, fachada convidativa e aconchego no seu interior, com estrutura para a oferta de capacitação profissional, auxílio psicológico, descanso, educação e entretenimento dos moradores de rua, usando-se de diretrizes que garantam a execução de um projeto, garantindo o seu real objetivo (PEREIRA, 2014).

O uso de sustentabilidade na arquitetura é essencial para economia e para educação dos acolhidos em relação ao meio ambiente. Alguns dos moradores de rua praticam a sustentabilidade através da reciclagem, contribuindo para um mundo melhor (PEREIRA, 2014).

Em um abrigo, é preciso ter cuidado com algumas cores frias, como a cor preta e cinza, pois elas podem causar melancolia, tristeza, carência, solidão e depressão; e também com algumas cores quentes, como a cor vermelha, que

podem tornar o ambiente estressante. Os moradores de rua não são muito acostumado com cores coloridas, e cores vibrantes, muitas dessas pessoas são sérias e ainda, muitos sofrem de problemas mentais, e sentem bastante esses efeitos transmitidos pelas cores e materiais usados no local, contudo, o uso do colorido no edifício é importante para trazer alegria, mas tem que ser usado com cautela para não trazer uma sensação de surrealidade para os mesmos. Cores claras, tons pastéis, madeira e vegetação são ideais para o edifício. É fundamental a escolha certa da cor e do caráter da fachada do abrigo, pois ela que irá atrair o morador de rua (PEREIRA, 2014).

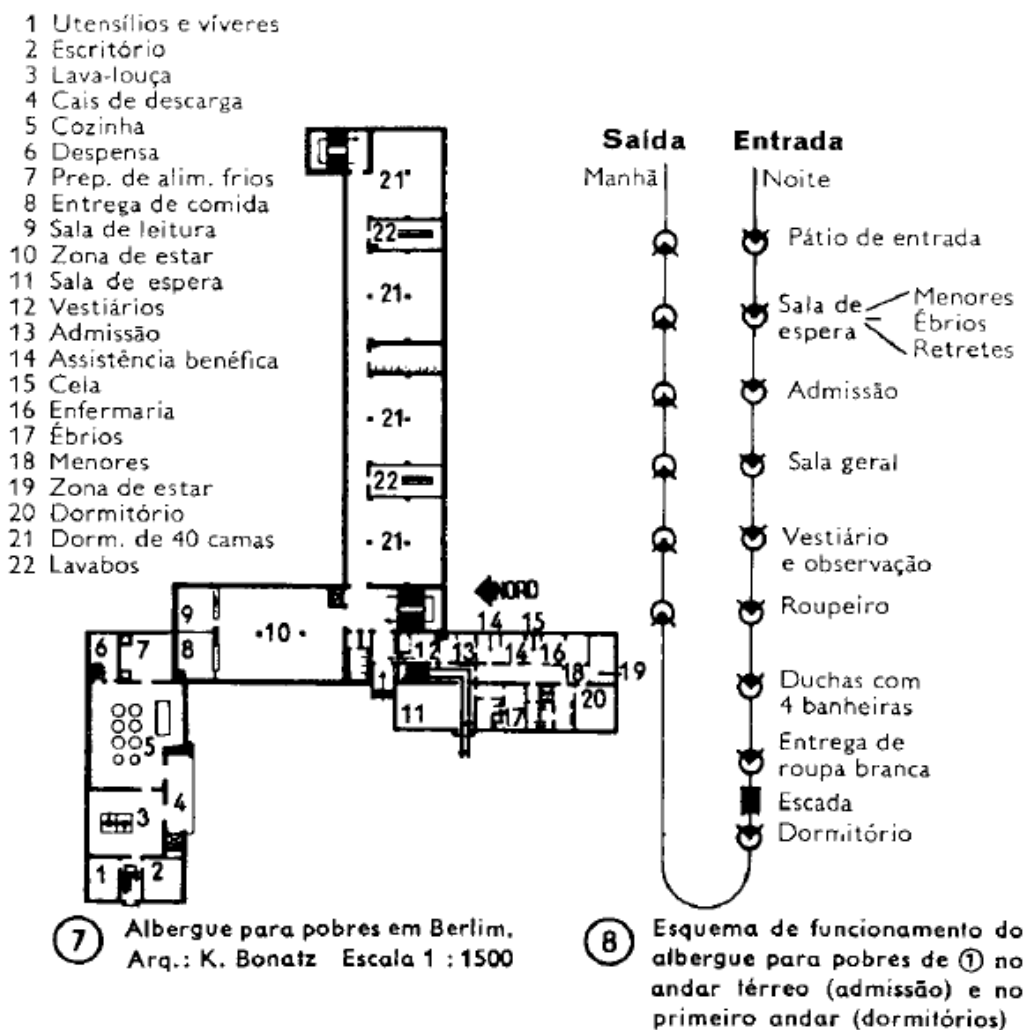
É preciso que o pé direito do abrigo não seja baixo, e não pode ser muito alto para não diferenciar-se significativamente de uma casa; o uso de madeira e telha cerâmica é aconselhado, visto que muitos adultos em situação de rua são mais humildes, e associa a arquitetura de uma residência com a utilização de telhado de telha de barro ou cerâmica, e estrutura de madeira. A iluminação deve ser simples, com o máximo uso de iluminação natural. Essa população está acostumada a ver paisagens e lugares abertos, por isso é essencial a obtenção de uma área de convivência adequada e convidativa. Piso cerâmico e cimentício estão dentro dos conhecimentos dos desabrigados. Nas paredes é importante a utilização de cores como, amarela, laranja, azul, marrom, verde e branca, e nenhum ambiente totalmente com cores quentes para não causar irritações. É indicado o uso de mobiliários de madeira, ligados uns aos outros em suas disposições, influenciando assim, as conversas entre eles; quadros com paisagens do dia a dia são elementos também importantes (PEREIRA, 2014).

## 10 DIMENSIONAMENTO DOS ESPAÇOS

### 10.1 Neufert – Albergues para pobres

Conforme Neufert (1976), em todas as cidades Alemãs existe uma casa dos pobres, nas quais as pessoas que não possuem casa podem pernoitar até 5 vezes por mês. Na entrada do albergue, o acolhido entrega as roupas, se submete a um reconhecimento médico e toma um banho, após isso recebe um pijama para entrar no dormitório. Os banheiros situam-se entre cada sala-dormitório. A temperatura deve se manter entre 20° e 22°, pois os acolhidos apenas vestem o pijama.

Figura 4 – Albergues para pobres



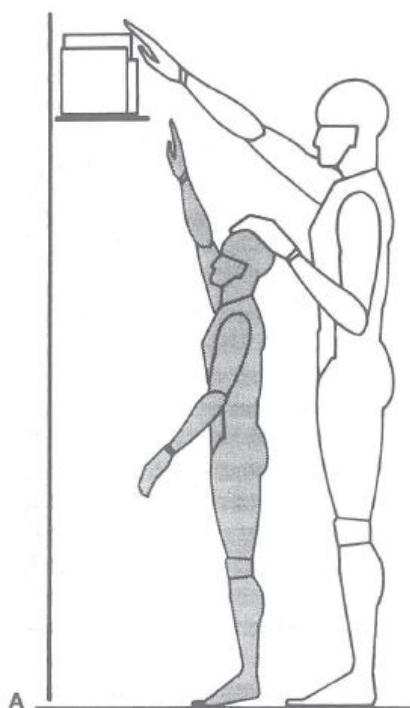
Fonte: Neufert (1976).

## 10.2 Panero, Julius – Dimensionamento Humano para Espaços Interiores

O espaço a ser projetado deve levar em consideração o tipo de usuário do espaço, em relação a idade, sexo, população e etnia. Em determinadas situações, o arquiteto deverá obter determinadas medidas corporais dos usuários devidos às variações nas dimensões corporais individuais, para a adequação dos ambientes. O projeto deve acomodar a maior parte da população usuária envolvida, ou seja 90% dessa população, baseando-se na natureza da tarefa, nas limitações físicas e na antropometria do usuário (PANERO; ZELNIK, 2008).

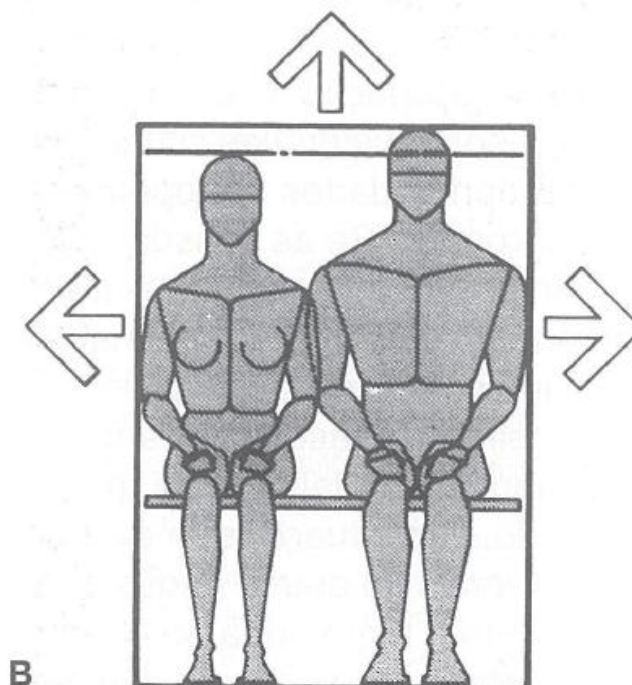
Deve-se utilizar os dados de pessoas com menores dimensões corporais para fixar dimensões onde o alcance for o fator determinante (FIGURA 5). Para dimensionar o espaço livre, os dados das pessoas com maiores dimensões corporais devem ser utilizados (FIGURA 6) (PANERO; ZELNIK, 2008).

Figura 5 - Alcance



Fonte: Panero; Zelnik (2008).

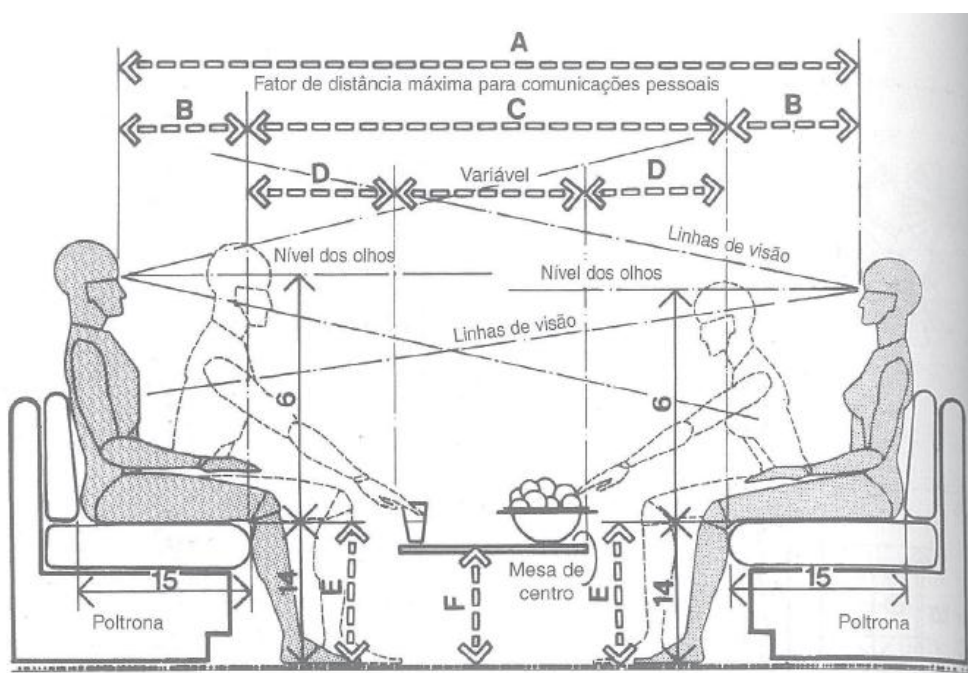
Figura 6 – Espaço livre



Fonte: Panero; Zelnik (2008).

Os idosos tendem a ser mais baixos que os jovens, possuem limitações dos movimentos, por isso medidas de alcance dos idosos são menores que as das pessoas mais novas. Para a determinação do alcance e espaço livre, é necessário que o indivíduo e sua cadeira de rodas sejam vistos como um todo (PANERO; ZELNIK, 2008).

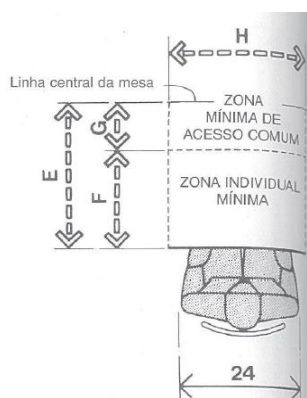
Figura 7 – Espaços livres em áreas de estar



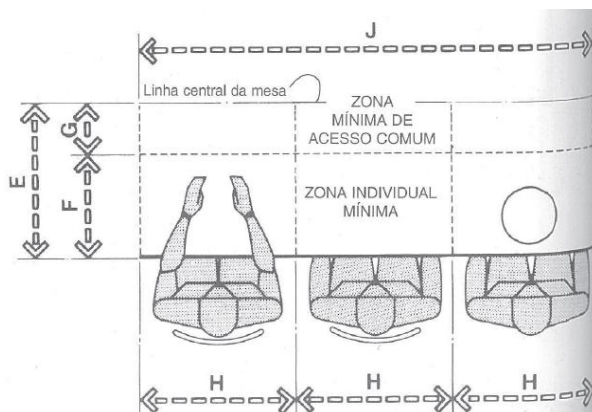
Fonte: Panero; Zelnik (2008).

Legenda: A: 213,4 - 284,5 cm; B: 33,0 - 40,6 cm; C: 147,3 - 203,2 cm; D: 40,6 - 45,7 cm; E: 35,6 - 43,2 cm; F: 30,5 - 45,7 cm (PANERO; ZELNIK, 2008).

Figura 8 – Zona individual mínima Figura 9 – Disposição ótima para três



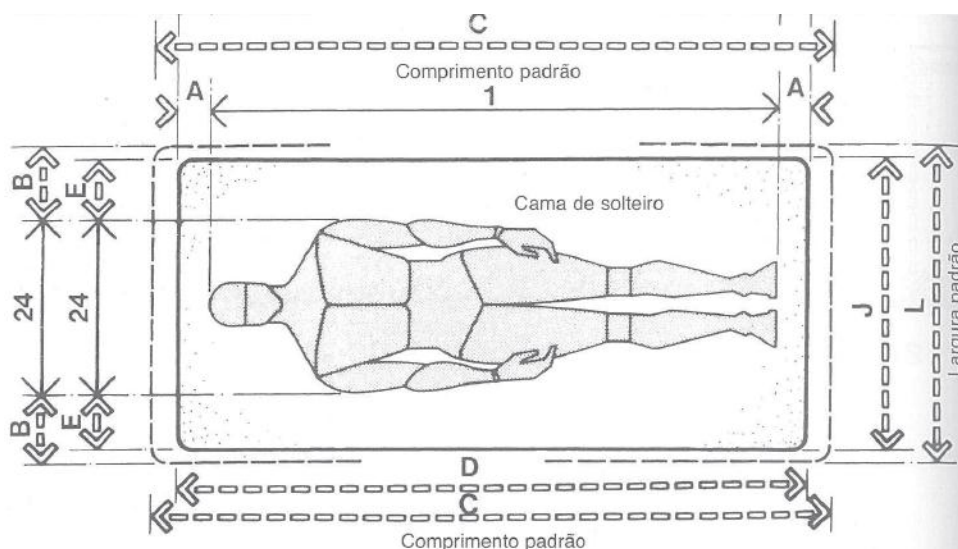
Fonte: Panero; Zelnik (2008).



Fonte: Panero; Zelnik (2008).

Legenda: E: 53,3 cm; F: 40,6 cm; G: 12,7 cm; H: 61,0 cm; J: 183,0 cm (PANERO; ZELNIK, 2008).

Figura 10 – Cama de solteiro



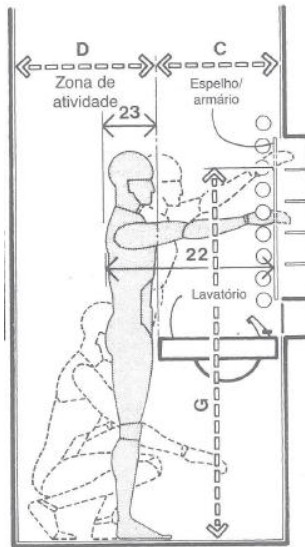
Fonte: Panero; Zelnik (2008).

Legenda: A: 6,4 cm; B: 19,1 cm; C: 213,4 cm; D: 198,1 cm; E: 15,2; J: 91,4 cm; L: 99,1 cm (PANERO; ZELNIK, 2008).

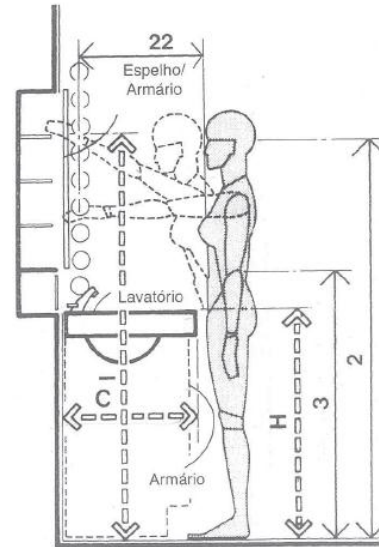


Figura 11 – Banheiro masculino

Figura 12 – Banheiro feminino



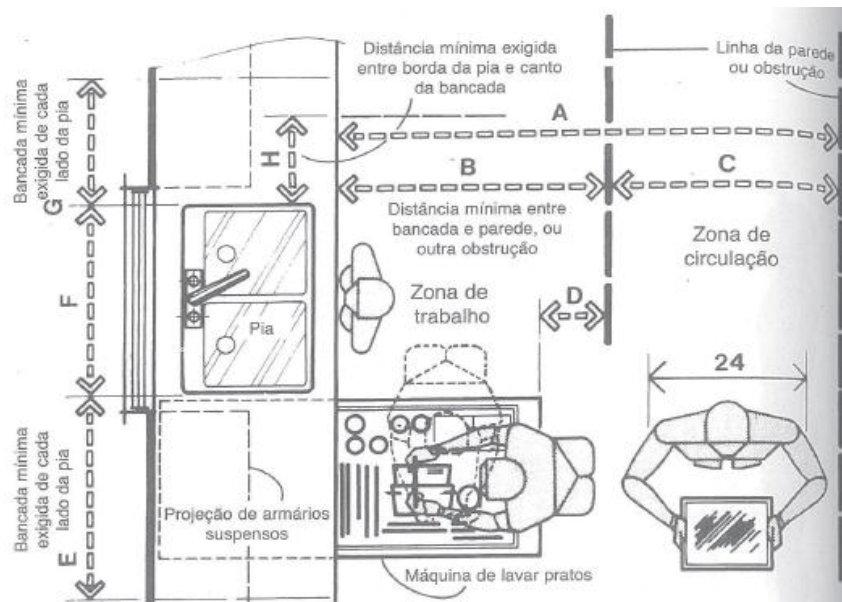
Fonte: Panero; Zelnik (2008).



Fonte: Panero; Zelnik (2008).

Legenda: C: 48,3 – 61,0 cm; D: 68,6 cm; G: 182,9 cm; H: 81,3 – 91,4 cm (PANERO, 2008).

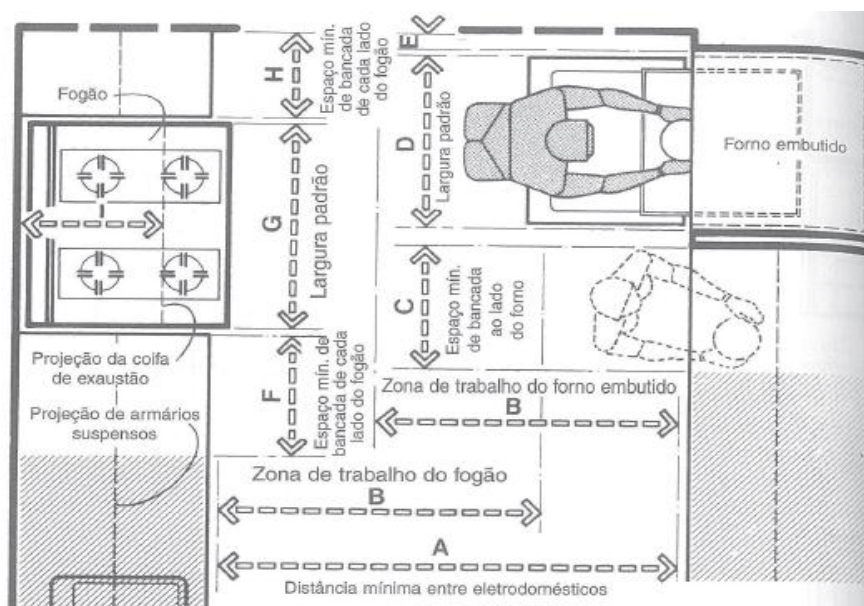
Figura 13 - Cozinha – Área da pia



Fonte: Panero; Zelnik (2008).

Legenda: A: 177,8 – 193,0 cm; B: 101,6 cm; C: 76,2 – 91,4 cm; D: 45,7 cm; E: 61,0 cm; F: 71,1 – 106,7 cm; G: 45,7 cm; H: 30,5 cm (PANERO; ZELNIK, 2008).

Figura 14 - Cozinha – Área de forno e fogão



Fonte: Panero; Zelnik (2008).

Legenda: A: 121,9 cm; B: 101,6 cm; C: 38,1 cm; D: 53,3 – 76,2 cm; E: 2,5 – 7,6 cm; F: 38,1 cm; G: 49,5 – 116,8 cm; H: 30,5 cm (PANERO; ZELNIK, 2008).



## 11 TERRENO

### 11.1. Apresentação do terreno e legislação

O terreno está situado na Avenida Presidente Castelo Branco, bairro Moinhos da cidade de Lajeado. O lote é um terreno único da prefeitura que possui duas situações, a praça Eduardo Abichiquer, classificada pelo Plano Diretor como Unidade Territorial Especial e uma outra parcela que não faz parte da praça, e que está classificada como Pólo de Comércio e Serviço, sendo assim, será trabalhado dentro de uma área pública a fração que não abrange a praça para a construção de um Abrigo e Centro de Educação Profissional para adultos em situação de rua, e a praça será projetada somente como um zoneamento geral, o qual se relacionará com o abrigo proposto.

O lote é de formato irregular, possuindo 11314,25m<sup>2</sup> de área total. A parcela do terreno que será utilizada pelo projeto arquitetônico possui 2296,22m<sup>2</sup>.

Figura 15 - Terreno no bairro






Figura 16 - Terreno



Fonte: Google Maps (2018) por parte da Autora.

Fonte: Google Maps (2018).

Legenda:

-  Bairro
-  Terreno área à construir
-  Praça existente

Legenda:



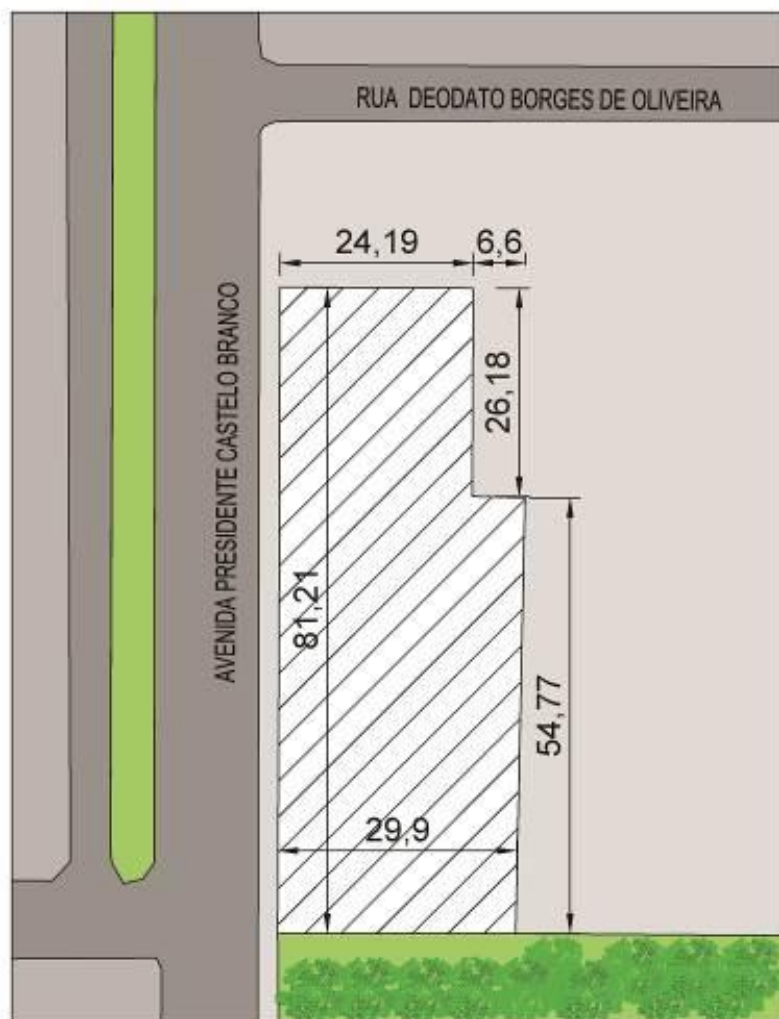
-  Terreno área à construir
-  Praça existente



Figura 18 - Planta de situação e localização ampliada (sem escala)



Fonte: Autora (2018).

## 11.2 Vegetação

O terreno possui vegetação de pequeno, médio e grande porte, apresenta árvores de espécies nativas, as quais serão mantidas se possível, e as demais, caso necessário para a execução do projeto, poderão ser retiradas.

A figura 19, mostra árvores de grande porte junto à divisa com o lote vizinho.

Figura 19 – Árvores de grande porte



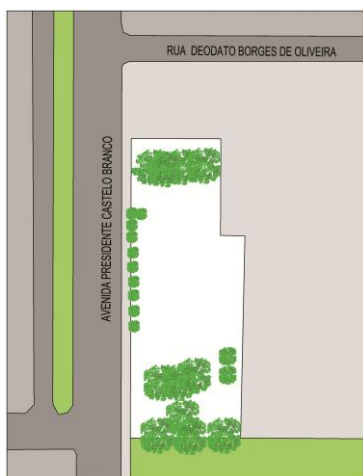
Fonte: Autora (2018).

Figura 20 – Vegetação no lote



Fonte: Google Maps (2018).

Figura 21 – Vegetação      Figura 22 – Árvores médio porte internas ao lote



Fonte: Autora (2018).



Fonte: Autora (2018).

Nas imagens a seguir percebe-se uma grande quantidade de vegetação, com algumas de espécie nativa e as demais de pequeno porte e de fácil retirada.



Figura 23 – Árvores grande porte



Fonte: Autora (2018).

Figura 24 – Árvores grande porte



Fonte: Autora (2018).

Na figura 25 percebe-se vegetações de pequeno porte. A figura 26 mostra de forma mais aproximada árvores nativas internas ao lote.

Figura 25 – Vegetação pequeno porte



Fonte: Autora (2018).

Figura 26 – Árvores grande porte



Fonte: Autora (2018).

## 11.3 Condicionantes legais do terreno

### Plano Diretor Municipal

Conforme pode ser visto na figura 27, retirada do mapa de zoneamento da cidade de Lajeado, foi feita a marcação da quadra. O lote localiza-se na Unidade Territorial de Planejamento UTP 7 que, de acordo com o Plano Diretor, é caracterizada como Pólo de Comércio e Serviço (PCS) para a área de projeto arquitetônico a ser trabalhada, e a outra parcela do lote a qual está inserida a praça e que será trabalhada como forma de zoneamento, localiza-se na Unidade Territorial Especial (UTE).

Figura 27 - Trecho ampliado. Zoneamento – UTP 7 – Quadra 69.



Fonte: Prefeitura de Lajeado.

### Do uso do solo na zona urbana

Conforme Art. 75, Unidades Territoriais Comerciais e de Serviços (UTCS) e Pólo de Comércio e Serviços (PCS) são caracterizadas pela homogeneidade de uso, em que predominam as atividades comerciais ou de serviços.

Tabela 2 – Índices aplicados ao terreno

<b>ÍNDICES APLICADOS AO TERRENO ESCOLHIDO</b>					
UTP7	AT	IA	TO	H	RC
PCS	07	07	03	06	05
<b>CÓDIGO</b>	<b>ALTURA DAS EDIFICAÇÕES</b>				
06	ALTURA LIVRE. *PARA CONSTRUÇÕES NO RECUO DE FUNDOS, A ALTURA MÁXIMA SERÁ DE 5,00m (CINCO METROS), INCLUSIVE O TELHADO.				
<b>ÍNDICE DE APROVEITAMENTO</b>					
<b>CÓDIGO</b>	<b>REGIME</b>				
07	IR = 3,00		ICS = 6,00		II = 2,00
<b>PADRÕES DE RECUO PARA AJARDINAMENTO</b>					
<b>CÓDIGO</b>	<b>REGIME</b>				
05	JCS = ISENTO DE AJARDINAMENTO				JR = 4,00m.
<b>TAXA DE OCUPAÇÃO</b>					
<b>CÓDIGO</b>	<b>REGIME</b>				
03	TO COM. E SERV. MISTA E INDUSTRIAL COM RECUO MÍNIMO DE 4,00M = 4/5.				

Fonte: Autora (2018), adaptado de Prefeitura de Lajeado (2018).

### Índice de aproveitamento

Considera-se como base de cálculo a UTP 7 com os condicionantes impostos pelo Polo de Comércio e Serviço (PCS). Este rege como índice de aproveitamento o código 07 (IA = 6,00), assim será considerado:

Índice de Aproveitamento: 6,00.

$$IA = 1653,90\text{m}^2 \times 6 = 9923,4\text{m}^2$$

### Recuos de Jardim

O PCS da UTP 07, leva como regra o código 05, o qual tem o recuo de jardim de forma isenta.

### Taxa de Ocupação

O PCS da UTP 07 determina como taxa de ocupação o código 03 (TO = 4/5, com recuo mínimo de 4,00 metros), então será considerado:

Taxa de ocupação: 4/5

TO = 1653,90 x 4/5 = 1323,12m<sup>2</sup>

#### **11.4. Justificativa do terreno**

A escolha deste terreno se justifica, pois além de estar inserido na comunidade, em uma área não alagável, próximo ao centro da cidade, a região apresenta grande concentração de moradores de rua. Escolheu-se o terreno com a área necessária para a realização do projeto o mais próximo possível das áreas de maior concentração de pessoas em situação de rua da cidade. Atualmente o terreno encontra-se sem uso e pertence ao município de Lajeado, fator que auxilia na viabilização do projeto.

O seu entorno conta com uma variedade de serviços e equipamentos, além da facilidade de acesso às demais regiões da cidade através de transporte público. A rodoviária da cidade está localizada na mesma avenida a qual situa-se o lote, e conforme dados do CREAS das cidades de Lajeado e Estrela (ANEXO 15.3; ANEXO 15.6), muitos dos moradores de rua transitam pelas rodoviárias, pois viajam de uma cidade a outra, em busca de emprego. A escolha do terreno se justifica também por estar ao lado da praça, visto que a população em situação de rua caracteriza-se pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e de áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia, e por não estar situado em uma rua de alto padrão residencial, para não acanhar os acolhidos.

Conforme uma entrevista com a psicóloga Paula R. Vettorello da Silveira, do abrigo São Chico (ANEXO 15.3), sobre a localização do terreno escolhido para o trabalho, a Avenida onde se encontra o terreno é um lugar na qual transitam muitos moradores de rua, pois além de uma grande quantidade se concentrar na rodoviária, visto que geralmente chegam no abrigo e relatam que foram indicados pela mesma, na Avenida também se encontra o Fórum, o qual é muito procurado pelas pessoas em situação de rua, e ainda o Parque dos Dick que está próximo ao terreno, local de grande permanência dessa população.



O fato de existir uma escola nos fundos do lote que será utilizado não se torna um problema, pois conforme a psicóloga Paula R. Vettorello da Silveira, do abrigo São Chico, o abrigo já se instalou três vezes em frente a escolas e nunca existiu nenhum tipo de conflito, visto que o abrigo possui regras, e não pode ser utilizado drogas e nem bebidas alcoólicas no mesmo.

O objetivo de um abrigo é justamente de retirar as pessoas das ruas através de abordagens sociais e de tratar suas fragilidades, vícios e ainda de qualificar essa população profissionalmente, então ao contrário de se gerar uma problemática para a escola, o abrigo trará benefícios a sociedade em geral, pois as pessoas em situação de vulnerabilidade social serão retiradas por vontade própria de tal situação e a cidade terá um aspecto de mais segurança.

Outro fator levantado também é de que o lote não está situado próximo a Júlio de Castilhos (rua comercial onde se concentra um grande número de moradores de rua) por não ter a disponibilidade de terrenos com o tamanho necessário para a elaboração do abrigo e do Centro de Educação Profissional, e conforme a psicóloga Paula R. Vettorello da Silveira, é importante que os abrigos não estejam localizados com acessos diretos a essas ruas, pois a ideia é de que os moradores fiquem no abrigo durante o dia também, fazendo tratamentos psicossociais e cursos profissionalizantes para a sua reinserção no mercado de trabalho, e se se têm acesso muito fácil às ruas do centro, essa permanência durante o dia no abrigo diminui e os acolhidos acabam não se reeducando e tratando suas fragilidades, além de que moradores de rua caminham muito durante o dia, estão em várias partes da cidade, então a distância até a rua Júlio de Castilhos não seria um problema a ser considerado.

Na quadra em que o lote está inserido encontra-se o CTG Raízes do Sul, o qual é um ótimo incentivo à cultura dos futuros acolhidos do abrigo e a Unidade Básica de Saúde do bairro a qual é necessária para cuidados de saúde dos indivíduos. A imagem abaixo (FIGURA 28) mostra a distância a ser percorrida a pé, com o ponto de partida do abrigo proposto até os locais de maior concentração dos moradores de rua na cidade.

Figura 28 – Distâncias a serem percorridas



Fonte: Google Maps (2018) por parte da Autora (2018).

### Legenda

- |              |                            |                    |
|--------------|----------------------------|--------------------|
| 1 Rodoviária | 4 Unidade Básica de Saúde  | 7 Abrigo São Chico |
| 2 Fórum      | 5 Lote                     | 8 Praça            |
| 3 CTG        | 6 Praça Eduardo Abichiquer | 9 Parque dos Dick  |
- Média concentração de moradores de rua. ○ Grande concentração de moradores de rua.

A imagem abaixo (FIGURA 29) nos mostra a Avenida Presidente Castelo Branco classificada como rua radial de alto fluxo de pessoas e veículos, que liga o centro da cidade à vias periféricas, e já considerando que com o passar dos anos o abrigo terá vagas disponíveis, visto que o objetivo do Centro de Educação Profissional é reinserir os moradores de rua no mercado de trabalho e consequentemente diminuir o número dessa população, poderá atender aos municípios do Vale do Taquari, os quais terão fácil acesso a RS-130 e BR-386.

A Avenida Presidente Castelo Branco, de acordo com o Plano Diretor, é caracterizada como Pólo de Comércio e Serviço (FIGURA 30), possui tendência a se desenvolver com mais variedades de comércio, visto que na Rua Júlio de Castilhos e Avenida Benjamin Constant o espaço para o crescimento de comércio está restrito.

Figura 29



Fonte: Prefeitura de Lajeado.

— Radial 02.

● Lote.

Figura 30



Fonte: Prefeitura de Lajeado.

■ Pólo de Comércio e Serviço.

● Lote.



## 11.5 Levantamento fotográfico

Figura 31 - Terreno



Fonte: Autora (2018).

Figura 32 - Entorno



Fonte: Autora (2018).

Figura 33 - Entorno



Fonte: Autora (2018).

Figura 34 - Vista para a praça



Fonte: Autora (2018).

Figura 35 – Vista para a praça



Fonte: Autora (2018).

Figura 36 – Vista para a praça



Fonte: Autora (2018).

Figura 37 – Vista para a praça



Fonte: Autora (2018).

Figura 38 – Vista para a praça



Fonte: Autora (2018).

Figura 39 – Vista para a praça



Fonte: Autora (2018).

## 11.6 Prefeitura de Lajeado

Na Prefeitura Municipal de Lajeado, realizou-se duas entrevistas, uma com a arquiteta responsável da prefeitura, Débora Delai, e a outra com o setor do Cadastro Imobiliário. Na conversa com a arquiteta, foram feitos os seguintes questionamentos abaixo:

1. É possível construir um abrigo e centro de educação profissional para adultos em situação de rua em apenas uma parcela do terreno o qual se encontra na Avenida Presidente Castelo Branco, setor 6, quadra 69, lote 452?

Sim é possível, pois a parcela do terreno a qual será utilizada está classificada como Polo de Comércio e Serviço de acordo com o mapa de zoneamento da cidade de Lajeado.

2. É preciso fazer o desmembramento do terreno para a construção do abrigo e centro de educação profissional para adultos em situação de rua?

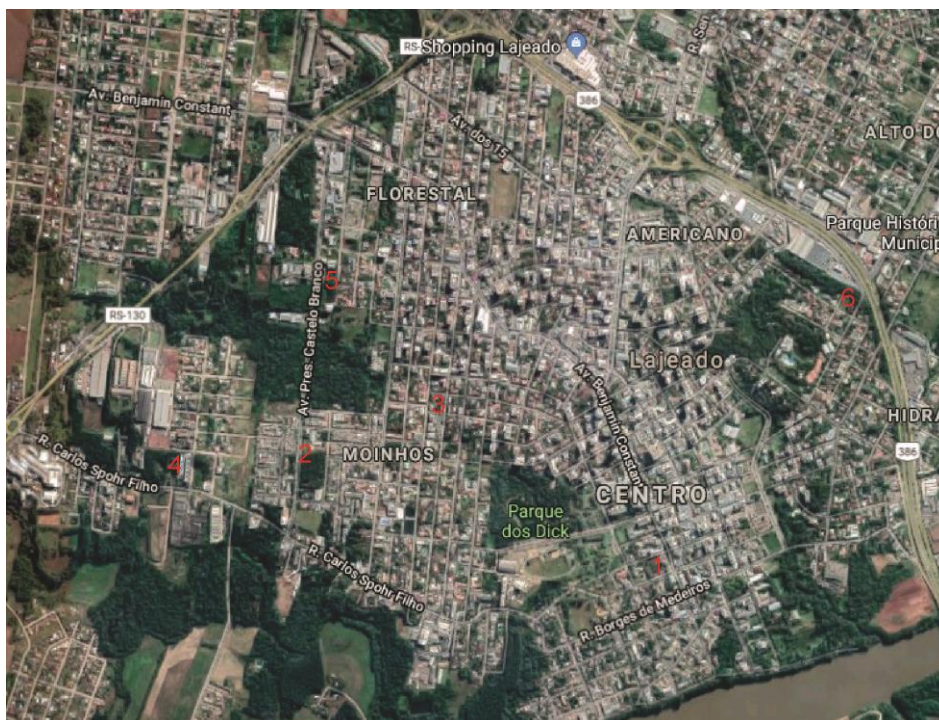
Não é preciso realizar o desmembramento do lote, visto que o terreno é municipal, e caso houver algum problema em relação a existir uma praça no lote o município decreta utilidade pública.

Na conversa seguinte com o setor de Cadastro Imobiliário da Prefeitura, obteve-se a localização dos terrenos que pertencem à prefeitura nos bairros Centro e nos bairros que se localizam nas suas proximidades.

Conforme Figura 40, o terreno número 1 é viável, porém já foi utilizado em um outro Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, por uma aluna da Univates. O terreno número 2 é o escolhido para o projeto do Abrigo e Centro de Educação Profissional para adultos em situação de rua. O terreno número 3 possui apenas 600m<sup>2</sup>, não é o suficiente para a realização do projeto. O terreno número 4 é muito afastado do centro e possui 4450m<sup>2</sup>. No terreno número 5 passa uma rede de alta tensão. O terreno número 6 é afastado do centro. Foram demarcados apenas os terrenos que não são alagáveis.



Figura 40 - Terrenos municipais nos bairros Centro, Moinhos, Florestal e Hidráulica



Fonte: Google Maps (2018) com numeração por parte da Autora (2018).

Figura 41

Figura 42

Figura 43



Fonte: Google Maps (2018) com numeração por parte da Autora (2018).

Figura 44

Figura 45

Figura 46



Fonte: Google Maps (2018) com numeração por parte da Autora (2018).

## 11.7 Análise das alturas e dos usos do entorno

O entorno imediato do terreno em questão possui diferentes tipos de atividades, algumas delas como o CTG e a Unidade Básica de Saúde poderão ser usadas pelos acolhidos do abrigo. De um modo geral, têm-se predominância de residências no entorno, seguido em menor proporção de usos institucionais, de um uso misto, e do uso de comércio e serviço. Mesmo com a predominância de edificações residenciais, essas permanecem em meio a um cenário com características comerciais.

Figura 47 - Usos do entorno



Fonte: Autora (2018).

Legenda:

- Comércio e serviço
- Misto, comercial e residencial
- Institucionais e governamentais
- Residencial



A área não apresenta grandes alturas. As edificações do entorno possuem de 1 a 2 pavimentos (FIGURA 48).

Figura 48 - Análise alturas



Fonte: Autora (2018).

Legenda:

- 1 pavimento
- 2 pavimentos

### 11.8 Hierarquia das vias

O terreno é de fácil acesso para pedestres, pois o local disponibiliza transporte público com área de desembarque próxima ao terreno. A testada do lote é voltada para a Avenida Presidente Castelo Branco, esta que é uma via radial de mão dupla e possui estacionamento dos dois lados. O local de fluxo diário de veículos e pessoas é considerado intenso, visto que é uma das ruas que liga o centro da cidade à vias periféricas.

Figura 49 – Hierarquia das vias



Fonte: Autora (2018).

Legenda:

- Via radial
- Vias locais

## 11.9 Cheios e vazios

O entorno do terreno apesar de ser consolidado, apresenta ainda grandes áreas verdes sem uso, com tendência a se desenvolver com mais variedades de comércio, visto que no Plano Diretor de Lajeado, a área está classificada como Pólo de Comércio e Serviço.

Figura 50 – Cheios e vazios



Fonte: Autora (2018).

Legenda:

■ Cheios

□ Vazios

## 12. LEGISLAÇÃO

Existem legislações que são pertinentes ao tema do projeto arquitetônico em questão e que devem ser respeitadas, as quais serão relacionadas abaixo.

### 12.1 Guia de Atuação Ministerial

O Guia de Atuação Ministerial atua em defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, e foi desenvolvido em 2015, lançando condicionantes importantes para o atendimento a essa população, listados a seguir.

“2.1. As unidades prestadoras do Serviço de Acolhimento Institucional (seja na modalidade de abrigo institucional seja na modalidade de casas de passagem) devem ser instaladas em locais onde haja maior concentração de pessoas em situação de rua, de acordo com a demanda identificada em estudo diagnóstico socioterritorial local, devendo os equipamentos estarem democraticamente distribuídos ao longo do território; [Se possível, já indicar o local a ser instalado, caso tenha o diagnóstico em mãos e ele indique os locais];

2.2. Os abrigos institucionais e as casas de passagem deverão conter espaços para a acomodação de animais de estimação e guarda de carrinhos de coleta de material reciclável das pessoas atendidas;

2.3. O abrigo institucional de acolhimento provisório poderá abrigar no máximo 50 (cinquenta) usuários por unidade, devendo apresentar características residenciais, com ambientes aconchegantes, bem iluminados, com ventilação adequada e infraestrutura que priorize espaços de fácil locomoção e circulação de pessoas.

2.4. Os serviços deverão necessariamente ser prestados de forma ininterrupta (24 horas), com horários flexíveis para entrada e saída de usuários de acordo com sua própria necessidade;

2.5. Os espaços do abrigo institucional e da casa de passagem devem, obrigatoriamente, possuir as seguintes características essenciais:

(a) QUARTOS com espaço suficiente para a acomodação de até 4 (quatro) pessoas, com camas individuais, além de armários para guarda individualizada de pertences pessoais;

- (b) COZINHA com espaço suficiente para organização dos utensílios e preparação de alimentos para o número de usuários;
- (c) SALA DE JANTAR/REFEITÓRIO, que deve ser um espaço adequado para acomodar as pessoas atendidas a cada refeição;
- (d) BANHEIROS com espaço para 1 (um) lavatório, 1 (um) sanitário e 1 (um) chuveiro para uso individual de até 10 (dez) pessoas, sendo que ao menos um dos banheiros deverá ser adaptado para Pessoa com Deficiência;
- (e) ÁREA DE SERVIÇO com lavanderia equipada para lavar e secar roupas dos usuários e de uso comum do serviço;
- (f) SALA PARA EQUIPE TÉCNICA com estrutura adequada para o desempenho do trabalho (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões etc.), com independência e separação de outras atividades e/ou programas que a instituição desenvolva;
- (g) SALA PARA COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, que abrigará espaço com mobiliário suficiente para a acomodação da equipe administrativa e da coordenação, com área reservada para guarda de prontuário com segurança e sigilo e espaço/mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil/financeira, documental, logística etc.);

2.6. A equipe de referência para prestação dos serviços de Acolhimento Institucional deve ser composta pela equipe mínima de referência de nível superior, de acordo com a Resolução n. 17 do CNAS, com as seguintes indicações: (a) 1 (um) coordenador de nível superior ou médio, que será referenciado para até 20 usuários acolhidos em, no máximo, 2 equipamentos; (b) 1 (um) cuidador de nível médio e qualificação específica que será referenciado para até 10 usuários, por turno; (c) 1 (um) auxiliar de cuidador de nível fundamental e qualificação específica, que será referenciado para até 10 usuários, por turno.

3. Deverão ser observadas as orientações estabelecidas pelo caderno “SUAS e População em Situação de Rua, volume IV, 2013”; bem como na “NOB-RH/ SUAS”, disponibilizados no sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.” (BRASIL, 2015, p. 39).

## 12.2 Código de Edificações

O Código de Edificações de Lajeado, Lei nº 5.848/96, possui condicionantes legais que devem ser levados em consideração para o partido do projeto, destacam-se:

“Edificações não residenciais:

CAPITULO II – Edificações não residenciais

Seção 1 - Condições Gerais

Art. 107 - São edificações não residenciais, aquelas destinadas à instalação de atividades comerciais, de prestação de serviços, industriais e institucionais.

Art. 108 - As edificações não residenciais deverão ter:

I - pé-direito mínimo de 2,80 m até 50 m<sup>2</sup>, 3,00 m até 150 m<sup>2</sup> e 3,50 m acima disto;

II - estrutura e entrepisos resistentes ao fogo (exceto prédios de uma unidade autônoma, para atividades que não causem prejuízos ao entorno, a critério do Município);

Art. 111 - Os sanitários deverão ter, no mínimo o seguinte:

I - pé-direito de 2,40;

II - paredes até a altura de 1,50 m e pisos revestidos com material liso, lavável, impermeável e resistente;

III - vaso sanitário e lavatório;

IV - quando coletivo, um conjunto de acordo com a norma NB-833 (NBR 9050);

V - incomunicabilidade direta com cozinhas;

VI - dimensões tais que permitam a instalação dos aparelhos, garantindo:

a) acesso aos mesmos, com largura não inferior a 55 cm;

b) afastamento de 15 cm entre os mesmos;

c) afastamento de 20 cm entre a lateral dos aparelhos e das paredes.

Parágrafo Único - Para fins de dimensionamento dos sanitários serão consideradas as seguintes dimensões mínimas:

Lavatório - 50 cm x 40 cm

Vaso e Bidê - 40 cm x 60 cm

Local para Chuveiro - área mínima de 0,63 m<sup>2</sup> e largura tal que permita a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 70 cm;

Art. 112 - Refeitórios, cozinhas, copas, depósitos de gêneros alimentícios (despensas), lavanderias e ambulatórios deverão:

I - ser dimensionados conforme equipamento específico;

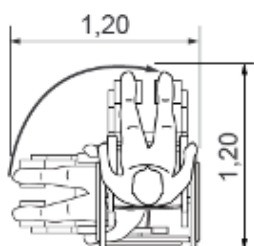
II - ter piso e paredes até a altura mínima de 2,00m, revestidos com material liso, lavável, impermeável e resistente.” (LAJEADO, 1996, p. 107).

## 12.3 ABNT NBR 9050 – Norma Brasileira

### 12.3.1 Cadeira de rodas

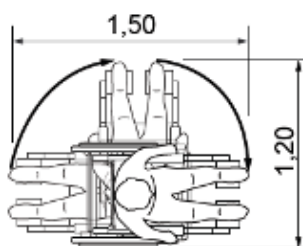
A figuras abaixo apresentam a área necessária para manobra de cadeiras de rodas sem deslocamento (FIGURA 51; FIGURA 52; FIGURA 53).

Figura 51



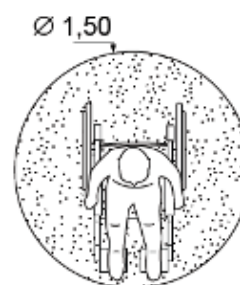
Fonte: NBR 9050 (2015).

Figura 52



Fonte: NBR 9050 (2015).

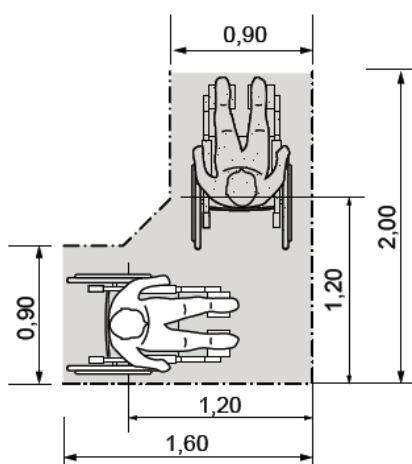
Figura 53



Fonte: NBR 9050 (2015).

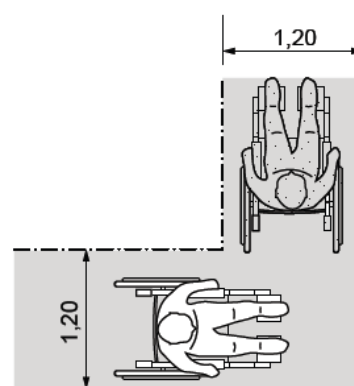
As Figuras abaixo exemplificam condições para manobra de cadeiras de rodas com deslocamento (FIGURA 54; FIGURA 55).

Figura 54 - Deslocamento de 90°



Fonte: NBR 9050 (2015).

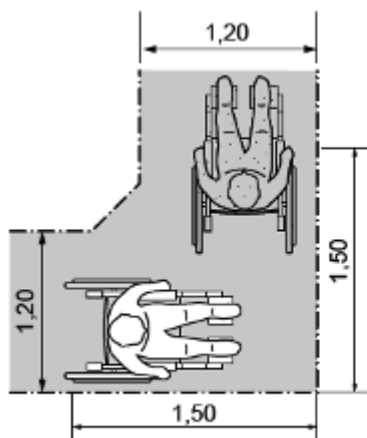
Figura 55 – Deslocamento de 90°



Fonte: NBR 9050 (2015).

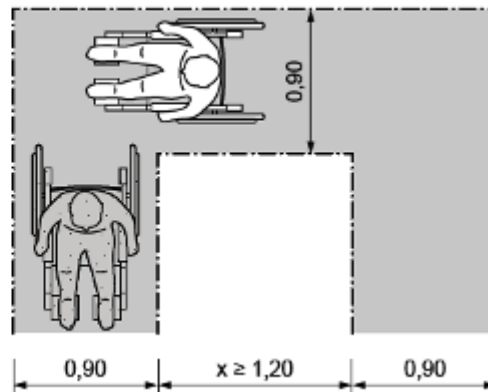


Figura 56 - Deslocamento recomendável para 90° consecutivo de 90°



Fonte: NBR 9050 (2015).

Figura 57 – Deslocamento com percurso intermediário



Fonte: NBR 9050 (2015).

### 12.3.2 Rampas

“São consideradas rampas às superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5 %.

As rampas devem ter inclinação de acordo com os limites estabelecidos na Tabela abaixo (TABELA 3).

Para inclinação entre 6,25 % e 8,33 %, é recomendado criar áreas de descanso (6.5.) nos patamares, a cada 50 m de percurso.” (NBR 9050, p. 58, 2015).

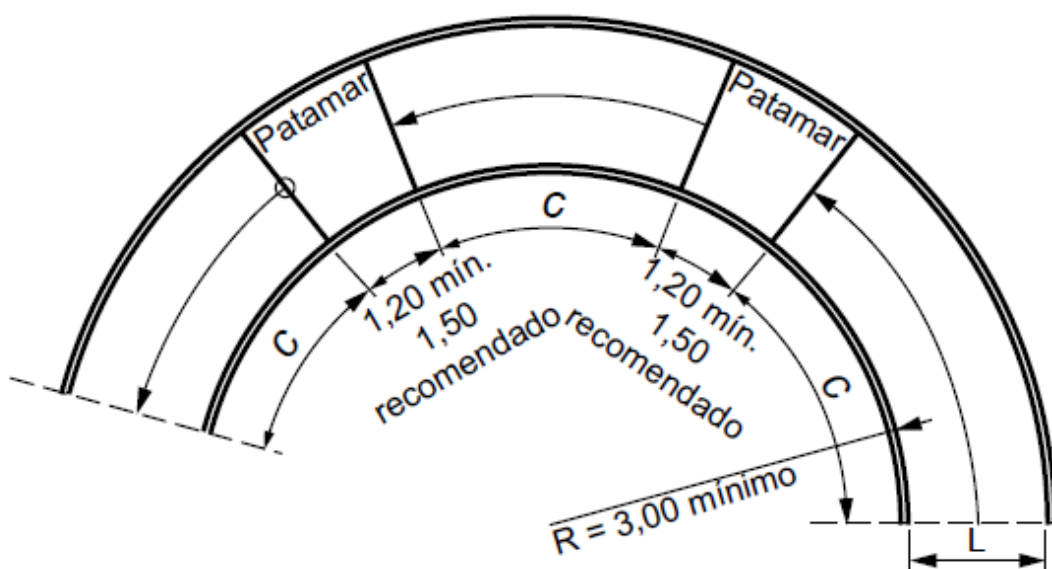
Tabela 3 - Tabela de dimensionamento de rampas

Desníveis máximos de cada segmento de rampa <i>h</i> m	Inclinação admissível em cada segmento de rampa <i>i</i> %	Número máximo de segmentos de rampa
1,50	5,00 (1:20)	Sem limite
1,00	5,00 (1:20) < <i>i</i> ≤ 6,25 (1:16)	Sem limite
0,80	6,25 (1:16) < <i>i</i> ≤ 8,33 (1:12)	15

Fonte: NBR 9050 (2015).

“Para rampas em curva, a inclinação máxima admissível é de 8,33 % (1:12) e o raio mínimo de 3,00 m, medido no perímetro interno à curva.” (FIGURA 58).” (NBR 9050, p. 59, 2015).

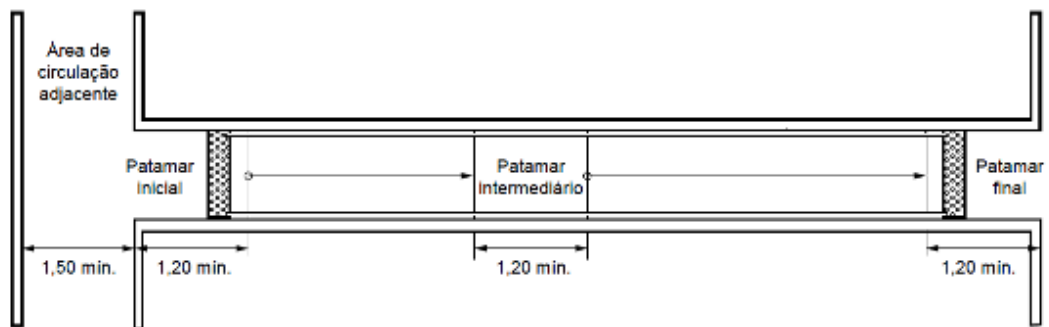
Figura 58 - Planta rampa em curva



Fonte: NBR 9050 (2015).

“A inclinação transversal não pode exceder 2 % em rampas internas e 3 % em rampas externas. A largura das rampas (L) deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas. A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível de 1,20 m. Toda rampa deve possuir corrimão de duas alturas em cada lado. Quando não houver paredes laterais, as rampas devem incorporar elementos de segurança, como guarda-corpo e corrimãos, guias de balizamento com altura mínima de 0,05 m, instalados ou construídos nos limites da largura da rampa. A projeção dos corrimãos pode incidir dentro da largura mínima admissível da rampa em até 10 cm de cada lado. Os patamares no início e no término das rampas devem ter dimensão longitudinal mínima de 1,20 m. Entre os segmentos de rampa devem ser previstos patamares intermediários com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m (FIGURA 59). Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da rampa.” (NBR 9050, p. 59, 2015).

Figura 59 - Patamares das rampas – vista superior



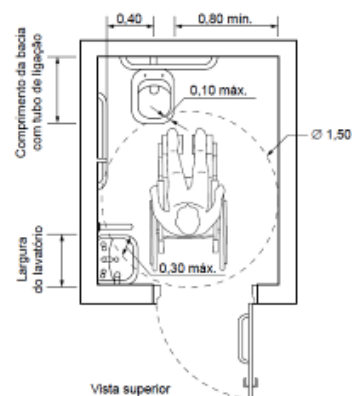
Fonte: NBR 9050 (2015).

### 12.3.3 Escadas

“A largura das escadas deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas, conforme ABNT NBR 9077. A largura mínima para escadas em rotas acessíveis é de 1,20 m, e deve dispor de guia de balizamento. As escadas devem ter no mínimo um patamar a cada 3,20 m de desnível e sempre que houver mudança de direção. Entre os lances da escada devem ser previstos patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m. Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da escada. Quando houver porta nos patamares, sua área de varredura não pode interferir na dimensão mínima do patamar. A inclinação transversal dos patamares não pode exceder 1 % em escadas internas e 2 % em escadas externas.” (NBR 9050, p. 62, 2015).

### 12.3.4 Sanitários

Figura 60 - Medidas mínimas de um sanitário acessível



Fonte: NBR 9050 (2015).

## 12.4 Decreto N° 51803/2014

Serão analisados os padrões, requisitos e procedimentos técnicos, sobre a prevenção de incêndios e saídas de emergência, descritos no Decreto 51803/2014.

Tabela 4 – Albergues - Decreto 51803/2014

<b>CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À OCUPAÇÃO</b>				
<b>Grupo</b>	<b>Ocupação/Uso</b>	<b>Divisão</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos</b>
B	Serviço de Hospedagem	B-1	Hotel e assemelhado	Hotéis, motéis, pensões, hospedarias, pousadas, albergues, casas de cômodos, divisão A-3 com mais de 16 leitos
<b>CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES QUANTO À ALTURA</b>				
<b>TIPO</b>			<b>ALTURA</b>	
III			6,00m < H <= 12,00m	
<b>CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À CARGA DE INCÊNDIO</b>				
<b>RISCO</b>			<b>CARGA DE INCÊNDIO MJ/M<sup>2</sup></b>	
Médio			Entre 300 e 1.200MJ/m <sup>2</sup>	
<b>CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À CARGA DE INCÊNDIO – ESPECÍFICAS POR OCUPAÇÃO</b>				
<b>Ocupação/Uso</b>	<b>Descrição</b>	<b>Divisão</b>	<b>Carga de Incêndio (qfi) em MJ/m<sup>2</sup></b>	
Serviços de hospedagem	Hotéis	B-1	500	
<b>EXIGÊNCIAS PARA EDIFICAÇÕES EXISTENTES</b>				
<b>Período de existência da edificação e áreas de risco</b>			<b>Área construída &gt;750m<sup>2</sup> e/ou altura &gt; 12m</b>	
Edificações novas			Conforme tabela 6	
<p><b>NOTAS GERAIS:</b></p> <p>a – Os riscos específicos devem atender às Resoluções Técnicas respectivas e às regulamentações do Corpo de Bombeiro Militar do Estado Rio Grande do Sul;</p> <p>b – As instalações elétricas e o sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;</p> <p>c – O acesso de viaturas de bombeiro em edificações com até 12 metros de altura poderá ser</p>				

substituído por rede seca junto ao passeio público.		
<b>EDIFICAÇÕES DO GRUPO B – ÁREA SUPERIOR A 750 M<sup>2</sup> OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M</b>		
<b>Grupo de ocupação e uso</b>	<b>Grupo B – Serviços de Hospedagem</b>	
<b>Divisão</b>	<b>B1 e B2</b>	
<b>Medidas de Segurança contra Incêndio</b>	<b>Classificação quanto à altura (em metros)</b>	
	6 < H <= 12	
Acesso de viatura na edificação	X	
Segurança estrutural	X	
Compartimentação horizontal (áreas)	X <sup>1</sup>	
Compartimentação vertical	-	
Controle de materiais de acabamento	X	
Saídas de emergência	X	
Plano de emergência	-	
Brigada de incêndio	X	
Iluminação de emergência	X	
Deteção de incêndio	X5	
Alarme de incêndio	X6	
Sinalização de emergência	X	
Extintores	X	
Hidrante	X	
Chuveiros automáticos	-	
Controle de fumaça	-	
<b>DADOS PARA DIMENSIONAMENTO DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA</b>		
Ocupação	População (A) (B) (L) (P)	
Grupo B	Uma pessoa por 15 m <sup>2</sup> de área (F) (H)	
<b>CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS</b>		
Y	Edificações com mediana resistência ao fogo	Todas as edificações não enquadradas em “X” e “Z”
<b>DISTÂNCIAS MÁXIMAS A SEREM PERCORRIDAS</b>		

Grupo e divisão de ocupação	Andar	Sem chuveiro automático			
		Saída única		Mais de uma saída	
		Sem detecção automática de incêndio.	Com detecção automática de incêndio.	Sem detecção automática de incêndio.	Com detecção automática de incêndio.
A e B	De Saída da edificação (piso de descarga).	45m	55m	55m	65m
	Demais andares	40m	45m	50m	60m

#### DISTÂNCIAS MÁXIMAS A SEREM PERCORRIDAS

Grupo e divisão de ocupação	Andar	Sem chuveiro automático			
		Saída única		Mais de uma saída	
		Sem detecção automática de incêndio.	Com detecção automática de incêndio.	Sem detecção automática de incêndio.	Com detecção automática de incêndio.
A e B	De Saída da edificação (piso de descarga).	60m	70m	80m	95m
	Demais andares	55m	65m	75m	90m

#### TIPOS DE ESCADAS DE EMERGÊNCIA POR OCUPAÇÃO

Altura (em metros)		6<H≤12	
Ocupação		Tipo escada	
Grupo	Divisão		
B	B-1	EP	
	B-2	EP	

Fonte: Adaptado de Decreto 51803/2014.

Tabela 5 - Centro de treinamento profissional - Decreto 51803/2014

CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À OCUPAÇÃO				
Grupo	Ocupação/Usos	Divisão	Descrição	Exemplos



E	Educacional e cultura física	E-4	Centro de treinamento profissional	Escolas profissionais em geral
<b>CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES QUANTO À ALTURA</b>				
<b>TIPO</b>			<b>ALTURA</b>	
III			6,00m < H <= 12,00m	
<b>CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À CARGA DE INCÊNDIO</b>				
<b>RISCO</b>			<b>CARGA DE INCÊNDIO MJ/M<sup>2</sup></b>	
Médio			Entre 300 e 1.200MJ/m <sup>2</sup>	
<b>CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À CARGA DE INCÊNDIO – ESPECÍFICAS POR OCUPAÇÃO</b>				
<b>Ocupação/Uso</b>	<b>Descrição</b>	<b>Divisão</b>	<b>Carga de Incêndio (qfi) em MJ/m<sup>2</sup></b>	
Educacional e cultura física	Escolas em geral	E-4	300	
<b>EXIGÊNCIAS PARA EDIFICAÇÕES EXISTENTES</b>				
<b>Período de existência da edificação e áreas de risco</b>		<b>Área construída &gt;750m<sup>2</sup> e/ou altura &gt; 12m</b>		
Edificações novas		Conforme tabela 6		
NOTAS GERAIS:				
a – Os riscos específicos devem atender às Resoluções Técnicas respectivas e às regulamentações do Corpo de Bombeiro Militar do Estado Rio Grande do Sul;				
b – As instalações elétricas e o sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;				
c – O acesso de viaturas de bombeiro em edificações com até 12 metros de altura poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público.				
<b>EDIFICAÇÕES DO GRUPO E – ÁREA SUPERIOR A 750 M<sup>2</sup> OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M</b>				
<b>Grupo de ocupação e uso</b>		<b>Grupo E – Educacional e Cultural</b>		
<b>Divisão</b>		<b>E-4</b>		
<b>Medidas de Segurança contra Incêndio</b>		<b>Classificação quanto à altura (em metros)</b>		
		6 < H <= 12		
Acesso de viatura na edificação		X		
Segurança estrutural contra incêndio		X		

Compartimentação vertical	-				
Controle de materiais de acabamento	X				
Saídas de emergência	X				
Plano de emergência	X				
Brigada de incêndio	X				
Iluminação de emergência	X				
Deteção de incêndio	-				
Alarme de incêndio	X				
Sinalização de emergência	X				
Extintores	X				
Hidrante e Mangotinhos	X				
Chuveiros automáticos	-				
Controle de fumaça	-				
<b>DADOS PARA DIMENSIONAMENTO DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA</b>					
Ocupação	População (A) (B) (L) (P)				
Grupo E	Uma pessoa por 1,5 m <sup>2</sup> de área de sala de aula (F) (G)				
<b>CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS</b>					
Y	Edificações com mediana resistência ao fogo	Todas as edificações não enquadradas em "X" e "Z"			
<b>DISTÂNCIAS MÁXIMAS A SEREM PERCORRIDAS</b>					
Grupo e divisão de ocupação	Andar	Sem chuveiro automático			
		Saída única		Mais de uma saída	
		Sem detecção automática de incêndio.	Com detecção automática de incêndio.	Sem detecção automática de incêndio.	Com detecção automática de incêndio.
E	De Saída da edificação (piso de descarga) de	40m	45m	50m	60m
	Demais andares	30m	35m	40m	45m

<b>DISTÂNCIAS MÁXIMAS A SEREM PERCORRIDAS</b>					
Grupo e divisão de ocupação	Andar	Com chuveiro automático			
		Saída única		Mais de uma saída	
		Sem detecção automática de incêndio.	Com detecção automática de incêndio.	Sem detecção automática de incêndio.	Com detecção automática de incêndio.
E	De Saída da edificação ( piso de descarga).	55m	65m	75m	90m
	Demais andares	45m	55m	65m	75m
<b>TIPOS DE ESCADAS DE EMERGÊNCIA POR OCUPAÇÃO</b>					
Altura (em metros)			6<H≤12		
Ocupação			Tipo escada		
Grupo	Divisão				
E	E-4		NE*		

Fonte: Adaptado de Decreto 51803/2014.

## 13. REFERENCIAIS DE ARQUITETURA

### 13.1 The Bridge Homeless Assistance Center

Localizado em Dallas, Texas - USA, concluiu-se o local em maio de 2008. O projeto executado pela Overland Partners Architects, em 2010 recebeu prêmios por várias instituições. O projeto possui três alas: emergencial, habitacional e transitória, que atendem a moradores de rua e outros adultos em situação de vulnerabilidade social. A edificação possui cinco prédios e um considerável pátio ao ar livre conectando-os. O edifício contribuiu para reduzir o índice de criminalidade na região em 20% (AWARD, 2011).

Funciona durante 24 horas por dia e possui 76.000 metros quadrados. O centro atende até 1.200 pessoas por dia, garantindo as necessidades básicas e dando auxílio necessário para movê-los em busca de emprego e moradia. Oferece abrigo, cuidados de saúde e serviços de saúde mental, e três refeições diárias para os necessitados. Inicialmente, o dono da loja do outro lado da rua se mostrou resistente a construção do abrigo, após o seu funcionamento, relatou que o abrigo é a melhor coisa que aconteceu com a vizinhança (OVERLAND PARTNERS, 2011).

As fachadas de edifícios vêm diretamente para a calçada, porém a fachada não possui aspecto residencial como é o indicado pela legislação (FIGURA 62).

Figura 61 – Localização



Fonte: Overland Partners (2011).

Figura 62 – Fachada edifício



Fonte: Overland Partners (2011).

O abrigo possui várias características sustentáveis, como telhado verde, sistema de reciclagem de água cinza, iluminação e ventilação natural utilizada em todos os edifícios, e plantio nativo (OVERLAND PARTNERS, 2011).

Os ambientes foram setorizados como: setor de boas-vindas, armazenamento, pavilhão ao ar livre, refeitório, e edifício de três andares que recebe dormitórios. As comodidades adicionais incluem lavanderia, um centro de recreação, abrigo para animais de estimação, biblioteca, armários e serviços postais (AWARD, 2011).

Figura 63 – Refeitório



Figura 64 – Sala de estudos



Fonte: Overland Partners (2011). Fonte: Overland Partners (2011).

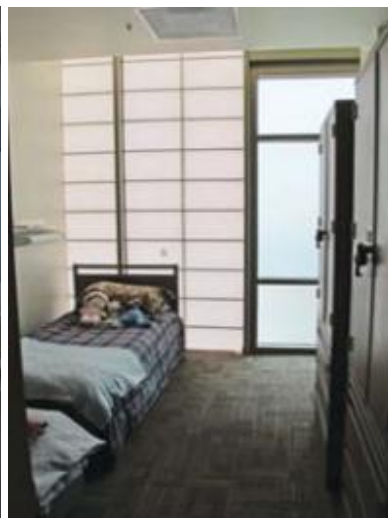
Na ala habitacional, o espaço é separado por divisórias (FIGURA 65), com flexibilidade de layout, porém, a impressão que se têm ao visualizar a imagem, é de que os dormitórios não possuem a aconselhável privacidade, visto que as divisórias não alcançam o teto (OVERLAND PARTNERS, 2011).

Figura 65 - Dormitórios



Fonte: Overland Partners (2011).

Figura 66 - Dormitório



Fonte: Overland Partners (2011).

O pavilhão de refeições e cozinha ocupam a parte central do abrigo (FIGURA 67).

Figura 67 - Refeitório



Fonte: Overland Partners (2011).



Figura 68 - Pátio ao ar livre



Fonte: Overland Partners (2011).

Figura 69 – Pátio ao ar livre



Fonte: Overland Partners (2011).

Figura 70 - Áreas comunitárias



Fonte: Overland Partners (2011).

Ao invés de mascarar o problema da falta de moradia para pessoas em situação de rua, o objetivo do projeto era criar um ponto de orgulho para o local (AWARD, 2011).

O terreno está localizado próximo a prefeitura, mas não é um local muito confortável, visto que a rua é composta por diversos estacionamentos e é muito movimentada. Localiza-se de cinco à dez quarteirões de distância dos lugares públicos. As portas de estilo garagem do prédio são deixadas abertas para os acolhidos que se sentem mais confortáveis dormindo ao ar livre (AWARD, 2011).

Figura 71 – Portão



Fonte: Overland Partners (2011).

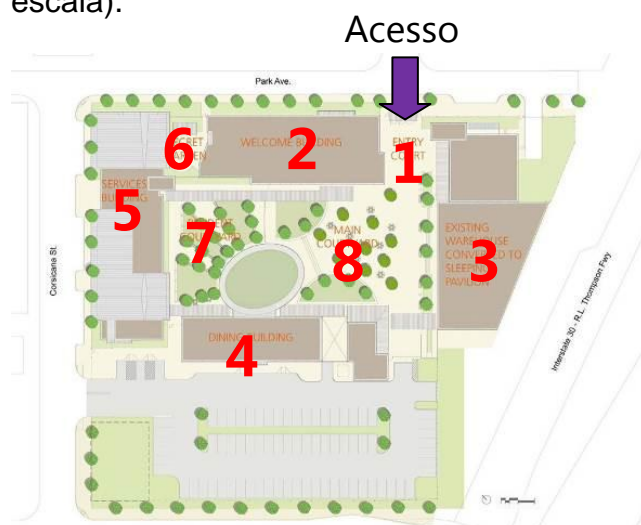
Figura 72 – Entrada abrigo



Fonte: Overland Partners (2011).

O edifício possui um canil. Os convidados chegam através de um portão para o pátio de entrada. O projeto faz-se uso de ar, luz e vidro. Projeta-se luz do prédio à noite. O edifício possui palavras dos desabrigados gravados em portas de vidro e paredes no interior do mesmo. As entradas são compostas por: entrada do sul, para voluntários e funcionários, a oeste entrada para residentes de longa duração e uma entrada principal lado norte do complexo para os hóspedes que acessam o abrigo pela primeira vez (OVERLAND PARTNERS, 2011).

Figura 73 - Planta de situação (sem escala).



Fonte: Overland Partners (2011), com numeração por parte da Autora (2018).

Legenda:

1. Tribunal de entradas
2. Edifício de boas vindas
3. Armazém existente
4. Refeitório
5. Serviços
6. Jardim
7. Pátio dos moradores
8. Pátio principal

No térreo (FIGURA 74), o edifício de boas-vindas inclui lavanderia, escritório, creche, barbearia, biblioteca e salas de aula, e é o lugar onde os hóspedes se encontram com o pessoal de admissão. O edifício de serviços inclui o primeiro andar para médicos clínicas, exames de saúde, aconselhamento e treinamento. No pavimento térreo também têm-se um pavilhão para dormir ao ar livre e um pavilhão para refeições (AWARD, 2011).

Figura 74 - Planta pavimento térreo (sem escala)



Fonte: Overland Partners (2011).

O edifício de serviços possui o segundo andar com espaço para serviços de apoio, como assistência jurídica, ajuda a colocação de emprego, assistência habitacional, e habitação administração (AWARD, 2011).

Figura 75 - Planta pavimento superior (sem escala)



Fonte: Overland Partners (2011).

O Edifício de Serviços possui espaço no terceiro andar para residentes de longo prazo, dormitório masculino, dormitório feminino e quartos para necessidades especiais como os idosos. As comodidades adicionais incluem lavanderia, um centro de recreação, abrigo para animais de estimação, biblioteca, armários e serviços postais (AWARD, 2011).

### 13.2 Bud Clark Commons

Esse projeto possui uma variedade de serviços de saúde, habitação e recursos de aprendizagem para os moradores de rua, trata-se de um abrigo temporário, com capacidade máxima para 90 pessoas. Localiza-se na entrada do centro de Portland, em um bairro de uso misto. As características sustentáveis do edifício incluem reciclagem de água, zero escoamento de águas pluviais, e água quente solar. Os três elementos distintos do programa são um centro de dia com acesso a serviços; um abrigo temporário com 90 leitos para homens sem-teto; e 130 apartamentos nos cinco andares superiores do prédio de oito andares. Os apartamentos são ofertados para mulheres de baixa renda ou homens que procuram moradia permanente (HOLST ARCHITECTURE, 2015).

Figura 76 – Fachada edifício



Fonte: Holst Architecture (2015).

Figura 77 – Fundos edifício



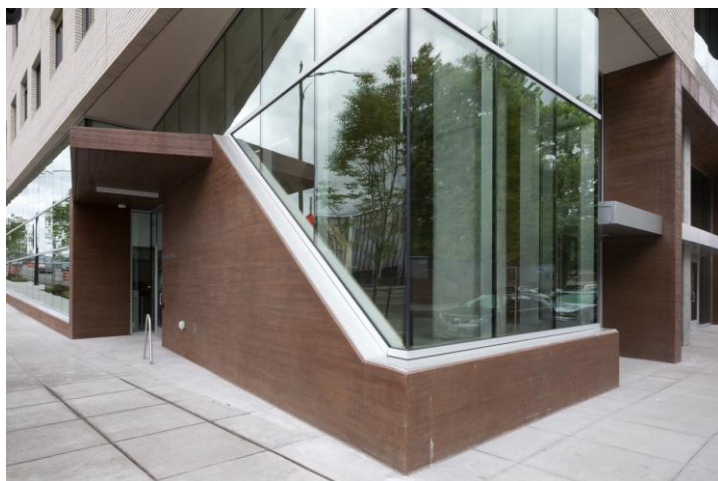
Fonte: Holst Architecture (2015).

As janelas do piso ao teto no térreo (FIGURA 78) prolongam o comprimento da fachada; o uso de vidros permite que a luz natural entre no seu interior (FIGURA



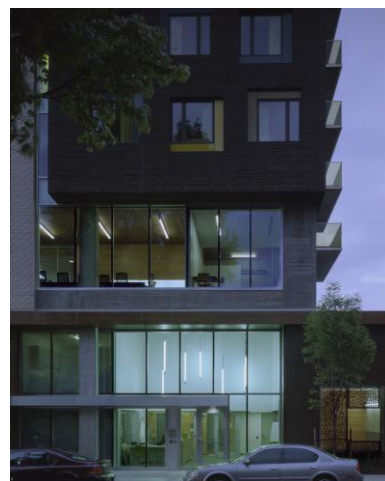
78). A fachada superior é composta por tijolos claros e escuros, com aberturas de janelas em vidro verde (FIGURA 79) (HOLST ARCHITECTURE, 2015).

Figura 78 - Janelas



Fonte: Holst Architecture (2015).

Figura 79 - Fachada



Fonte: Holst Architecture (2015).

Os apartamentos são inseridos no lado sul do edifício, onde o acesso é restrito aos acolhidos. No lado oeste do edifício é a entrada para o abrigo temporário, e o acesso público ao centro de dia localiza-se no lado norte do edifício. Usuários do centro de dia entram no prédio através do pátio público, onde há armários, bicicletários e canis (HOLST ARCHITECTURE, 2015).

A área comum do primeiro andar compartilhada por homens no abrigo é composta por dois beliches, com banheiros e chuveiros, uma cozinha, salas de exercícios, aconselhamento, e um pátio externo privativo. Na recepção, os usuários são direcionados para recursos como: um centro de higiene com chuveiros e lavanderia, aconselhamento, um centro de correio e computador, biblioteca, centro médico e barbearia. A área comum com lugares para sentar e mesas para refeições é aberta, arejada, e recebe luz natural através de janelas. O terceiro andar, possui um estúdio de arte, jardim e um tribunal comunitário, que também funciona como sala de aula (HOLST ARCHITECTURE, 2015).

Figura 80 - Dormitórios



Fonte: Holst Architecture (2015).

Figura 81 - Refeitório



Fonte: Holst Architecture (2015).



Uma temperatura confortável durante todo o ano é mantida através de um sensor eficiente, o qual desliga o aquecedor quando a janela está aberta. Através de um sistema de recuperação de calor, o ar fresco é circulado em cada apartamento. Acessibilidade, luz natural, ar limpo abundante e materiais duráveis, foram essenciais para a qualidade do edifício, visando sustentabilidade e êxito funcional. Todos os materiais são de origem local e colhidos ou produzidos de forma sustentável (HOLST ARCHITECTURE, 2015).

Para tratar de alguns problemas de saúde dos moradores de rua, como a tuberculose por exemplo, objetivou-se o uso máximo do ar fresco. Muitos dessa população, possuem seu sistema imunológico comprometido e ou doenças respiratórias. A troca de fluxo de ar nos espaços, evita também, problemas com umidade, como o crescimento de fungos (HOLST ARCHITECTURE, 2015).

Figura 82 – Área de convivência



Fonte: Holst Architecture (2015).

Figura 83 – Área de convivência



Fonte: Holst Architecture (2015).

Há um sistema de reciclagem de água cinza no porão e na doca de carregamento, o qual, oferece economia de água ao coletar água de banheiras, chuveiros, e lavadoras de roupas, para posterior reutilização. O verde abundante que existe no edifício é uma espécie de cor de cura (HOLST ARCHITECTURE, 2015).

A luz natural se infiltra nos espaços internos, e luminárias LED e fluorescentes reduzem o uso de energia quando a luz artificial é necessária. Um telhado verde na parte do prédio filtra a chuva e reduz o escoamento da água da chuva, além de proporcionar uma vista elegante das varandas do prédio. Sendo assim, os recursos de economia de energia e água incluem ventilação com controle de demanda; um

sistema de água quente solar, que aquece 80% da água quente do edifício; e um sistema de reciclagem de água cinzenta (HOLST ARCHITECTURE, 2015).

O projeto utilizou-se de recursos do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos EUA, créditos de imposto de renda de baixa renda e financiamento de renovação urbana da cidade, representando uma parceria entre os níveis local, estadual e federal. O edifício possui um portão de entrada personalizado, feito de aço de desgaste reciclado e gravado com citações inspiradoras (FIGURA 84) (HOLST ARCHITECTURE, 2015).

Figura 84 - Portão



Fonte: Holst Architecture (2015).

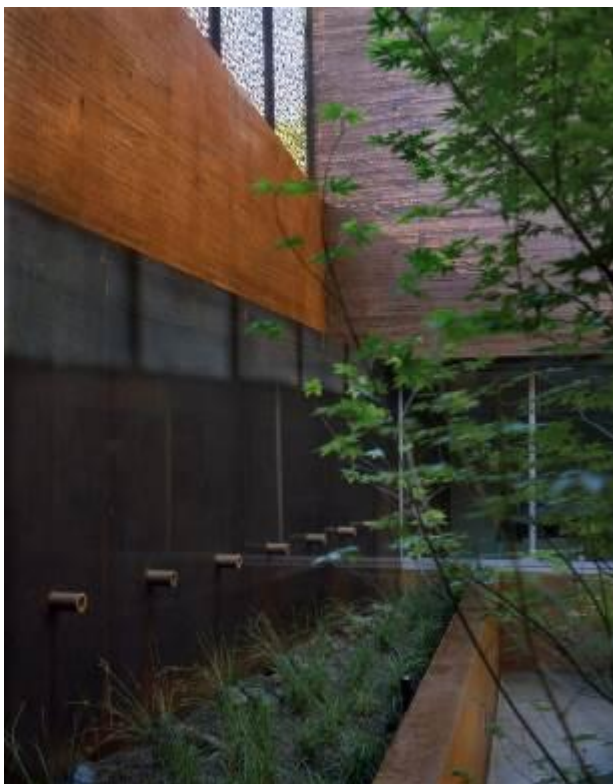
A ampla iluminação natural, madeira e detalhes em tons de verde criam uma atmosfera caseira.

Figura 85



Fonte: Holst Architecture (2015).

Figura 86



Fonte: Holst Architecture (2015).

Pátios exuberantes ao ar livre fortalecem as conexões de cura com a natureza. As aulas de jardinagem permitem que os moradores cultivem suas próprias ervas e vegetais plantadas no pátio, sendo um dos pontos mais elegantes do abrigo. Os acolhidos também aprendem sobre a sustentabilidade ambiental por meio de um sistema visível de coleta de água pluvial; um programa de reciclagem em todo o edifício; treinamento de limpeza em como limpar com produtos naturais como limão, vinagre e bórax; e suprimentos gratuitos, como produtos de limpeza ecologicamente corretos e lâmpadas de reposição com eficiência energética (HOLST ARCHITECTURE, 2015).



Figura 87 – Área de convivência



Fonte: Holst Architecture (2015).

Figura 88 – Pátio interno



Fonte: Holst Architecture (2015).

Figura 89 - Planta Baixa Abrigo



Fonte: Holst Architecture (2015).

Legenda

- 1 Entrada do abrigo
- 2 Entrada de doações
- 3 Entrada de habitação
- 4 Abrigo comum
- 5 Pátio privado
- 6 Quarto de beliche
- 7 Cozinha
- 8 Sala de exercício
- 9 Aconselhamento
- 10 Carregamento e utilitários

Figura 90 - Planta Baixa Centro do Dia



Fonte: Holst Architecture (2015).

Legenda

- 1 Entrada centro do dia
- 2 Pátio público
- 3 Espaço comum
- 4 Centro comunitário
- 5 Centro de higiene
- 6 Aconselhamento

Figura 91 - Planta Baixa Centro do Dia



Fonte: Holst Architecture (2015).

Legenda

- 1 Estúdio de arte
- 3 Administração
- 2 Varanda do jardim
- 4 Sala de audiências da comunidade

Figura 92 – Planta Baixa Habitação



Fonte: Holst Architecture (2015).

Legenda

- 1 Varanda compartilhada
- 2 Lavanderia
- 3 Apartamento acessível
- 4 Apartamentos



Figura 93 – Planta Baixa  
Habitação



Legenda

- 1 Varanda compartilhada
- 2 Lavanderia
- 3 Apartamento acessível
- 4 Apartamento
- 5 Aconselhamento
- 6 Sala comunitária

Fonte: Holst Architecture (2015).

### 13.3 La Casa

La Casa, construído em Washington - EUA, é uma habitação sustentável, a qual abriga moradores de rua. O projeto é dos escritórios de arquitetura Studio 27 e

Leo a Daly, finalizou-se em 2014. A construção levou três anos para ser concluída, desde a fase de concepção até a entrega do edifício, e possui sete pavimentos. O prédio tem capacidade para abrigar 40 adultos do sexo masculino, em apartamentos individuais (STUDIO 27, 2014).

Todos os apartamentos são compostos com grandes janelas, que vão do chão até o teto, usadas para o máximo aproveitamento da iluminação e ventilação natural. A estrutura também traz áreas de convivência, como um terraço ao ar livre. O aceso principal localiza-se na lateral do prédio, o qual possui pé direito duplo e envidraçado (FIGURA 94) (STUDIO 27, 2014).

Figura 94 - Fachada



Fonte: Stúdio 27 (2014).

Os pisos são feitos em concreto aparente. Além disso, as bancadas são feitas com uma resina obtida a partir da reciclagem de latas (STUDIO 27, 2012).

Figura 95 - Hall de entrada e recepção – usos de madeira, cores claras e vidro.



Fonte: Stúdio 27 (2014).

A fachada possui cheios e vazios, e uma quantidade igual de vidraças em cada unidade de habitação (FIGURA 96), os pavimentos superiores encontram-se alinhados e seguem a mesma tipologia. O projeto levou em consideração o alinhamento das edificações lindeiras.

Figura 96 - Fachada



Fonte: Fonte: Stúdio 27 (2014).



Fonte: Fonte: Stúdio 27 (2014).



Figura 97 - Fachada



Fonte: Stúdio 27 (2014).

O abrigo possui telhado verde, e não possui espaço aberto em abundância, pois a construção ocupa a maior parte do terreno (STUDIO 27, 2012).

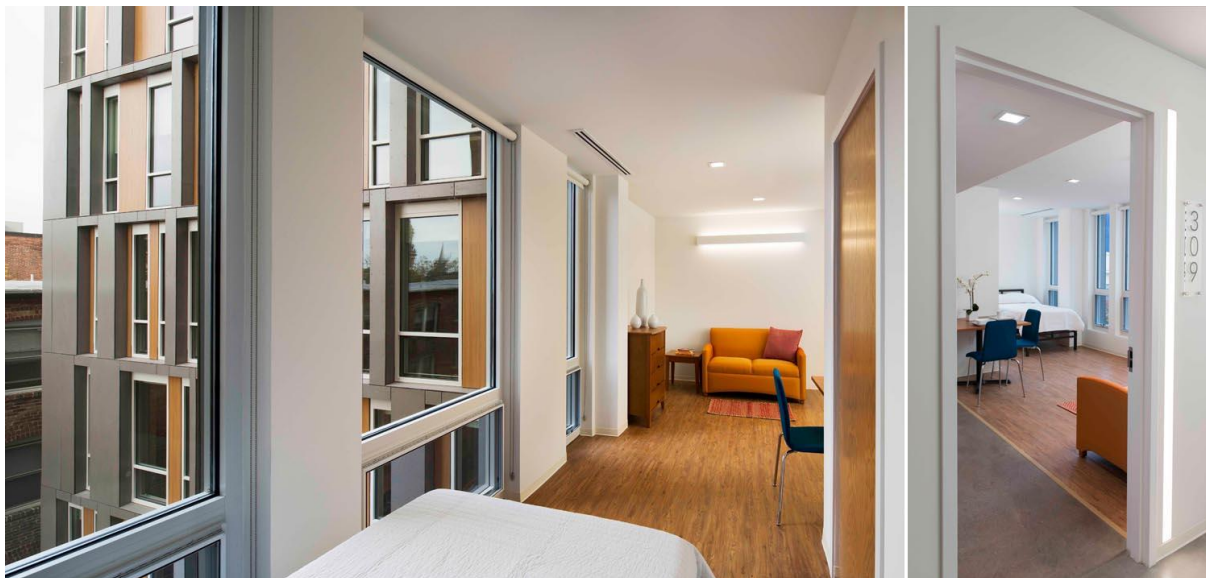
Figura 98 - Estar e cozinha, Unidade Habitacional



Fonte: Stúdio 27 (2014).

As paredes do edifício são com pintura branca (FIGURA 99).

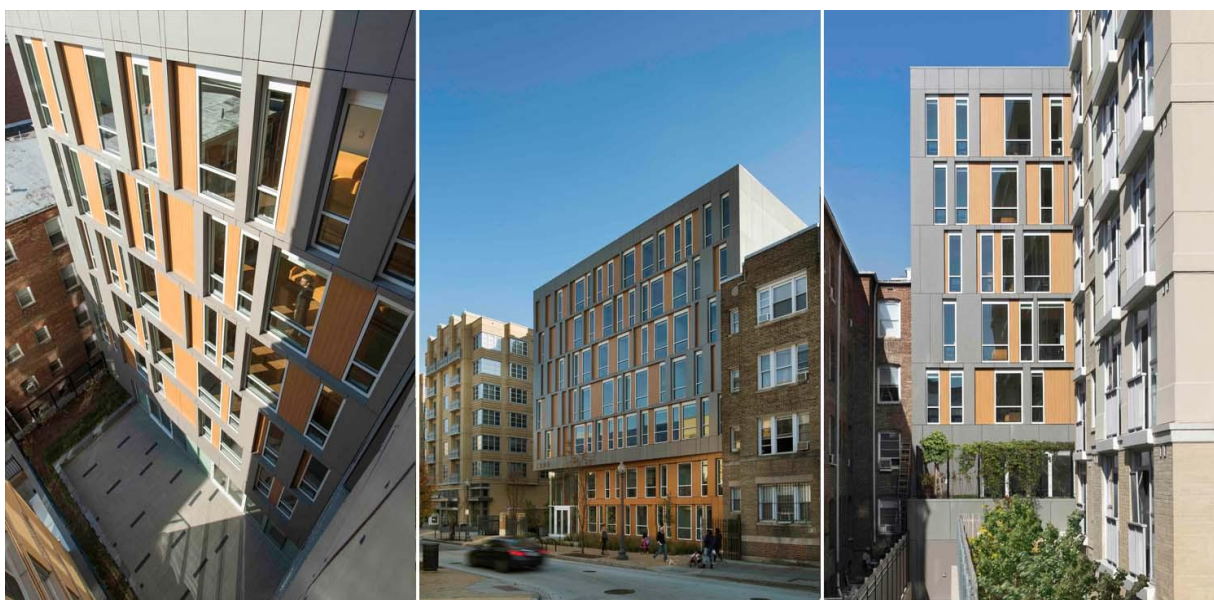
Figura 99 - Estar e cozinha, Unidade Habitacional



Fonte: Stúdio 27 (2014).

Na figura 100, identifica-se uma varanda de uso comunitário.

Figura 100 - Fachadas



Fonte: Stúdio 27 (2014).

O projeto possui subsolo, térreo, segundo pavimento e pavimento tipo. O térreo é composto por ambientes de apoio, acolhimento e tratamentos, os pavimentos superiores, são compostos por unidades habitacionais. O subsolo possui espaços mecânicos, lavanderia e armazenamento. O térreo possui dois dormitórios voltados para a rua, sem haver uma barreira de ruídos externos para com os internos (STUDIO 27, 2014).

Figura 101 - Planta Baixa Térreo (sem escala) – La Casa



Fonte: Stúdio 27 (2014).

#### Legenda

- |                 |                               |
|-----------------|-------------------------------|
| 1 Lobby         | 6 Armazenamento de bicicletas |
| 2 Escritório    | 7 Correio                     |
| 3 Unidade       | 8 Carga e descarga            |
| 4 Armazenamento | 9 Queda de lixo               |
| 5 Banheiro      |                               |



No segundo pavimento, a sala comunitária se abre para a área de uso comum (FIGURA 102).

Figura 102 - Planta Baixa Segundo Pavimento (sem escala) – La Casa



Fonte: Stúdio 27 (2014).

Legenda

3 Unidade

4 Armazenamento

5 Banheiro

9 Queda de lixo

10 Sala comunitária

11 Pátio

12 Varanda

O pavimento tipo possui sete unidades habitacionais, as quais proporcionam privacidade aos acolhidos em apartamentos individuais. As unidades habitacionais e suas aberturas são voltadas para a parte externa do prédio, recebendo assim

ventilação e iluminação natural no seu interior. Elas são equipadas com banheiro, sala e uma pequena cozinha (STUDIO 27, 2014).

Figura 103 - Planta Baixa Pavimento Tipo (sem escala) – La Casa



Fonte: Stúdio 27 (2014).

### Legenda

3 Unidade

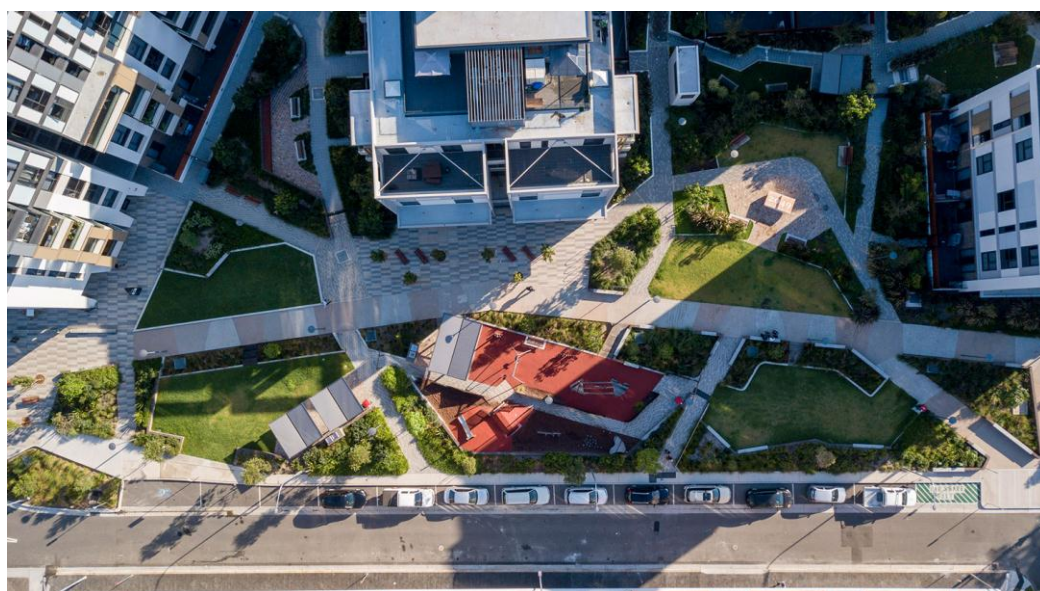
9 Queda de lixo

### 13.4 Hudson Street Park and Playground

Hudson Street Park Precinct, localiza-se em Lewisham, Sydney, Austrália, em um dos subúrbios mais antigos de Sydney. O projeto foi feito pelo escritório Arcadia Landscape Architecture em 2014, e o ano de construção foi em 2016. Esse local público incentiva a interação social entre a comunidade e contribui para a qualidade de vida do bairro. Espaços abertos ativos estimulam a atividade econômica das cidades. Projetou-se o parque para que fosse usado por todas as faixas etárias.

(ARCADIA LANDSCAPE ARCHITECTURE, 2018).

Figura 104 - Hudson Street Park and Playground



Fonte: Arcadia Landscape Architecture (2018).

Hudson Street Park Precinct foi pensado para ser uma desejável localidade onde as pessoas vão querer viver e passar o tempo. O parque proporciona um ambiente saudável e convidativo, no qual as pessoas descansam, brincam, aprendem e se exercitam (ARCADIA LANDSCAPE ARCHITECTURE, 2018).

Raingardens e bacias de infiltração foram posicionadas ao longo do parque, capturando, filtrando e reutilizando o escoamento de água para irrigar a grama e as



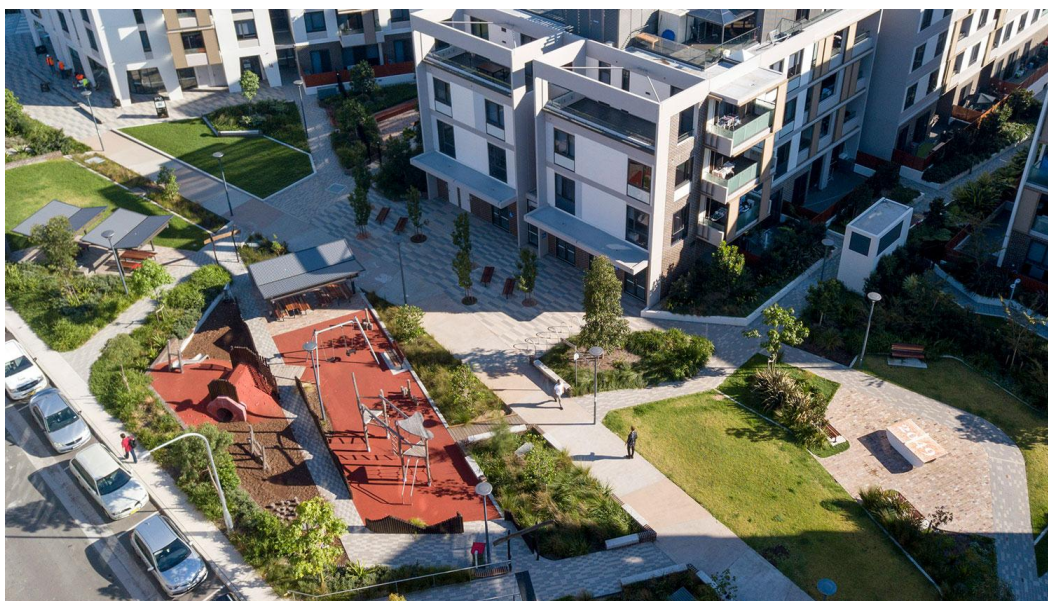
árvores. Utilizou-se as plantas locais endêmicas em todo o local, criando-se um plantio nativo exuberante (ARCADIA LANDSCAPE ARCHITECTURE, 2018).

Figura 105 - Hudson Street Park and Playground



Fonte: Arcadia Landscape Architecture (2018).

Figura 106 - Hudson Street Park and Playground



Fonte: Arcadia Landscape Architecture (2018).

Figura 107 – Vista aproximada



Figura 108 – Vista aproximada



Fonte: Arcadia Landscape Architecture (2018). Fonte: Arcadia Landscape Architecture (2018).

### 13.5 Solvallsparken

Sollvallsparken, localiza-se no município de Uppsala, Suécia. O projeto foi feito pelo arquiteto paisagista Karavan landskapsarkitekter, em 2015 e o ano de construção foi em 2016. É um parque que promove a atividade física e incentiva as crianças e adolescentes a se desligarem do mundo digital, promovendo a interação social. O parque é atrativo, possui diversas áreas de atividades físicas e áreas de lazer, e foi planejado para todas as idades (KARAVAN LANDSKAPSARKITEKTER 2018).

Projetou-se a pista de caminhada e ciclismo a fim de que ela funcione além da atividade em si, como um caminho, ligado a atividades para brincar, de esportes, entre outras. Ao longo da pista há uma faixa pavimentada com vista para a área de atividade e as áreas de grama aberta, a qual possui bancos, sofás, postes de iluminação amarelos, bicicletários, plantas ajardinadas, e arbustos floridos solitários que envolvem o trecho mobiliado (KARAVAN LANDSKAPSARKITEKTER 2018).

Usou-se materiais duráveis no parque, como aço, deck de madeira, lajes de betão de 2m x 2m, e as áreas de atividade possuem revestimentos de borracha em várias cores quentes (KARAVAN LANDSKAPSARKITEKTER 2018).



Figura 109 - Solvallsparcken



Fonte: Karavan landskapsarkitekter (2018).

O parque possui um playground para crianças e bebês entre 1 a 5 anos. Na parte central do parque encontra-se uma área de atividades para crianças entre 3 e 12 anos, com balanços, um disco giratório, trampolins, deck de madeira e um grande trepa-trepa (FIGURA 110) (KARAVAN LANDSKAPSARKITEKTER 2018).

Figura 110 - Atividades



Fonte: Karavan landskapsarkitekter (2018).



Figura 111 – Pista de caminhada



Fonte: Karavan landskapsarkitekter (2018).

Figura 112 - Atividade



Fonte: Karavan landskapsarkitekter (2018).

Os gramados abertos para piqueniques e jogos de bola servem para manter as partes do parque juntas enquanto se fundem na floresta da cidade, a oeste. Um gramado aberto maior na parte sul do parque oferece espaço para jogos de bola, aeróbica e futebol (FIGURA 113) (KARAVAN LANDSKAPSARKITEKTER 2018).

Figura 113 - Solvallsparken



Fonte: Karavan landskapsarkitekter (2018).

A parte sul do parque possui áreas de atividade para jovens e crianças mais velhas, com parkour, parede de escalada, parede de tênis, quadra de vôlei de praia, streetball (meia quadra de basquete), tênis de mesa ao ar livre, e até mesmo um

espaço de floorball indoor ao ar livre. Em conexão com as áreas de atividade para jovens, há também 65 metros de assentos nas arquibancadas. As áreas internas estão disponíveis para tênis, academia e quadra de basquete, entre outras coisas (KARAVAN LANDSKAPSARKITEKTER 2018).

Figura 114 – Pista de caminhada e atividades



Fonte: Karavan landskapsarkitekter (2018).

### 13.6 Industry City

Industry City é um complexo industrial, localizado em Nova York, EUA, para mais de 600 empresas criativas. Construído em 2016, e projetado em 2015 pelo escritório Terrain-NYC, o pátio situado em um local profundo e estreito entre edifícios da fábrica possui uma paisagem exuberante e variada de bosques, florestas nativas e campos flexíveis desfrutados por inquilinos e pelo público, onde hoje os visitantes encontram sombra, crianças brincando e grupos de pessoas compartilhando uma refeição. Cada área foi proporcionada para parecer generosa no espaço limitado (TERRAIN-NYC, 2018).



Utilizou-se materiais sustentáveis, como pavimentação de agregados reciclados, madeira local certificada EPP e 100% de conteúdo reciclado. O plantio robusto é nativo (TERRAIN-NYC, 2018).

Um bosque colocado diretamente no pó de pedra proporciona um espaço sombreado para jantar ou trabalhar ao ar livre (FIGURA 115).

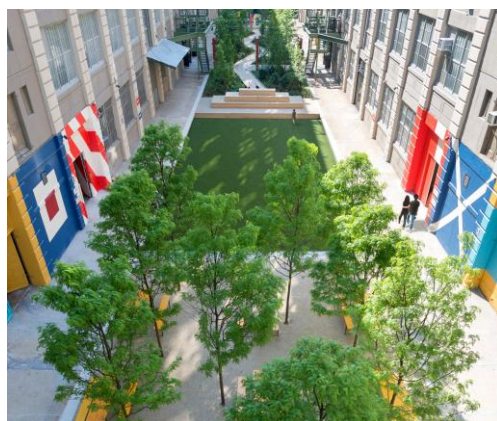
Figura 115 – Espaço sombreado



Fonte: Terrain-NYC (2018).

Figura 116 – Espaço sombreado

Figura 117 – Espaço sombreado



Fonte: Terrain-NYC (2018).



Fonte: Terrain-NYC (2018).



Há um gramado flexível e uma clareira de madeira que acomodam performances, descansos e brincadeiras infantis (FIGURA 118).

Figura 118 – Gramado e clareira de madeira

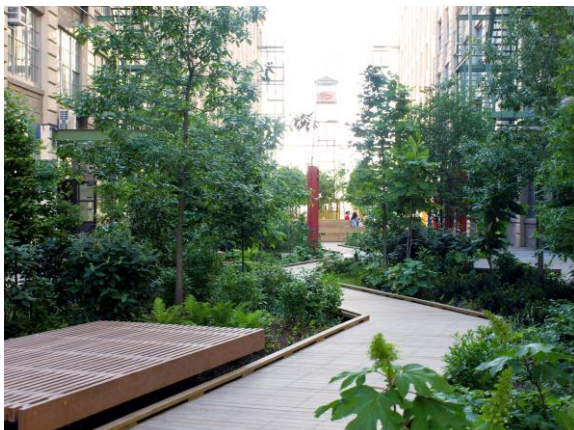


Fonte: Terrain-NYC (2018).

A floresta com a sua passagem sinuosa, desafia a presença repetitiva dos edifícios, escondendo as vistas e envolvendo os visitantes (FIGURA 120). Bancos estão espalhados por toda a floresta (FIGURA 119) (TERRAIN-NYC, 2018).



Figura 119 - Bancos



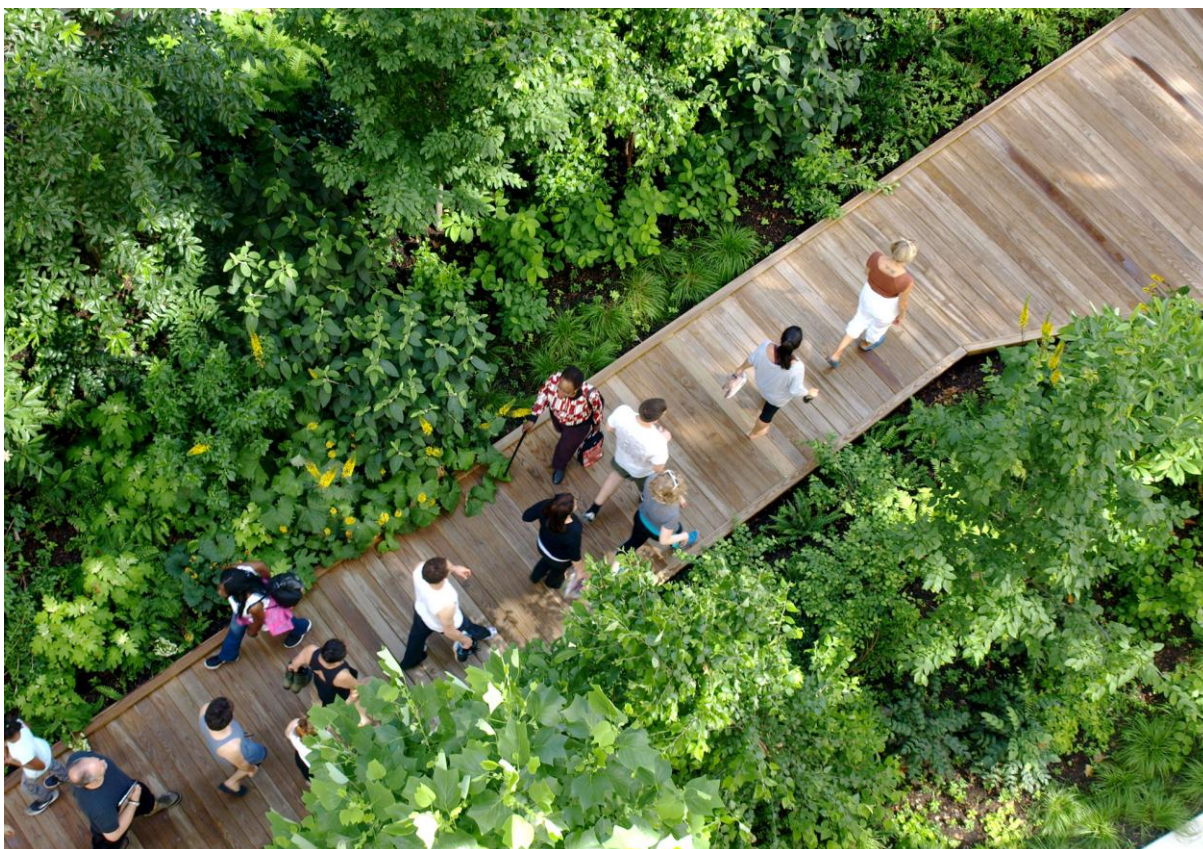
Fonte: Terrain-NYC (2018).

Figura 120 - Percursos



Fonte: Terrain-NYC (2018).

Figura 121 - Percursos



Fonte: Terrain-NYC (2018).



## 14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PEREIRA, Ludmila Vasco de Toledo. **Albergue para pessoas em situação de rua**. Instituto de Pós Graduação (IPOG). Campo Grande, MS, 2014.

NEUFERT, Ernest. **Arte de Porjetar em Arquitetura**, São Paulo, 1976.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:2015**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BRASIL. **Guia Ministerial – Ação Nacional em defesa dos direitos fundamentais, Defesa dos direitos das pessoas em situação de rua**. Brasília, 2015.

MAPAS. Google Maps, 2018.

CONDICIONANTES LEGAIS. **Zoneamento, Plano Diretor e Código de Edificações**. Disponível em: <http://www.lajeado.rs.gov.br/>. Lajeado, 2018.

COSTA, Ana Paula Motta. **População em situação de rua: contextualização e caracterização**. Revista Virtual Textos e Contextos. N° 4, dez. 2005.

KLAUMANN, Alexandre da Rocha. **Moradores de rua – Um enfoque histórico e socioassistencial da população em situação de rua no Brasil: A realidade do Centro Pop de Rio do Sul/SC**. Curso de especialização Direcionado em Educação, Diversidade e Redes de Proteção Social (UNIDAVI). Ituporanga/SC, 2013.

LAHMPALOMBINI, Leonardo. **Dos subespaços ao território descontínuo paradoxal: os moradores de rua e suas relações com o espaço urbano em Porto Alegre/RS – Brasil.** Programa de Pós Graduação em Geografia (UFRGS). Porto Alegre, março de 2015.

GOMES, Thais Candido Stutz; SANTOS, Thais Giselle Diniz. **Os invisíveis que eles querem esconder: A luta por direitos básicos, a violência e os reflexos da Copa do Mundo FIFA 2014.** Graduandas de Direito da Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2012.

CORREIA, Joelma de Sousa; FUCKS, Maria Madalena Peres; VASCONCELOS, Maria Gorete O.M; MORAIS, Roseane Fátima de Queiroz. **Projeto de inclusão social com capacitação profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social.** Relato de experiência de Pernambuco. Editora Universitária (UFPE). Recife, 2010.

ALVES, Eliana Arruda; REIS, Maria Alves. **A ACESSIBILIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA À UNIDADE E ACOLHIMENTO PARA ADULTOS E FAMÍLIAS (ALBERCON) UMA ANÁLISE NO SETOR AREAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ÁGUAS CLARAS.** Faculdade Projeção. Escola de Ciências Jurídicas e Sociais. Serviço Social. Ceilândia – DF, maio, 2014.

**THE BRIDGE Homeless Assistance Center / Overland Partners.** Archdaily. Texas, 01 março de 2011. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/115040/the-bridge-homeless-assistance-center-overland-partners>>. Acesso em: 27 novembro 2018.

WINNER, Gold Medal; AWARD, Rudy Bruner. **The Bridge Homeless Assistance Center.** Bruner Foundation, INC. Dallas, Texas, 2011 Disponível em:

<<https://www.rudybruneraward.org/wp-content/uploads/2016/08/03-The-Bridge-Homeless-Assistance-Center.pdf>>. Acesso em: 27 novembro 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.** Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)>. Acesso em: 27 novembro 2018.

PANERO, JULIUS; ZELNIK, Martin. **Dimensionamento humano para espaços interiores:** um livro de consulta e referência para projetos. Editora Gustavo Gili, SL, Barcelona, 1ª edição, 2008.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** [S.L], Abr. 2008. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua.pdf>>. Acesso em: 27 novembro 2018.

REZENDE, Nathália Saffioti. **É preciso falar sobre a saúde dos moradores de rua.** SAÚDE GLOBAL (AM), 02/02/2017. Disponível em: <<https://saudeglobal.org/2017/07/02/e-preciso-falar-sobre-a-saude-dos-moradores-de-rua-por-nathalia-saffioti-rezende/>>. Acesso em: 27 novembro 2018.

**Bud Clark Commons.** Holst Architecture, 18 janeiro de 2015. Disponível em: <<https://www.architectmagazine.com/project-gallery/bud-clark-commons-6349>>. Acesso em: 25 novembro 2018.

**LA CASA Permanent Supportive Housing.** Studio 27, EUA, 2014. Disponível em: <<http://www.studio27arch.com/project/la-casa-permanent-supportive-housing/>>. Acesso em: 27 novembro 2018.

**Hudson Street Park and Playground.** Landezine. Arcadia Landscape Architecture, 25 setembro de 2018. Disponível em: <<http://www.landezine.com/index.php/2018/09/hudson-street-park-and-playground-by-arcadia-landscape-architecture/>>. Acesso em: 26 novembro 2018.

**Solvallsparken.** Landezine. Karavan Landskapsarkitekter. 5 junho de 2018. Disponível em: <<http://www.landezine.com/index.php/2018/06/solvallsparken-by-karavan-landskapsarkitekter/>>. Acesso em: 27 novembro 2018.

**Industry City.** Landezine. Terrain-nyc. 30 maio de 2018. Disponível em: <<http://www.landezine.com/index.php/2018/05/industry-city-by-terrain-nyc/>>. Acesso em: 27 novembro 2018.

BRASIL. Decreto n° 51.803 de 10 de setembro de 2014. **Regulamenta a Lei Complementar n.º 14.376, de 26 de dezembro de 2013, e alterações, que estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndio nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul.** Estado do Rio Grande do Sul, Assembleia Legislativa. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2051.803.pdf>>. Acesso em: 28 novembro 2018.

Lei n° 11.107/2005, de 6 de abril de 2005. **Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.** Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm)>. Acesso em: 28 novembro 2018.

## 15. ANEXOS

### Anexo 15.1 – Dados do CREAS de Lajeado/RS

Tabela 6 – Entrevista CREAS

<p>Dados das Pessoas em Situação de Rua do município de Lajeado encaminhados por e-mail no dia 02 de agosto de 2018, através de Júlia Alcará Descovi, Estagiária Extracurricular de Serviço Social, a qual faz parte do CREAS FORTALECER - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.</p>	
<p>QUAL É A IMPORTÂNCIA DO CREAS PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA?</p>	<p>O CREAS é serviço referência no atendimento às pessoas em situação de rua, tendo em vista a importância da realização de diagnóstico para a formulação de propostas de cuidado, possuímos um cadastro das pessoas que estão em situação de rua e acessaram o serviço. Possuímos encontros, onde as intervenções se dão de modo a reconstruir projetos de vida que respeitem suas escolhas enquanto cidadãos de direitos.</p>
<p>COMO FUNCIONA OS ENCONTROS COM OS MORADORES DE RUA QUE O CREAS POSSUI?</p>	<p>Possuímos, desde o ano de 2014, o GRUPO ARTE + RUA, que é desenvolvido semanalmente, sendo um grupo aberto e heterogêneo no qual os profissionais do serviço acolhem as pessoas e oferecem a possibilidade para que expressem via fala ou de outras formas aspectos do viver na rua.</p>



<p>QUANTAS PESSOAS ESTÃO EM SITUAÇÃO DE RUA?</p>	<p>Possuímos, em aberto, 72 pastas de pessoas em situação de rua, ou seja, 72 pessoas que estão vinculadas ao serviço, mas que nem sempre mantêm-se vinculadas de forma contínua. As pastas são mantidas abertas, pois os usuários podem retornar ao serviço para buscar algum tipo de auxílio/orientação e/ou retornar a acompanhamento mais sistemático e continuado.</p>
<p>TOTAL DE ABORDAGENS SOCIAIS REALIZADAS DESDE O INÍCIO DO ANO ATÉ O PRESENTE MOMENTO:</p>	<p>27 abordagens, sendo que repetidas vezes abordamos as mesmas pessoas, aproximadamente 3 pessoas que abordamos frequentemente.</p>
<p>TOTAL DE ENCAMINHAMENTOS AO ABRIGO SÃO CHICO DESDE O INÍCIO DO ANO ATÉ O PRESENTE MOMENTO:</p>	<p>18, a maioria vem ao serviço solicitando ir ao Abrigo para cuidar da sua higiene pessoal e alimentar-se, alguns vem ao serviço do CREAS para solicitar passagem interurbana à outro município.</p>
<p>TURNOS DE ACOLHIDA DURANTE A SEMANA PARA ATENDER A DEMANDA DE PASSAGENS ATRAVÉS DA VERIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL DA POSSIBILIDADE DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PASSAGEM:</p>	<p>Segunda-feira de manhã, terça-feira à tarde, e quinta à tarde. Então, se a pessoa que está em situação de Rua vem na segunda à tarde, ofertamos encaminhamento ao Abrigo São Chico para passar à noite e retornar ao CREAS na terça à tarde para o turno de acolhida.</p>

Fonte: Autora (2018), com base nos dados disponibilizados pelo CREAS da cidade de Lajeado (2018).

## **Anexo 15.2 – Dados do CREAS**

Conversa: Júlia Alcará Descovi, Estagiária Extracurricular de Serviço Social - CREAS FORTALECER - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

### Perguntas

1. Quantos moradores de rua homens, e quantos moradores de rua mulheres o CREAS possui em aberto em seus registros que estão vinculados ao serviço?

O CREAS possui em aberto um número de 60 homens e 12 mulheres que estão em situação de rua e que acessaram o serviço no ano de 2018.

2. Quando é realizada uma abordagem social e o adulto em situação de rua aceita ir até o abrigo São Chico, o CREAS encaminha esses adultos através de qual meio de transporte ao abrigo?

O CREAS possui um carro específico para este fim.

3. Como os moradores de rua chegam até o abrigo São Chico quando não é através de abordagens sociais?

Os moradores de rua se comunicam entre eles na maioria das vezes sobre a existência do abrigo e vão a pé.

4. A quantidade de moradores de rua está aumentando com o passar dos anos na cidade de Lajeado?

Está vindo bastante moradores de rua para a cidade, o fluxo é constante em busca de emprego, e passam pelo CREAS para pedir passagem para retornar a outra cidade caso não tenha sido possível a oferta de emprego desejada em Lajeado. Eles sabem quais as cidades que fornecem passagens e circulam muito entre elas.

5. Na rodoviária, existe muitos moradores de rua?

Sim, muitas vezes quando estoura o prazo de permanência no abrigo São Chico, os moradores de rua vão até a rodoviária dormir porque lá possui um teto.

6. Locais de maior concentração?

Praças, Praça do chafariz, Parque dos Dick, na beira do rio, Bom Brique, câmaras mortuárias, marquises, rodoviária, entre outros.

Obs. no dia 30/08/2018, em uma entrevista com o CREAS sobre a localização do terreno a ser projetado o abrigo para o Trabalho de Conclusão de Curso, mostrou-se no mapa a sua localização e seu entorno, a localização então foi aprovada por eles, visto que é o terreno mais próximo ao centro e próximo de concentrações de moradores de rua. A funcionária do CREAS, ainda relatou que o próprio abrigo São Chico não se encontra instalado no bairro Centro.

### **Anexo 15.3 - Visita ao Abrigo São Chico no dia 28/08/2018**

Entrevista com a psicóloga Paula R. Vettorello da Silveira no Abrigo São Chico.

Localização do abrigo: Rua 15 de novembro, nº 403, bairro Florestal, cidade de Lajeado.

1. Qual é a data de fundação do abrigo?

No dia 24/09/2001 foi onde tudo iniciou, e o abrigo foi se adequando para se tornar uma entidade com CNPJ, o qual ocorreu no dia 17/10/2014.

O abrigo foi criado em razão de uma problemática social envolvendo moradores de rua que se abrigavam embaixo da escadaria da Paróquia São Cristóvão. Por 13 anos, o Abrigo São Chico manteve suas atividades vinculado a duas entidades socioassistenciais, utilizando-se de seus CNPJs para receber

recursos financeiros. Por 12 anos teve uma parceria com a Obra Social São Cristóvão e a partir de agosto de 2013 com a Associação de Deficientes Físicos de Lajeado – ADEFIL. Em 17 de outubro de 2014 o Abrigo conquistou sua independência jurídica adquirindo sua razão social, passando então a chamar-se Associação Abrigo São Chico, oferecendo acolhimento temporário e ou permanente para homens e mulheres que utilizam as ruas do município como espaço de moradia.

## 2. Quantos funcionários o abrigo possui?

O abrigo possui 13 funcionários, os quais são compostos por um coordenador; uma assistente social; duas psicólogas; duas cuidadoras de idosos e deficientes físicos as quais intercalam o horário, trabalhando um dia sim e um dia não, das 7 hrs às 19 hrs; uma cozinheira; uma responsável pelos serviços gerais; uma nutricionista que elabora cardápios, organiza os alimentos, tem um cuidado muito grande para não se ter desperdício de alimentos; e cinco monitores os quais trabalham 12x36, e um deles trabalha somente nos momentos de maior procura, que é na parte da manhã e a noite, até os acolhidos irem dormir.

A diretoria do abrigo é voluntária e composta por nove pessoas, que vai desde o presidente até o conselho fiscal, são pessoas da sociedade que se dispõe através de trabalhos voluntários a ajudar a sociedade.

## 3. A partir de que idade o abrigo acolhe os moradores de rua? Qual é a quantidade de vagas femininas e masculinas? Quantos acolhidos ficam permanentemente no abrigo?

O abrigo atende a três tipos de público de diferentes idades a partir dos 18 anos, homens, mulheres e idosos. Possui 44 vagas diárias, das quais 40 são masculinas e 4 são femininas, 6 vagas são fixas de pessoas que estão em acolhimento desde que o abrigo foi fundado, são pessoas idosas, com transtorno mental, ou que não têm mais família e acabaram ficando no abrigo, ou ainda, que não possuem mais autonomia para saírem sozinhos e precisam de cuidados para com a higiene pessoal e saúde que o abrigo fornece através das cuidadoras.

Inicialmente o abrigo possuía somente 30 vagas, não disponibilizavam serviços para mulheres, e somente no dia 14 de abril de 2017 que começaram a acolhê-las.

#### 4. Como os adultos em situação de rua chegam até o abrigo?

Os adultos em situação de rua chegam ao serviço através de busca espontânea; serviço de rede, como o CREAS (faz abordagens sociais), CRAS E CAPS; hospital e através de indicações como as da rodoviária.

#### 5. Na entrada do abrigo, é feito o preenchimento de uma ficha do acolhido?

A pessoa chega no abrigo e então é feito o preenchimento de sua ficha, escuta-se o motivo pelo qual está em situação de rua, verifica-se se a sua demanda é de acolhimento, refeição, higiene pessoal, vestuário, ou outros. Depois disso se faz o plano de intervenção através das psicólogas e elas analisam o que a pessoa realmente necessita, se o adulto em situação de rua possui problema com drogas ou álcool é encaminhada para o CAPS, se está desempregado e a procura de emprego encaminha-se para o SINE e o abrigo ajuda na elaboração do seu currículo, se é somente habitação disponibilizam os serviços internos do abrigo, se são vínculos fragilizados com esposa ou família, entra-se em contato com a família para uma conversa entre eles e uma possível reconciliação, se é internação encaminha-se para o hospital.

O plano de intervenção é focado no acompanhamento com a rede e serviços que auxiliam o abrigo e as pessoas em situação de rua.

#### 6. O abrigo atende a moradores de rua de outras cidades?

A preferência de atendimento é sempre para quem é original de Lajeado ou está a muitos anos na cidade, porém atendem a muitas pessoas de fora da cidade que geralmente estão ali a procura de emprego, sendo assim limitam a sua permanência, pedem seus documentos, e o abrigo ajuda na elaboração do seu currículo, e então, o acolhido tem uma semana para a procura de emprego e de um



retorno para o abrigo sobre a referente procura, se em uma semana o acolhido não der retorno, o abrigo revê a permanência do mesmo e o encaminha para a assistência social para o fornecimento de passagens com destino a ou outra cidade que o acolhido queira o emprego. Caso o acolhido consiga o emprego, ele possui 30 dias para se desligar do abrigo, pois já terá recebido o seu primeiro salário.

Para fazer uso dos serviços que o abrigo fornece, não se pode receber nenhum tipo de benefício financeiro ou estar trabalhando.

7. Quais são os principais fatores que levam a pessoa a morar na rua?

99,9% das pessoas em situação de rua que frequentam o abrigo possuem problemas com o uso de drogas.

8. Já aconteceu em algum momento de ir uma família com crianças pedir acolhimento ao abrigo?

O abrigo possui um público muito transitório, e muitos o acessam. Quando famílias hipps e artistas de rua, os quais possuem crianças que se encontram geralmente em sinaleiras, pedem para utilizar o serviço, o abrigo oferece almoço e cuidados para com a higiene pessoal para todos e depois eles se retiram-se do mesmo, não disponibilizando o abrigo todo o serviço para a família pelo fato de não acolherem crianças. O abrigo hoje está atendendo a um haitiano também.

9. Qual é a principal preocupação do abrigo hoje?

A preocupação do abrigo é que os transitórios de hoje serão os fixos de amanhã e o abrigo não possui mais espaço físico para atender a essa demanda, precisa de mais profissionais e um espaço para um público fixo além dos transitórios.

O abrigo não possui equipe de saúde especializada para atender idosos com determinados tipos de problemas de saúde, mas acabam tendo que atender a essas pessoas a pedido da prefeitura. O certo seria eles irem para o ILPI, ou para a Pella

Bethânia em Taquari, a qual só atende a mulheres. Em três anos, dois dos acolhidos do abrigo faleceram.

10. Qual é o horário de entrada e saída do abrigo?

O abrigo funciona durante 24 horas por dia. Os moradores de rua possuem livre acesso ao serviço durante o dia conforme a sua demanda de refeição, higiene pessoal e descanso, podem sair e depois voltar, mas para poder dormir no abrigo e garantir a sua vaga, precisam chegar até as 20 horas da noite. Alguém não retornando abre-se uma outra vaga.

11. O abrigo fornece alimentos e roupas aos acolhidos? Quantas refeições diárias o abrigo possui?

Os acolhidos recebem café da manhã, almoço, lanche da tarde, janta e as vezes lanche da manhã. A janta é a partir das 19:30 horas. As refeições são de qualidade, muitas vezes os profissionais do abrigo fazem a mesma refeição que os acolhidos. A cozinheira varia bastante o cardápio e preza pelo reaproveitamento dos alimentos.

12. O abrigo recebe auxílio do município e doações por parte da comunidade?

O abrigo recebe muitas doações da comunidade, de empresas, de escolas, e de diversas outras formas, e da captação de recursos através de projetos. É importante que o abrigo receba principalmente doações de roupas e calçados.

O abrigo possui um termo de fomento com o município e recebem mensalmente R\$ 54736,92, em 13 parcelas ao longo do ano. Possuem parceria com o Mesa Brasil do Sesc para repasse de alimentos, com o PAA do Governo Federal o qual Lajeado fez convênio e do qual o abrigo recebe uma grande quantidade de alimentos (melado, frutas, verduras, geleia, pão caseiro, massa, galinha caipira, suco integral) todas as segundas feiras de tarde, e esses alimentos geralmente duram a semana toda, sem essa ajuda talvez triplicaria o valor com os custos de mercado.

13. A procura ao abrigo no inverno pelos adultos em situação de rua é maior que no verão?

A procura pelo abrigo no inverno e no verão é praticamente na mesma quantidade, pois no verão os moradores de rua de outras cidades transitam mais já que não é frio, mas no inverno a quantidade de pessoas em trânsito é menor, porém em função do frio a procura é grande.

14. Os acolhidos respeitam as regras do abrigo?

O abrigo possui regras, os moradores de rua não podem entrar alcoolizados ou sob efeito de drogas. No início, era permitido essa entrada, porém os profissionais foram cobrados pelos próprios acolhidos do abrigo que reclamaram a respeito dessa permissão, e hoje é difícil alguém chegar em tal situação. Na entrada é feita a revista para ver se não possuem algum objeto sem procedência ou se estão sob efeito de algum tipo de droga. O abrigo não os julga, mas também não os acoberta. Se ocorre algum tipo de desentendimento, os acolhidos mesmos assumem o erro e pedem para se retirarem do abrigo, porém é raro isso acontecer.

É deixado bem claro aos acolhidos que o abrigo é um ambiente de respeito, que precisam auxiliar nas atividades da casa, e ainda os armários dos dormitórios são de uso individual, cada um recebe seu cadeado e chave e o abrigo não se responsabiliza se sumir algo.

15. O abrigo possui canil?

3 cachorros já estiveram no abrigo, hoje possui 2 que ficam em uma sacadinha, os próprios donos organizam, limpam, dão comida, e os animais não acessam a casa.

16. O abrigo possui local para a guarda de carrinhos de coleta de materiais recicláveis?

O abrigo não possui local para armazenamento de carrinhos de coleta de materiais recicláveis, pois é raro os moradores de rua serem os proprietários dos

carrinhos. Os próprios proprietários dos pontos de coleta disponibilizam os carrinhos e caso chegue alguém com carrinho a pessoa entra no abrigo e o carrinho fica na rua.

17. Quais são as leis que o abrigo se baseia?

Lei 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.  
Lei Federal – Acolhimento Institucional, o abrigo se encaixa no de alta complexidade.

SUAS – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de alta complexidade.

NOB – SUAS, 2012.

18. Como é a organização da casa em relação aos repartimentos?

A casa já passou por várias adaptações conforme Paula, não está mais comportando a demanda de atendimento, muitos estão amontoados, e o abrigo está conversando com a prefeitura para resolver a situação. O desafio de espaço é grande. A psicóloga relata que é muito importante que os ambientes tenham bastante ventilação.

19. O abrigo possui algum tipo de conflito com a Escola que se encontra na frente onde o abrigo está instalado?

Não, o abrigo já se instalou três vezes em frente a escolas e nunca existiu nenhum tipo de conflito, visto que o abrigo possui regras, e não pode ser utilizado drogas e nem bebidas alcoólicas no mesmo. Por muitas vezes, quando a escola faz algum tipo de evento que envolve alimentos, fazem a doação desses alimentos para o abrigo.

20. Locais de Lajeado onde tem maior concentração de moradores de rua?

Praça do chafariz, parque dos Dick, atrás da Islã, na ciclovia (barranca do rio), bairro São José, rodoviária, fórum, rua Júlio de Castilhos, etc. É um público que circula em vários pontos da cidade e caminha muito.

21. A localização do meu terreno está adequada?

Na minha concepção sim, pois os moradores de rua circulam muito nessa região, conforme relatos deles muitos chegam na rodoviária e a mesma que os indica o Abrigo São Chico como local de acolhimento, e se for analisar, o local onde o abrigo São Chico está instalado hoje, é mais distante da rodoviária em comparação com o terreno do trabalho em questão, o Fórum também é procurado por eles, até em função de possuírem pendências com outros municípios em alguns casos, e o Parque dos Dick é um dos principais locais de concentração dessa população.

22. Qual é o perfil dos acolhidos do abrigo?

A maioria são desempregados, sem condições de autossustento, vínculos familiares rompidos ou fragilizados, dependentes químicos (álcool e outras drogas), em situação de rua e com transtorno mental.

23. Por quais motivos os moradores de rua procuram o Fórum de Lajeado?

A procura das pessoas em situação de rua pelo Fórum de Lajeado se dá na sua totalidade dos casos através do recebimento de Intimação judicial para comparecimento ao local devido a Processos das mais variadas áreas, também para audiências e ainda definições sobre prestação de serviços a comunidade.

24. Qual é o nível de escolaridade dos adultos em situação de rua que o abrigo acolhe?

A escolaridade das pessoas em situação de rua que acessam o Abrigo, na maioria dos casos é Ensino Fundamental Incompleto. Atualmente, duas pessoas não sabem ler ou escrever. Muitos deles tem o hábito da leitura, por isso, o Abrigo



disponibiliza de um pequeno acervo bibliográfico através de doações de livros da comunidade em geral.

No térreo se encontra uma recepção, na qual possui um armário com depósito de alimentos (FIGURA 122).

Figura 122 - Recepção



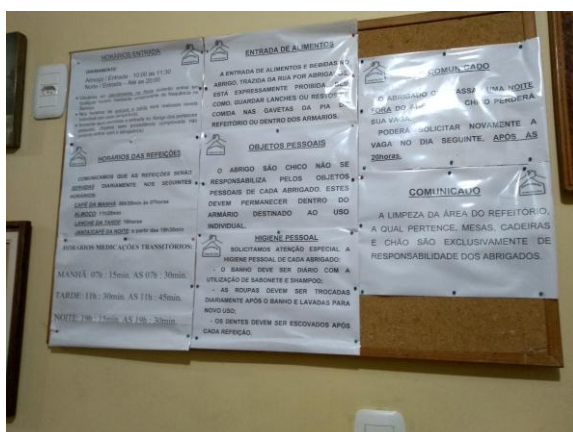
Fonte: Autora (2018).

Figura 123 – Armário de alimentos



Fonte: Autora (2018).

Figura 124 - Avisos



Fonte: Autora (2018).

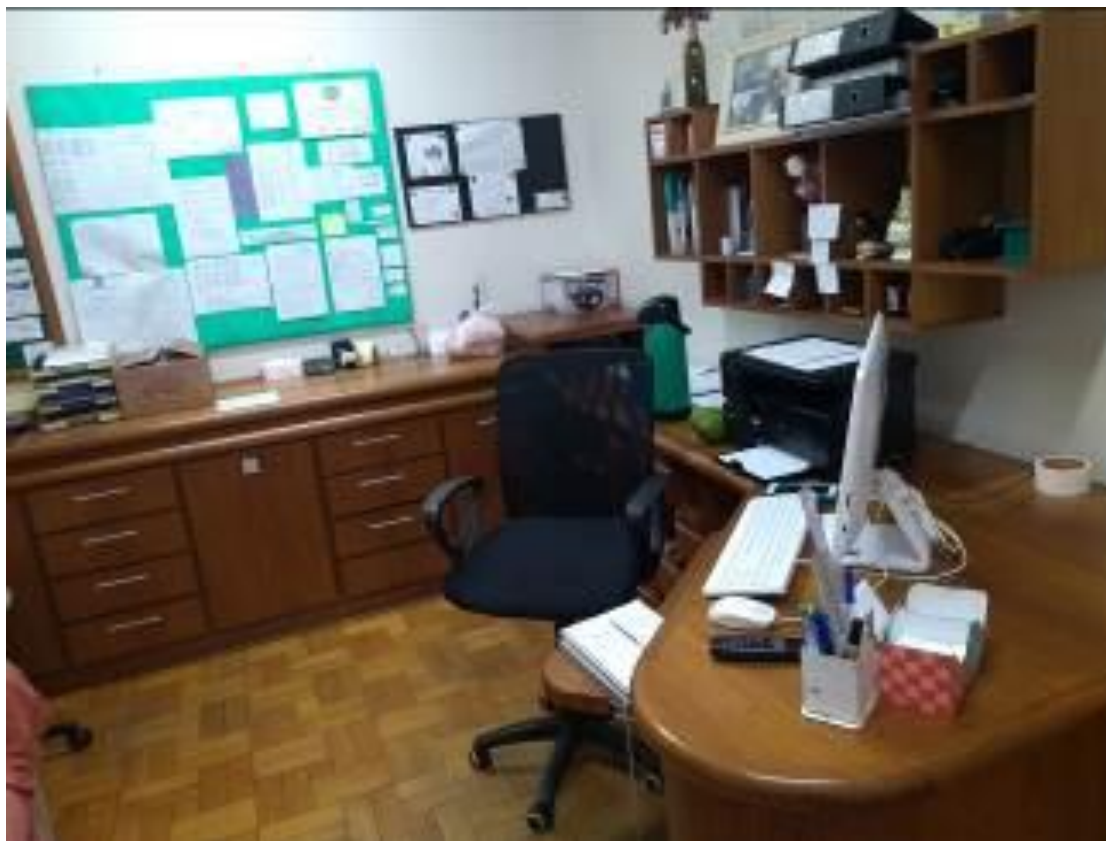
Figura 125 - Mural



Fonte: Autora (2018).

Na sala da psicóloga é onde acontece a triagem e atendimentos psicossociais, e dentro dessa sala tem um pequeno depósito de arquivos.

Figura 126 – Sala de triagem e atendimentos psicossociais



Fonte: Autora (2018).

Figura 127 – Sala de triagem



Fonte: Autora (2018).

Figura 128 - Depósito de arquivos



Fonte: Autora (2018).

Na rouparia se encontram roupas e calçados para a utilização por parte dos acolhidos.

Figura 129 - Rouparia



Fonte: Autora (2018).

Figura 130 - Rouparia



Fonte: Autora (2018).

Figura 131 – Sala de reuniões



Fonte: Autora (2018).

Figura 132 – Banheiro funcionários



Fonte: Autora (2018).



O dormitório dos moradores fixos do abrigo se localiza no térreo, pois são pessoas idosas ou com algum tipo de deficiência física que não podem subir escada.

Figura 133 – Dormitório moradores fixos



Fonte: Autora (2018).

O abrigo possui um pequeno refeitório (FIGURA 134), o qual não tem espaço suficiente para todos fazerem suas refeições, então é feito um revezamento da sua utilização. O refeitório possui uma TV.

Figura 134 – Refeitório



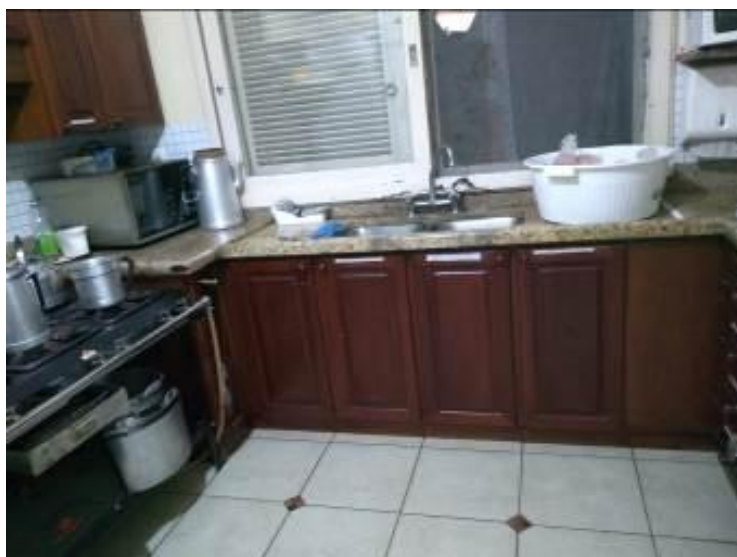
Fonte: Autora (2018).

Figura 135 - Refeitório



Fonte: Autora (2018).

Figura 136 - Cozinha



Fonte: Autora (2018).

Figura 137 - Cozinha



Fonte: Autora (2018).



O abrigo possui um local para armazenamento de medicamentos em baixo da escada (FIGURA 138), os quais são separados para os moradores fixos e para os transitórios.

Na parte da rua nos fundos do abrigo existe um local para a convivência coletiva dos moradores (FIGURA 139), a lavanderia, local para varal de roupas, um banheiro masculino e um feminino.

Figura 138 – Medicamentos



Fonte: Autora (2018).

Figura 139 – Local de convivência



Fonte: Autora (2018).

Os dormitórios masculinos se encontram no pavimento superior, o qual possui 5 dormitórios, onde um deles possui 5 beliches e os demais 3 beliches, e ainda um banheiro. Cada acolhido recebe uma chave para a guarda de seus pertences no armário, na saída essa chave é devolvida ao abrigo. Na parte superior onde existia uma sala de TV foi transformada em dormitório. A ala feminina e masculina são separadas, pois não é permitido nenhum tipo de relacionamento amoroso no abrigo.

Figura 140 – Dormitório masculino



Fonte: Autora (2018).

Figura 141 – Dormitório masculino



Fonte: Autora (2018).

A ala feminina localiza-se na parte de trás do abrigo, próximo ao local de convivência coletiva, possui um dormitório com dois beliches e um banheiro. A antiga rouparia do térreo transformou-se em dormitório feminino.

Figura 142 – Dormitório feminino



Fonte: Autora (2018).

Figura 143 – Dormitório feminino



Fonte: Autora (2018).

Figura144 - Mini biblioteca.



Fonte: Autora (2018).

Figura 145 – Varal de roupas



Fonte: Autora (2018).

Figura 146 – Cadeira de rodas



Fonte: Autora (2018).

Figura 147 - Rampa



Fonte: Autora (2018).

Figura 148 – Área de convivência      Figura 149 – Fachada do abrigo



Fonte: Autora (2018).



Fonte: Autora (2018).

**Anexo 15.4 - Entrevista com o morador de rua Fernando Shuster no dia 27/08/2018, realizada na cidade de Lajeado, em frente ao mercado Imec.**

Como é ser acolhido no Abrigo São Chico?

*“É complicado, muito cheio, não é bom, tem muita briga, discussão, e na rua não têm isso”.*

Não é muito frio ficar na rua?

*“Tenho coberta”.*

Qual a sua idade? Você trabalha?

*“20 anos, não trabalho”.*



Observação: o entrevistado não autorizou que fosse tirada uma foto sua.

### **Anexo 15.5 – Entrevista com o Fórum**

Conforme uma entrevista com o Fórum de Lajeado, no dia 04/08/2018, os moradores de rua procuram o Fórum para audiências e processos.

### **Anexo 15.6 - Pesquisa no Vale do Taquari**

#### **Anexo 15.6.1 CREAS Município de Estrela - Ligação em 20/08/2018**

Conforme relatos do CREAS de Estrela, o mesmo implantou-se a pouco tempo, por isso ainda não possui registros da quantidade de moradores de rua da cidade, até então, o município possuía um acompanhamento voltado somente para crianças e adolescentes. Essa população é transitória, principalmente por pessoas de outras cidades que acabam chegando no município em busca de emprego ou até mesmo com supostas propostas de emprego, na maioria das vezes não o conseguem, e não possuem condições financeiras de voltarem para sua cidade, o município então auxilia com passagens para o retorno às suas cidades de origem. O CREAS do município faz o acompanhamento para com os moradores de rua que estão na cidade. O município não possui abrigo para adultos em situação de rua, mas sim um de Acolhimento Institucional para pessoas idosos.

#### **Anexo 15.6.2 – CREAS Teutônia – Ligação em 04/09/2018**

Conforme relatos do CREAS, o município não possui moradores de rua. Uma vez, à 4 anos atrás, um morador de rua estava em uma praça e não possuía dinheiro, então, os vizinhos dessa praça providenciaram-lhe um acolhimento por um dia, e uma passagem de volta a sua cidade de origem. O município já teve uma casa de passagem, mas por falta de verbas e de demanda por moradores de rua ela está



desativada. Estão em busca de convênios com associações para que ela se torne um abrigo para menores de idade.

#### Anexo 15.6.3 – CRAS Progresso – Ligação em 04/09/2018

Conforme relatos do CRAS, através da assistente social Maria Sirlei, o município não têm moradores de rua, o que possui são andarilhos de outros municípios que ficam um ou dois dias e vão embora. O município não possui abrigo. Possui convênios com Taquari, Cruzeiro, Barras Cassal, para que seus idosos e pessoas com deficiência que a família não cuida mais utilizem os serviços dessas cidades. Hoje três pessoas de Progresso estão nesses municípios.

#### Anexo 15.6.4 – CRAS Putinga – Ligação em 04/09/2018

Conforme relatos do CRAS, o município não possui moradores de rua e nem abrigo. Possui convênio com Pella Bethânia de Taquari, a qual é uma instituição filantrópica não governamental ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, seu objetivo é de acolher e proporcionar cuidados especiais aos idosos e às pessoas com capacidades físicas e intelectuais comprometidas.

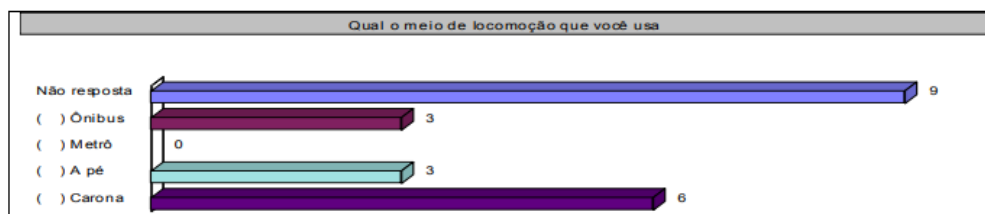
### **Anexo 15.7 - Estudo sobre a localização em trabalhos acadêmicos**

A ACESSIBILIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA À UNIDADE E ACOLHIMENTO PARA ADULTOS E FAMÍLIAS (ALBERCON). UMA ANÁLISE NO SETOR AREAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ÁGUAS CLARAS.

Conforme o trabalho de Conclusão de Curso na área de Serviço Social, sobre a Acessibilidade da População em situação de Rua à Unidade de Acolhimento para Adultos e Família – UNAF, na CEILÂNDIA – DF, em maio de 2014 realizou-se uma pesquisa por parte da aluna Eliana Arruda Alves, na qual foram feitos os seguintes questionamentos aos entrevistados em situação de rua:

Qual o meio de locomoção que você usa para chegar ao Albergue?

Gráfico 1



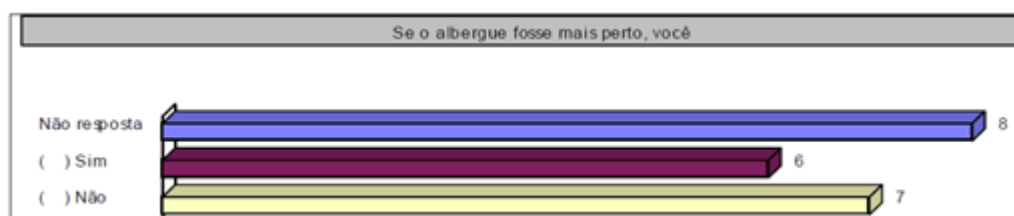
Fonte: Autoras

Fonte: Por parte da Autora Eliana Arruda Alves.

Verificou-se que 3 pessoas utilizam o ônibus para chegarem ao albergue, 3 vão a pé e 6 moradores em situação de rua vão de carona para a instituição. O transporte coletivo metrô não houve resposta, pois a unidade de atendimento fica localizado no Setor Areal de Águas Claras, e eles responderam que não utilizam o transporte. Segundo a análise do gráfico, compreendeu-se que o meio de transporte não dificulta a ida da população em situação de rua, ao albergue (ALVES; REIS, 2014).

O outro questionamento foi o seguinte: Se o albergue fosse mais perto, você frequentaria mais vezes?

Gráfico 2



Fonte: Autoras

Fonte: Por parte da Autora Eliana Arruda Alves.

Na análise do gráfico, 8 dos entrevistados não responderam a pergunta, 6 responderam que se o Albercon fosse mais próximo frequentariam mais vezes, e 7 responderam que não frequentariam o Albercon, mesmo se ele fosse mais perto. Através das respostas, verificou-se que não é a localização da Unidade de Acolhimento para Adultos e Família que dificulta a população em situação de rua a frequentarem ao Albercon no período de pernoite, pois para eles a distância do mesmo não faz diferença. No decorrer dos estudos compreendeu-se que a localização não é um dos fatores que contribuem para a não aceitação da população em situação de rua, referente a instituição, mas o que faz com eles desistam de frequentar a instituição é a forma de acolhimento que eles recebem (ALVES; REIS, 2014).